

## **Padronização da imprensa periódica**

Uma análise a partir da evolução histórica dos jornais das cidades  
do Porto e de Juiz de Fora

# **Padronização da imprensa periódica**

Uma análise a partir da evolução histórica dos jornais das cidades  
do Porto e de Juiz de Fora

por

Professor Doutor Arthur Barroso Moreira

Investigação realizada pelo no âmbito do  
programa de pós-doutoramento em Ciências  
da Comunicação da Universidade Fernando  
Pessoa.

Sob orientação do Professor Doutor Jorge  
Pedro Sousa

Porto  
2012

## Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a minha família e a minha mãe que sempre me incentivou.

Além de agradecer à Universidade Fernando Pessoa e aos seus diversos colaboradores, considero importante citar nominalmente a Doutora Ana Cláudia Moutinho.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, por sua imensa contribuição intelectual.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao amigo Francisco Rodrigues, que me permitiu conhecer a cidade do Porto.

## Resumo

Análise comparativa entre os jornais *O Pharol* e *Diário Mercantil* de Juiz de Fora e *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias* do Porto na tentativa de identificar as influências entre a imprensa periódica entre Brasil e Portugal. Descrição crítica da evolução histórica dos veículos de comunicação dentro do contexto da evolução histórica das cidades, dentro da Teoria Social Crítica e constatação de uma padronização da imprensa periódica desde a sua gênese. O modelo é criado em países considerados centros culturais, tecnológicos ou económicos e é copiado pelos demais países.

## Abstract

Comparative analysis of newspapers *O Pharol* and *Diário Mercantil* from Juiz de Fora and *O Primeiro de Janeiro* and *Jornal de Notícias* from Port in an attempt to identify the influences of the periodical press between Brazil and Portugal. Critical description of the historical evolution of the media within the context of the historical evolution of cities, within the Critical Social Theory and establishment of a standardization of the periodical press since its genesis. The standard is created in countries regarded as cultural centers, technological or economic and is copied by other countries.

## Sumário

### Introdução

#### 1. Porto: um aldeião

##### 1.1. O Porto no século XIX

##### 1.2. Século XX: cidade ou aldeia?

##### 1.3. Periódicos do Porto

###### 1.3.1. O Jornal de Notícias

###### 1.3.2. O Primeiro de Janeiro

#### 2. Antecedentes da ocupação da Zona da Mata

##### 2.1. Ciclo do café

##### 2.2. Uma cidade sobre águas esverdeadas

##### 2.3. O Pharol

##### 2.4. Diário Mercantil

#### 3. Os jornais e a caminhada da discussão pública ao interesse privado

##### 3.1. Discussão sobre a esfera pública

##### 3.2. Imprensa na América colonial

##### 3.3. Observações sobre a esfera pública no Porto e em Juiz de Fora

### Conclusão

## Introdução

*O pintor tem em comum com o pintor de paredes o fato de sujar as mãos. Precisamente isso distingue o escritor do jornalista.*  
(Karl Kraus)

A presente investigação surgiu de uma ideia aparentemente simples, comparar a imprensa de uma cidade brasileira nascida quase 30 anos após a independência e uma cidade portuguesa de grande capital cultural. São estas cidades Juiz de Fora e Porto. As perguntas que nos moviam eram basicamente sobre o tipo de influência que o jornalismo português exerceu sobre o Brasil, se havia uma influência/identidade recíproca e quais os motivos da semelhança dos periódicos nos dois lados do Atlântico. A ideia de pegar uma cidade do interior do Brasil assenta-se no distanciamento, pois o Rio de Janeiro foi sede do Reino de Portugal e as influências nas cidades que existiam na época da colônia são mais óbvias. Um observador desatento pode dizer que não haveria razão para a realização de tal investigação, pois a evolução histórica das cidades em questão não demonstra haver possíveis influências, principalmente em algo tão sensível quanto a imprensa. Consequentemente a proximidade entre os modos de se fazer jornal nestas cidades já estaria descartado a priori.

Entretanto, a experiência em redação de jornais e com a investigação nos impulsionou a tentar enxergar os motivos de semelhanças que saltam aos olhos em uma leitura superficial. O procedimento inicial foi restringir o universo a ser pesquisado, ou seja, selecionar jornais das duas cidades que foram, ou são, significativos. Por este motivo os periódicos escolhidos de Juiz de Fora foram *O Pharol* – o primeiro jornal da cidade e que circulou até o primeiro terço do século XX – e o *Diário Mercantil* – que circulou por praticamente todo o século XX e pertenceu a dois grupos historicamente importantes: ao presidente Antônio Carlos e aos Diários Associados; os periódicos escolhidos do Porto foram *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias* – ambos começaram sua circulação no século XIX, a partir de interesses políticos, e chegaram ao século XXI como empresas de comunicação social.

Definido o universo de investigação optou-se como metodologia de trabalho por uma análise do conteúdo informativo e da diagramação a partir de uma leitura livre e extensiva de várias edições. Não houve preocupação em análises que exigissem a

medição dos elementos da mancha gráfica dos jornais porque não encontraríamos neste tipo de tarefa nada de proveitoso para a investigação nem teria nada para esclarecer o que estávamos a procurar. Neste sentido pode-se fazer a mesma crítica de Theodor Adorno a Karl Lazarsfeld quando este estava a analisar a audiência e a influência do rádio nos Estados Unidos.

Como seria um trabalho interminável cobrir todo o período de vida dos periódicos, restringiu-se a leitura aos números iniciais e às datas de grandes eventos históricos – mesmo assim, as edições do século XIX foram suficientes para encontrar as respostas que procurávamos. Ao longo da leitura e análise dos jornais foi-se construindo e modificando as hipóteses de investigação, uma vez que dentro da perspectiva teórica da Escola Crítica o conhecimento vai se construindo à medida que se analisa o objeto de pesquisa, não sendo necessário estabelecer hipóteses anteriores ao trabalho.

Deste modo optou-se por estruturar a apresentação da presente investigação da seguinte forma: Uma primeira parte realizando um breve resgate histórico das regiões, contextualizando a evolução de seus sistemas de comunicação e o seu desenvolvimento cultural/educacional. Então, temos um primeiro capítulo dedicado à cidade do Porto e as diversas redes de comunicação estabelecidas na cidade. Em seguida tratamos a cidade de Juiz de Fora e a sua rede de comunicações. Em ambas procurou-se pontuar o surgimento ou fim dos principais equipamentos de impacto cultural/educativo.

No capítulo seguinte tratamos da esfera pública e o papel da imprensa enquanto espaço público. A evolução da imprensa, que parte de um local para a discussão das coisas públicas até assumir definitivamente sua identidade de produto da industrial cultural, sempre de um ponto de vista histórico. Também comentamos de forma breve como se estabeleceu, como se comportou e como evoluiu a esfera pública burguesa no Porto e em Juiz de Fora.

Na última parte fala-se sobre os quatro jornais analisados – *O Pharol*, *Diário Mercantil*, *O Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto*. Além de simplesmente mostrar a história destes periódicos, contextualizamos o período histórico que marcou o surgimento de cada um deles e os objetivos de seus fundadores. Depois de mostrar os jornais anotamos as conclusões, que vão para além de uma comparação entre jornais; tratam de um produto industrial.

## 1. Porto: um aldeião<sup>1</sup>

A região na qual se encontra hoje a cidade do Porto teve uma ocupação constante desde o final da Idade do Bronze. Entre os séculos VIII a.C e II a.C povoaamentos pré-romanos mantinham ligação entre o rio Douro e o Mediterrâneo. Autores do século XVIII quiseram dar a este período um caráter mitológico – por exemplo, o presbítero Agostinho Rebello da Costa em seu livro *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, de 1789, escreve que um possível fundador da cidade foi Diomedes, personagem da *Ilíada*.

Com a chegada dos romanos a partir de 200 a.C. organiza-se a ocupação do território nos moldes de Roma e é criada a cidade de *Portus Cale*. No período das Invasões Bárbaras ou das Migrações a zona do rio Douro recebeu os Alanos, Suevos e Vândalos. Após se fixarem começaram a ser hostilizados pelos Visigodos, mas todos os povos germânicos acabaram por ser submetidos ao domínio muçulmano, que iniciou-se com a invasão da península Ibérica por berberes a partir de 711 e destruiu a cidade em 716.

Vímara Peres – Vassalo de Afonso III das Astúrias, o Grande – foi enviado para reclamar o vale do Douro, tornando-se um dos responsáveis pela repovoação da linha entre o rio Minho e o rio Douro e, auxiliado por cavaleiros da região, conquista aos muçulmanos o castro (castelo) portugalense no ano de 868. Antes de conquistar Coimbra, que tornou-se capital do condado. O burgo de Portucale é (re)fundado e Vímara Peres tornou-se o primeiro conde da província de Portucale.

No entanto será apenas no período da condessa D. Teresa de Leão que haverá alguma estabilidade no condado. Esta concedeu ao bispo D. Hugo o couto de Portucale em 1111, que iniciará a construção da muralha de defesa do morro da Pena Ventosa, em decorrência das invasões vikings e da pirataria muçulmana. Foi este bispo quem deu foral à cidade (1123), determinando entre outras coisas a cobrança de impostos sobre produtos que entravam na cidade, e iniciou a construção da catedral. Também é neste período que surge a padroeira da cidade, Nossa Senhora de Vandoma, trazida na armada dos gascões que vieram lutar na reconquista. Os gascões também trouxeram Nossa Senhora da Batalha, que ao lado da Senhora de Campanhã, da Senhora da Silva, da

---

<sup>1</sup> Forma como o jovem Almeida Garrett se referiu à cidade.

Senhora dos Remédios e da padroeira foi de grande devoção popular. A devoção já se fazia sentir na criação do primeiro selo de armas oficial da cidade, criado em 1012: duas torres com a imagem de Nossa Senhora de Vandoma ao centro e a legenda *Civitas Virginis*.

D. Afonso Henriques, *O Fundador*; filho de Teresa de Leão e Henrique de Borgonha assumiu o condado Portucalense e, em 1139 proclamou-se rei de Portugal com o apoio das suas tropas. A independência portuguesa foi reconhecida pelos reinos de Leão e Castela em 1143 pelo tratado de Zamora e pelo papado em 1179. Nos primeiros séculos de vida do reino a cidade do Porto é testemunha do casamento de D. João I e Filipa de Lencastre, filha de João de Gaunt. Mais que as bodas a cidade viu nascer uma longa aliança Luso-Britânica, resultado da estabilização da crise de sucessão de 1383-1385. Também é no reinado de João I que o Porto foi sacrificado para apoiar a preparação da armada que conquistou Ceuta: toda a carne disponível na cidade foi dada aos militares. O embate político violento já mostrava-se nesta época (chegando até o século XX): o povo reuniu-se na Cordoaria para aclamar o Mestre de Aviz como rei, mas o alferes da bandeira, Álvares da Veiga, se recusou a trazer o estandarte da cidade que estava na Câmara e foi despedaçado pela população, considerado como traidor.

Também neste período a cidade viu nascer o infante Dom Henrique de Avis, uma das principais personagens dos descobrimentos portugueses e da formação do império ultra-marino. Apesar de a tradição chamar uma das casas da ribeira de Casa do Infante, não existe indicação em qual parte das muralhas ele nasceu. Para além das efemérides os séculos XIII e XIV vivenciaram a expansão da cidade: o burgo episcopal começou a crescer para além das muralhas, ocupando a ribeira do Douro. Por 1249 já havia necessidade de um capelão para a região onde é a atual Alfândega e 15 anos depois já havia registos da construção de mais de 75 casas junto ao morro de Monchique. Mas a construção de conventos e a urbanização crescente realizaram-se num clima de conflito entre o rei e o bispo, que era o senhor do burgo, muito em função da interpretação que se dava ao documento de concessão da cidade episcopal, gerando disputa pela arrecadação de impostos nas feiras. O senhorio do Porto passa para a coroa portuguesa após a ratificação de um acordo pelo papa Inocêncio VII – em 1406.

O crescimento da cidade reflectiu a sua importância económica: o Porto foi a primeira cidade a cunhar moedas em Portugal, por volta de 1190, no reinado de D. Sancho I. Também por sua posição estratégica foram levantadas muralhas definitivas – com 11 metros de altura e 3,5 km de perímetro – foram levantadas entre 1336 e 1374,

sendo financiada por todas as classes sociais (incluindo o rei D. Fernando) e pelas cidades ao redor (incluindo Penafiel e Coimbra). A vida política conturbada do Porto quando a tolerância com os judeus acaba em 1496 com decreto de conversão de D. Manuel I, que na prática extingue a última judiaria do Porto, aquela existente no Olival. Por outro lado este rei passou a permitir a presença e/ou residência de nobres na cidade a partir de 1503, mas com a condição de não causarem dano à cidade ou aos cidadãos; a autorização de residência foi revogada dois anos depois, levando as casas senhoriais para fora dos muros. Assim, pelos séculos XV e XVI passam a ser construídos edifícios de congregações religiosas intramuros e quintas no lado externo, aumentando-se a mancha urbana. Mesmo circunscrito dentro das muralhas o Porto conta com mais de 6 mil habitantes. Nos dois séculos seguintes a expansão da exploração ultra-marina e a entrada de capitais resultantes da crescente importância da produção vinícola promovem na cidade do Porto uma intensa atividade arquitetônica – religiosa e civil, o que acrescentou a uma parte do Porto prédios com características barrocas.

Por volta de 1549 o Porto era uma praça-forte, uma cidade cercada por uma forte muralha. Mesmo assim, um cronista do período descreveu-a como “pequena, muito linda, com muitas hortas, fontes e tem dois mil fogos. (...) abundam nela os panos de linho a bom preço. (...) São os mais famosos do reino. Os ares são saudáveis e os víveres baratos. (...) Tudo é fresco, alegre e florido” (apud. SILVA. 2007, p.101). Apesar desta observação a cidade não tinha condições sanitárias, as casas eram muito próximas, em ruas estreitas e imundas. A residência medieval no Porto era, em sua maioria, de madeira e palha; demorou um pouco a generalização do uso da pedra nas classes subalternas.

No início do século XVII o padroeiro do Porto passa a ser São Pantaleão, patrono dos médicos (talvez pela necessidade de saúde dos portuenses e a ameaça constante da peste). O culto a este mártir católico está ligado à fuga de armênios de Constantinopla para a cidade com os restos mortais do santo. Será na segunda metade do século XVIII que a urbe deixará em definitivo o limite das muralhas medievais, muito em função do surto de prosperidade trazido pela venda dos vinhos finos do Douro aos britânicos. O acordo comercial assinado com os ingleses (Tratado de Methuen) foi um dos mais importantes jamais realizados no período: favoreceu a entrada de tecidos da Inglaterra em troca de direitos alfandegários privilegiados para os vinhos embarcados no Porto. Na segunda metade do século XVIII o tesouro régio recebeu da cidade uma quantia em impostos maior do que a quantia paga por todo o reino no século XVII

anterior. No plano cultural o Porto experimenta a edição de seu primeiro jornal – *Zodiaco Médico Português*, em 1749. Posteriormente surge o periódico *Gazeta Literária* (1761-1762), redigida pelo cónego Francisco Bernardo de Lima. É na cidade que Portugal experimenta pela primeira vez a montagem de uma ópera, em 15 de Maio de 1762 no solar dos condes de Miranda, construído no extinto Largo do Corpo da Guarda. Por esta época o solar transformou-se no Teatro do Corpo da Guarda.

No plano físico o ano de 1763 marca as novas transformações urbanísticas e arquitectónicas, com a criação da Junta de Obras Públicas chefiada por João de Almada e Melo. Com a Junta o desenvolvimento urbanístico foi centralizado, com conceitos urbanos direccionados para a luz, a higiene e a salubridade, obedecendo planos rigorosos cujo privilégio era a harmonia do conjunto arquitectónico. O plano urbanístico da cidade foi um dos primeiros planos de conjunto a aparecer na Europa. Este período marca o surgimento das construções neoclássicas inglesas.

É possível que um dos reflexos das mudanças urbanísticas com preocupações de salubridade tenha sido o surgimento dos periódicos *Ano Médico* (1792) e *Diário Universal de Medicina e Cirurgia* (1794-1796). Há ainda a circulação de um periódico de carácter mais genérico: *Biblioteca das Ciências e Artes* (1793). Também é preciso levar em conta que esta é a fase do jornalismo enciclopedista em Portugal e de uma forte censura prévia sobre os impressos, o que deve ter facilitado o aparecimento de periódicos voltados para a divulgação da ciência. No entanto, o ensino médico oficial começa no Porto apenas em 1825 quando foi criada a Régia Escola de Cirurgia, na ala oeste do Hospital de Santo António (SILVA, 2008, p.94).

Para além das preocupações científicas e médicas a vida económica da cidade mantém-se em função do rio Douro, centro económico e social do Porto. A imagem do intenso tráfego de navios e movimento comercial é complementada pelo surgimento das primeiras fábricas nos núcleos rurais fora das muralhas ainda existentes – têxteis, chapéus, botões, louças. Pela década de 1790 parte da muralha fernandina é demolida (o trecho onde hoje está a rua dos Clérigos). As pedras foram usadas na construção do “cais novo” (entre Monchique e Massarelos).

## **1.1 O Porto no século XIX**

Como no restante de Portugal o século XIX portuense foi marcado por inúmeros acontecimentos políticos e sociais de grande repercussão: instabilidade política, guerras,

intensa produção intelectual, industrialização. Já em 1804 o Porto extingue a Junta de Obras Públicas, descentralizando os projetos de desenvolvimento urbanístico. Uma importante obra deste período foi a construção de uma engenhosa ponte sobre barcas, ligando as duas margens do rio Douro, com o objetivo de facilitar o trânsito de pessoas e de mercadorias, inaugurada em 1806.

Em termos geopolíticos a entrada do século XIX marca a transformação de Portugal em campo de batalha das Guerras Napoleônicas. O general Jean-Andoche Junot invade o país em 20 de Novembro de 1807, fazendo com que a família real se refugie no Brasil. No início de Maio de 1808 o príncipe regente, dom João, declara guerra à França. O Porto é a primeira cidade a revoltar-se contra a dominação francesa (6 de Junho). O general espanhol Domingos Ballesta prendeu todos os franceses que estavam na cidade, além de incitar as autoridades civis e militares a aclamar o príncipe regente e içar a bandeira portuguesa. Com a saída das tropas os franceses conseguem contornar a situação até serem rechaçados com a chegada do tenente-coronel Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, quando foi nomeada a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino chefiada pelo bispo do Porto, D. António José de Castro.

No ano seguinte o Porto foi novamente invadido por tropas francesas, desta vez comandadas pelo marechal Nicolas Jean-de-Dieu Soult. A cidade defendida por 10km de trincheiras e barricadas pelas ruas, mas não suportou o ataque das tropas napoleônicas – caiu no dia seguinte à chegada dos franceses, em 28 de Março de 1809. O episódio ficou conhecido como batalha do Porto. A luta aconteceu dentro da cidade, nas barricadas levantadas nas ruas, e o evento mais marcante foi o desastre da Ponte das Barcas, que cedeu com a passagem da população em fuga e, estima-se, provocou mais de 10 mil mortes. A histeria coletiva foi a principal causa da tragédia, pois a população e as tropas de defesa, em completo descontrole, já haviam matado João Pizarro da Cunha Portocarrero (tenente-coronel de infantaria), o brigadeiro Luís de Oliveira e arrombaram as portas da prisão para chacinar outros acusados de traição. Além disto mataram um e prenderam o outro emissário das tropas francesas que vieram propor a rendição da cidade na véspera da invasão.

Não foi apenas nos campos de batalha que a Guerra Peninsular foi travada. Fora deles houve uma intensa movimentação propagandística, diversos jornais clandestinos foram editados para fazer oposição aos franceses, que responderam com a edição de jornais gratuitos para a população. No Porto havia o jornal *O Leal Português*, que circulou entre 1808 e 1810. Este veículo representava a resistência ao invasor francês e

noticiava os interesses luso-britânicos. A propaganda francesa imprimia o jornal *Diário do Porto*, que não era efetivamente um diário e circulou apenas no ano de 1809.

A guerra arrasta-se até 1814, quando a França assina a paz com Portugal e Espanha. Mesmo as batalhas do período final da guerra não acontecendo em solo português a reconstrução e reorganização do estado lusitano acontece de forma lenta, pois a corte está funcionando no Brasil e muitas pessoas estão exiladas ou na frente de combate. Mas já em 1811, com a desocupação dos invasores franceses surgem diversos folhetos noticiosos por todo o país, apesar de ainda estar em vigor a censura prévia – entretanto o Estado estava desarticulado, tornando o cumprimento dos atos censórios impossíveis. Neste momento as energias da justiça estavam voltadas para os crimes mais imediatos ou referentes à guerra: no porto seis pessoas foram enforcadas no campo da Cordoaria (actual Campo dos Mártires da Pátria) como culpadas pelas mortes dos presos e dos militares nas vésperas da chegada do exército francês.

Com o fim da guerra eclodem as tensões adormecidas. As ações britânicas nos campos económicos e políticos geraram descontentamento generalizado em Portugal. Já em 28 de Janeiro de 1808 a pressão pela assinatura do decreto de abertura dos portos brasileiros põe fim ao Pacto Colonial. Posteriormente os Tratados de 1810 – privilégios alfandegários aos produtos britânicos nas alfândegas portuguesas – representaram desvantagens concorrenciais e crise para o comércio do Porto e Lisboa. Outra fonte de mal-estar era controlo britânico sobre as forças militares. A burguesia comercial e a oficialidade começavam a ver o país na condição de colônia brasileira e protetorado britânico.

Contribuiu para a discussão da situação de Portugal a existência de uma ativa imprensa no exílio, com diversos jornais publicados em Londres e Paris. Entre 1810 e 1819 circularam 32 veículos (incluindo a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*, de 1816). A temática da maior parte destes jornais eram as artes, o humor ou a recreação. Os demais, entretanto, eram mais dinâmicos e davam maior atenção aos assuntos nacionais, levando o país a pensar sua situação após a guerra. Segundo Luz Soreano (apud. Tengarrinha, 1989, p. 83) “Foi a imprensa periódica ou o jornalismo português em Londres quem, por aquele tempo, principiou a difundir abertamente entre nós, por todas as classes da Nação, as ideias liberais”.

Com a queda de Napoleão Bonaparte oficiais do exército e maçons formaram o Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve. O objetivo deste conselho era retirar os britânicos do controlo militar de Portugal. No entanto, os planos foram

descobertos e a repressão ao movimento levou à prisão de muitos suspeitos sob a acusação de conspiração contra o rei D. João VI. A forma como o governo militar britânico de William Carr Beresford, comandante em chefe britânico do exército português e regente de facto de Portugal, conduziu o processo e a execução dos envolvidos levou a protestos, intensificando o sentimento anti-britânico.

Ao mesmo tempo o Porto presencia a formação do Sinédrio (1818), uma associação secreta criada pelo desembargador da Relação Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e J. Ferreira Viana. Em 1819 a população do Porto já era de mais de 45 mil habitantes, em sua maior parte vindos em busca das riquezas dos anos pré-guerra e saudosos daquele período. O grupo do Sinédrio era formado por maçons e cooptou militares. O objectivo era então uma constituição liberal e a reafirmação do exército português. Aproveitando a ausência de Beresford, que foi ao Brasil tentar obter mais poderes para reprimir as manifestações de descontentamento dos portugueses, o Sinédrio promove o movimento que será conhecido como a Revolução do Porto.

É na manhã de 24 de Agosto de 1820 que o movimento é deflagrado, com os revolucionários reunindo-se nas dependências da Câmara Municipal para constituir a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. A Revolução do Porto tinha entre as suas reivindicações a convocação das Cortes para a elaboração de uma constituição que defendesse a autoridade do rei e os direitos dos portugueses; ao mesmo tempo pretendia o imediato retorno da Corte para Portugal e a revogação dos tratados de 1810, ou seja, a reinstauração do Pacto Colonial (exclusividade de comércio com o Brasil) – uma espécie de liberalismo sem capitalismo ou não-capitalista.

O resultado da Revolução do Porto foi a eleição das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, que aprovam a primeira constituição de Portugal, instituindo a monarquia constitucional. Neste período há um incremento no número de periódicos em circulação, apesar de não ter sido derrubada a censura prévia. Este fato é motivo de resistência contra o grande número de jornais por parte dos adeptos do absolutismo monárquico e dos que pretendiam um retorno à situação política de antes da guerra contra os franceses, mas em 1821 a Inquisição foi extinta em Portugal, indicando que outras mudanças aconteceriam. Para se ter uma ideia da situação, só em Fevereiro de 1821 são editados 17 jornais políticos só em Lisboa. No Porto a discussão em torno das Cortes Gerais e da Revolução de 1820 estavam nas páginas dos seguintes jornais: *Correio do Porto* (1820-1834); *Diário Nacional* (1820);

*Génio Constitucional* (1820); *Regeneração de Portugal* (1820); *A Borboleta dos Campos Constitucionais* (1821); *Borboleta Constitucional* (1821-1822); *Patriota Portuense* (1821); *Sentinela política* (1821-1823).

O jornal mais lido nessa época é o *Astro da Lusitânia* (1820-1823), que além de ser ultraliberal batia nos conservadores e também no governo constitucional estabelecido após a promulgação da constituição. Neste ambiente as Cortes discutiram o problema da Imprensa e acabaram por definir uma forma inédita em Portugal de liberdade de imprensa, como o banimento da censura prévia. A instabilidade do país permitiu um súbito desenvolvimento da imprensa de opinião. No entanto, a censura só acaba de fato no ano de 1834.

A Constituição de 1822 ficou como um marco no Direito português, apesar de vigir pouco tempo – entre 23 de Setembro de 1822 e 3 de Junho de 1823. Os opositores de uma monarquia constitucional dentro da casa real e as facções conservadoras da sociedade portuguesa reagiram radicalmente contra as diversas propostas da carta constitucional que acarretavam mudanças profundas do status quo. Uma destas mudanças foi a extinção dos forais, tornando iguais os direitos em todos os municípios – lembremos que o Porto foi criado a partir de um foral. Esta reação criou um novo período de instabilidade interna, o que fez D. João VI suspende-la. As disputas entre liberais e absolutistas passaram às páginas de jornais como *O Analista Portuense* (1822-1823); *O Cidadão Liberal* (1822); *Os Palradores no Café* (1822-1823); *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1822-1832?); *A Fama* (1822); *Borboleta Duriense* (1823); *Diário portuense* (1823); *Gazeta Extraordinária sobre Forais* (1823); *Triunfo da Religião, do Trono, e da Pátria e Morte dos Pedreiros Livres* (1823).

O rei D. João VI, após as duas tentativas fracassadas de golpe de estado (Vila-Francada e a Abrilada), condena seu filho D. Miguel – líder dos absolutistas, ao exílio. Em seguida nomeia seu filho D. Pedro – então imperador do Brasil – como sucessor. O clima de tensão também se reflete na presença cotidiana dos jornais entre 1821 e 1825 o número de periódicos existentes em Portugal diminui drasticamente, indo de 39 para apenas cinco títulos. No Porto circularam após 1823 apenas três jornais; os novos *Coluna de Pasquim* (1824) e *Diário do Porto* (1825), além do já citado *Periódico Mercantil da Cidade do Porto*. Mas os eventos políticos, com certeza, não foram os únicos fatores a prejudicar a circulação de jornais, há que se levar em conta a defasagem tecnológica do parque gráfico português e as dificuldades económicas em se manter um veículo impresso: custo do produto; poucos leitores por causa do alto número de

analfabetos; a imprensa era vista como veículo de propaganda e não como um produto industrial a ser vendido.

A morte do rei em 1826 e a absoluta inabilidade política de seu filho D. Pedro levam à instabilidade em Portugal e no Brasil. A outorga de uma constituição, a imediata renúncia ao trono europeu e a celebração de acordos políticos ruins e desnecessários acabam por levar D. Miguel e os absolutistas ao poder em Portugal. Este novo rei tinha por objetivo declarado acabar com a “pestilenta cáfila de pedreiros-livres”<sup>2</sup> e quaisquer vestígios do liberalismo. Antes da ascensão dos absolutistas ao poder a constituição de 1826 banuiu a censura prévia, permitindo a fundação de 48 publicações no país. No Porto os frutos desta carta constitucional foram os efémeros *As Duas Figas* (1826) e *A Figa* (1826), e os mais longevos *Borboleta* (1826-1828), *O Imparcial* (1826-1828) e *O Velho Liberal do Douro* (1826-1834, interrompido em 1828)

Sob D. Miguel a situação da censura voltou ao estado anterior a 1820. O monarca promoveu a perseguição de jornalistas e manteve jornais que faziam a publicidade do regime. A consequência imediata foi o surgimento de uma segunda leva de imigração de intelectuais, principalmente para a Inglaterra. Esta fuga dos liberais gerou uma intensa publicação de jornais a partir de Londres. Estes periódicos, que pelas características históricas do período, tiveram mais repercussão entre o público e a participação de intelectuais portugueses, fatos que não aconteceram na imigração da Guerra Peninsular. Um dos motivos foi a forma dura com a qual o regime tratou os descontentes, a revolta de 1828 no Porto gerou uma leva de exilados; os líderes do movimento que não fugiram foram executados no forca no ano seguinte, em plena Praça Nova (actual Praça da Liberdade), local que os miguelistas adoptaram para realizar execuções de cunho político. Mesmo com o endurecimento do regime e o incentivo às perseguições a imprensa encontrou espaço para atuar. Nasceram e morreram em 1828 três veículos no Porto: *Diário do Porto*, *Ensaio Sobre o Gosto* e *Gazeta Oficial*. Sob o miguelismo a apatia normal dos periódicos era quebrada pelos jornais de publicidade rei ou que se alinharam ao governo. O exemplo era o *Correio do Porto*, publicado por João António Frederico Ferro e que defendia ardorosamente o rei.

---

<sup>2</sup> *Abrilada*. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. [Consult. 2011-01-06]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$abrilada,2](http://www.infopedia.pt/$abrilada,2)>.

A oposição fez-se sentir na acção de D. Pedro em 1832, que para consertar as próprias trapalhadas políticas organizou um exército para reconquistar o poder pela força. Primeiro conquistou as ilhas e depois desembarcou ao norte da cidade do Porto, conquistando facilmente a cidade e uma posição fortificada em Vila Nova de Gaia. Além da postura política o desembarque na cidade se faz por motivo estratégico, pois ela possuía cerca de 50 mil habitantes. O avanço rápido das forças liberais foi detido e a guerra civil ficou entre Julho de 1832 e Agosto de 1833 a ser decidida no episódio que passou para a história como o Cerco do Porto. Apesar de um ano sob forte cerco militar foi possível a circulação de três periódicos portuenses: *Folha Mercantil da Cidade do Porto* (1831-1833), *Arauto Portuense* (1832) e *Crónica Constitucional do Porto* (1832-1835). A guerra civil termina com a vitória de D. Pedro, auxiliado por franceses, espanhóis e ingleses. A coroa termina por ficar na cabeça de sua filha, D. Maria II.

O cerco provocou imensas destruições no Porto. Com o restabelecimento da ordem e o fim da guerra civil em 1834 as atenções voltavam-se para a necessidade de reconstruir ou reorganizar a cidade, pois mesmo com a guerra a população portuense passou dos 59 mil habitantes – um crescimento de quase 10 mil pessoas em dois anos. Neste mesmo ano foi construído o primeiro jardim municipal da cidade – Jardim de São Lázaro –, e o papel da cidade no conflito também lhe valeu ascensão política: recebeu o título ducal, o que significava que os segundos filhos dos reis de Portugal passariam a ser Duques do Porto. O selo de armas da cidade foi alterado pela terceira vez, passou a ter a coroa ducal e a orla do escudo foi adornada com o colar e a medalha da Grã-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito. Livre dos conflitos a urbe voltou à sua dinâmica comercial e expansão económica – um exemplo foi a criação do Mercado do Bolhão em 1839 para organizar e reunir os diversos vendedores espalhados pela cidade, excepto os do Anjo e da Ribeira; entretanto, a vitória do liberalismo extinguiu as prerrogativas da Real Companhia Velha, que teve sua acção restrita à atividade comercial e acabou por transferir sua sede para Vila Nova de Gaia. No campo legislativo o principal desdobramento da vitória dos liberais foi a aprovação da lei de liberdade de imprensa ainda em Dezembro de 1834, permitindo o ressurgimento da imprensa de opinião no território português. Por outro lado houve um golpe na liberdade religiosa, com a extinção das ordens católicas.

O intenso movimento jornalístico pós-1834 registou o aparecimento de 54 publicações em 1835; no ano seguinte apareceram 67 novos jornais em Portugal, incentivados pelo clima político que acabou por desencadear a Revolução de Setembro;

e em 1837 surgiram ainda 59 novos títulos. Há que se ressaltar o fato de a maioria dos jornais ser de curta duração, geralmente circulavam durante um ano. Também acontecia do jornal trocar de nome e manter a mesma redação e administração, a mudança ocorria na orientação política dos responsáveis pelo veículo. Este novo crescimento da imprensa perde força com a lenta e contínua decadência do Setembrismo. No Porto os novos jornais surgidos na esteira deste movimento foram *A Vedeta da Liberdade* (1835) – que seguiu a sina da maioria dos periódicos e circulou apenas naquele ano, *Periódico dos Pobres no Porto* (1834-1838, a publicação termina porque funde-se ao jornal *O Artilheiro*<sup>3</sup>) e *O Atleta* (1838) – criado já num ano de arrefecimento do movimento jornalístico.

Além do momento político o surgimento dos periódicos nesse período foi facilitado por dois outros factores: a maior segurança em conhecer o processo industrial do produto jornal que os portugueses adquiriram e a melhora tecnológica do parque gráfico de Portugal, a estabilidade política e o fim das guerras permitiu a aquisição de prensas novas.

Vale ressaltar que o jornal mais importante da imprensa portuguesa, na opinião de José Tengarrinha, surgiu após este período, mas manteve uma referência explícita ao momento político da segunda metade da década de 1830. Foi o jornal *A Revolução de Setembro*, que circulou entre 22/06/1840 e 23/03/1892. Com um mês de circulação o periódico alcançou a marca incrível, para a época, de mil assinantes. Este periódico também era vendido na Espanha.

A recuperação económica e comercial da cidade do Porto após a retomada da coroa por D. Maria II promove o crescimento populacional da urbe e o deslocamento da mesma para fora das muralhas medievais. Novas ruas abrem espaços para a ocupação de freguesias periféricas, gerando uma mistura arquitetónica impensável no tempo da Junta de Obras Públicas. Pequenas casas populares e casas de operários começaram a se encontrar com as casas da pequena burguesia comercial – com a característica de ser polifuncional, ou seja, o comércio fica na parte inferior do prédio, com a família morando nos andares superiores – e da grande burguesia. Freguesias como Campanhã e Paranhos ainda eram áreas rurais. Outro sintoma de retomada económica foi a construção do Passeio de São Lázaro, ainda em 1834; era a urbanização do local onde

---

<sup>3</sup> Apesar desta informação de Tengarrinha, não encontramos referências sobre o aparecimento deste jornal. Fernando de Sousa contradiz José Tengarrinha afirmando que o *Periódico dos Pobres no Porto* circulou até 1858.

era realizada a Feira de Lázarus, tradição anual que se iniciou em 1720 e que foi transferida para local mais periférico e continua a ser realizada até hoje.

A âncora da nova expansão económica do Porto não era mais o comércio – este mantinha sua importância para a cidade – era a indústria. Fábricas, oficinas e bairros operários espalharam-se pelas freguesias de Massarelos, Cedofeita, Lordelo do Ouro, Ramalde e, principalmente, Bonfim. A cidade passa a ter quase a totalidade do território atual com a incorporação da freguesia de Paranhos, que pertencia a Maia. O crescimento vegetativo da cidade não daria conta de suprir a mão-de-obra necessária, por isto a população cresce com a atração de pessoas do meio rural e das aldeias do Minho e Trás-os-Montes. A infra-estrutura urbana não acompanhou o movimento populacional. A rede de comunicação foi a primeira a crescer, pois dela dependia o fluxo financeiro. Assim, a ponte das balsas para a travessia do rio Douro foi substituída em 1843 pela ponte D. Maria II (ponte pênsil). Agora havia segurança e continuidade da travessia por terra ao mesmo tempo que os navios podiam chegar ao porto fluvial.

Ao fim da primeira metade do século XIX o maior investimento educativo esteve relacionado à criação do Liceu Central do Porto, que começou suas actividades em 1840. A velocidade do fluxo de informações também passou a ter destaque, o correio passou a colocar no alto da Torre do Clérigos, a partir de Março de 1843, duas bandeiras nas cores vermelha, branca e azul para indicar a chegada de pacotes com correspondência na barra do Douro. Mas este também é um período de duras perseguições e do surgimento de várias medidas restritivas, como a proibição, em Agosto de 1843, da publicação de jornais por 30 dias – com exceção dos literários.

O conflito entre o Estado e a imprensa entre 1842 e 1851 transformarão a imagem de D. Maria II de símbolo do liberalismo em uma tirana com verniz liberal. Em Setembro de 1843 surge uma nova lei com penalidades a quem publicasse folhas periódicas, no mês seguinte são decretadas medidas restritivas de caráter econômico. Como se não bastasse, Costa Cabral desencadeia perseguição à imprensa oposicionista. Este período é marcado pela criação de uma legislação restritiva, pelo empastelamento de tipografias oficial ou oficiosamente, pelo aumento de tributação sobre as atividades de imprensa e por impedimentos de distribuição de periódicos pelos correios.

Em 1853 surge uma novidade modernizadora para as camadas letradas no Porto: a introdução do selo postal, que também significava um custo adicional na distribuição de jornais. Os periódicos que se destacam por sua longevidade neste período conturbado são: *Periódico dos pobres do Porto* (1834-1858); *Nacional* (1846-1870); *A Grinalda*

(1855-1869), um periódico literário fundado pelo ourives Nogueira Lima e no qual colaboraram os maiores poetas do período; *O Bardo* (1852-1854), que era concorrente d'A *Grinalda*, fundado pelo comerciante de panos e poeta António Pinheiro Caldas. Sobre estes dois últimos jornais vale ressaltar que ambos os editores eram vizinhos na actual rua das Flores, uma via que foi o centro do romantismo portuense.

Uma tentativa de modernização do sistema de arrecadação de impostos acabou por dar origem a uma parte do desenho urbano do Porto. Em 1861 a Câmara foi autorizada a cobrar “contribuições municipais indirectas” sobre produtos que entrassem na cidade para consumo da população. Imediatamente foram instituídas barreiras (pedágios) envolvendo a cidade. A ligação entre estas barreiras deu origem à estrada da Circunvalação. Três anos depois a cidade possui mais de 90 mil habitantes.

Os últimos trinta anos do século XIX representarão o ápice do protagonismo da cidade. A lei que criou o imposto do consumo em 1867 provocou imensa revolta na população do Porto que acabou por derrubar o governo – este episódio ficou conhecido como revolta da Janeirinha. E a última revolta na cidade foi um golpe de estado mal articulado em 13 de Janeiro de 1891: a falhada revolução republicana do Porto, que chegou a içar a bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro nos Paços do Concelho, mas o movimento não obtém êxito e termina de forma violenta.

Segundo Germano Silva, cronista da história da Porto, o jornal mais lido na cidade pelos idos de 1871 era o *Patriota Portuense*. É um período, também, de incremento da modernização da cidade. O Cemitério de Agramonte surge em 1855, na concepção de retirar os enterros de dentro das igrejas. Mesmo ano da instalação de sistemas de iluminação pública a gás. O Palácio de Cristal é construído em 1865 na esteira da fundação das primeiras associações agrícolas de carácter privado e com a ideia de realizar exposições sem a dependência do poder público. Em 1887 o abastecimento de água começa a abandonar as fontes para tornar-se ao domicílio.

O sistema de comunicações também se expande a partir do Porto. São inauguradas as ligações ferroviárias até Nine, até Penafiel e fica concluída a ligação ferroviária Boavista-Póvoa de Varzim. Sobre o rio Douro são montadas as pontes Maria Pia (ferroviária) e Luís I (rodoviária). Em 1895 começa a funcionar o Porto de Leixões, retirando o tráfego naval pesado do porto fluvial do Douro. Dentro da cidade surge o *americano*, tracção animal sobre carris, em 1872, que será substituído pelo eléctrico a partir de 1895. Na última década do século XIX a cidade atinge seu tamanho atual, com

a incorporação de alguns lugares rurais em Paranhos e na Campanhã. Em termos populacionais passa a contar com mais de 146 mil habitantes.

Em oposição a este processo surge a epidemia de Peste Bubônica de 1899. A cidade é cercada militarmente, com proibição à circulação de pessoas. O Foco principal da doença estava na ribeira, uma zona que sempre viveu condições insalubres. A imprensa da época pedia que a área fosse “extirpada” da cidade. Este evento são duas ironias do destino, pois a cidade ficou livre de dois grandes surtos de peste em Portugal, o de 1598 e o de 1599, exactos 300 anos antes; e a ribeira é hoje o ex-libris da cidade, o principal motivo para a vinda de turistas e o motivo que elevou o Porto a património mundial.

Durante o século XIX o centro da vida social, da política e de negócios do Porto, inicialmente situado no eixo da Ribeira ao largo de São Domingos deslocou-se progressivamente para a zona da Praça Nova – a Câmara Municipal esteve do lado norte da praça entre 1819 e 1916. Em meados do século a vida social, intelectual, cultural, política e comercial já se fazia na Baixa. No núcleo antigo há a reorganização das vias de trânsito – construção das ruas de Ferreira Borges, de Mouzinho da Silveira, Nova da Alfândega. Aqui foram também erguidas construções de carácter financeiro, criando uma espécie de centro económico do Porto: Palácio da Bolsa, Mercado Ferreira Borges, Alfândega Nova.

Outro fenómeno importante do século XIX portuense foi a falta de habitações, provocado pelo crescente afluxo de pessoas do campo e de cidades menores atraídas pela industrialização. A ocupação do espaço urbano pelas camadas subalternas se deu nos velhos prédios das zonas antigas – abandonados pelas famílias burguesas –, e na criação de numerosas *ilhas* – algumas ainda existentes, como testemunhos deste tempo. Obviamente houve uma acelerada degradação das condições de higiene e salubridade.

Em resumo, a cidade do século XIX industrializou-se, manteve a atividade mercantil, afirmou-se como centro da região norte de Portugal, tornou-se entreposto atlântico, modernizou-se. Era um centro urbano aberto à vida social, à política e à cultura – esta efervescência estava nos teatros, tertúlias, cafés, feiras, livrarias, exposições internacionais, passeios públicos e jardins românticos. O retrato deste período está colocado em parte na imprensa periódica, que, como a tabela abaixo mostra, era vigorosa.

Imprensa diária do porto em 1888

Título	Número páginas	Anos de existência	Preço	Tendência
A Actualidade	4	15	10 réis	Republicano
O Comércio do Porto	4 ou 6	35	20 réis	Independente
O Comércio Português	4	13	10 réis	Progressista
O Dez de Março	4	9	10 réis	Progressista
A Folha Nova	4	8	10 réis	Republicano
Jornal da Manhã	4	17	10 réis	Regenerador até Outubro. Depois Progressista
Jornal de Notícias	4	1	10 réis	Regenerador
Jornal do Porto	4	29	20 réis	Regenerador
A Luta	2 ou 4	4	10 réis	Regenerador (?)
O Norte	4	1	10 réis	Esquerda liberal
A Palavra	4	17	20 réis	Católico conservador
O Porto Liberal	4	5	10 réis	Independente (?)
O Primeiro de Janeiro	4	20	10 réis	Progressista
A Província	4	4	10 réis	Progressista

## 1.2 Século XX: Cidade ou aldeia?

O século XX começa para o Porto como uma continuação do século anterior. Mantem-se o acentuado crescimento demográfico com uma urbanização generalizada das diversas freguesias. O planeamento urbanístico foi concretizado, para o bem ou para o mal, em numerosas e variadas propostas de planos. A expansão industrial e o êxodo dos campos continuaram a ser factores decisivos do crescimento populacional da cidade. Para suportar tal crescimento foi criado o bairro das Carmelitas (1903), ampliando a mancha urbana da Baixa – a ocupação deu-se com a demolição do que ainda havia do convento das Carmelitas. Outra demonstração da necessidade de espaço dentro da cidade foi o Palácio da Bolsa, começado em 1842 e concluído em 1910, cuja construção avançou sobre parte das ruínas do convento e da igreja de São Francisco.

Os anos 1910 são marcados pela implantação da república, mas os principais eventos passam ao largo do Porto. A cidade está mais envolvida com obras públicas, como a construção do atual mercado do Bolhão (1914), cuja decoração da fachada da rua Formosa ficou pronta em 1916; a conclusão da Avenida da Boavista (iniciada em meados do século XIX e terminada em 1915), que aproximou a cidade e o porto de

Leixões; a abertura da Avenida dos Aliados (1916), que implicou a demolição do antigo edifício dos Paços do Concelho e a construção da atual Câmara Municipal.

O século XX português passa a ser marcado pela letargia que vai tomando conta de Portugal como um todo, a partir do regime estabelecido com o Estado Novo. Apenas eventos culturais muito pontuais tornaram-se marcantes para a cidade, como a modificação do status do Museu Soares dos Reis em 1942, que passa a categoria de museu Nacional, o que lhe permitiu receber o acervo de outros museus menores que foram extintos (em 1940 é que o museu passará a ocupar o Palácio dos Carrancas). Dez anos depois é instalada a Casa-museu de Guerra Junqueiro, a partir da doação do acervo do artista, pela família, ao Estado. E em 1951 a cidade recebe a doação do acervo do poeta e colecionador Fernando de Castro, transformando-se assim a casa onde ele residiu em uma casa-museu. Outra modificação de menor impacto acontece em 1964 quando Nossa Senhora de Vandoma volta a ser a padroeira do Porto, durante as comemorações do jubileu da Imaculada Conceição.

Em termos de infra-estrutura as alterações foram ainda mais esparsas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial é inaugurado o aeroporto de Pedras Rubras (que teve sua última ampliação em 1990). Também com o fim do conflito a região recebe as primeiras plantações de eucalipto, com o objetivo de dar sustentação ao surto de industrialização do pós-guerra. A rede rodoviária só será ampliada em 1963, com a inauguração da Ponte da Arrábida, e depois nos anos 1990 com a Via de Cintura Interna (VCI) e a Ponte do Freixo.

O ápice do crescimento populacional acontece nos anos 1950/1960, com a mão-de-obra operária que continuou chegando à cidade. A ocupação deste período fez-se à custa das áreas de agricultura, que ainda eram baratas, se comparadas às áreas mais centrais. A dialética do crescimento e da modernização, que se estendeu aos anos 1970, foi a implosão da cidade do Porto ao final do século XX: proliferaram os prédios altos de concreto e experimentou-se uma evolução acelerada do sector terciário durante a década de 1970; a especulação decorrente no setor imobiliário e o fraco desempenho económico de Portugal (aliado a outros fatores) levou ao esvaziamento da cidade a partir da década de 1980. Em termos populacionais o Porto estabilizou seu crescimento no início dos anos 1980 (por volta de 320 mil habitantes). Em seguida passa a sofrer uma diminuição crescente na década de 1990 (queda populacional de 9,1% em 1990 em comparação ao ano de 1980).

Condicionada aos limites do rio Douro ao sul, do oceano Atlântico a oeste e da estrada da Circunvalação a norte e leste, a cidade do Porto – cujo território possui 42 km<sup>2</sup> – posiciona-se como cabeça de uma Grande Área Metropolitana, que possui cerca de 1,2 milhão de habitantes. Continua como o centro de toda a região Norte de Portugal e tornou-se um centro de intercâmbio com toda a região noroeste da Península Ibérica.

### **1.3 Periódicos do Porto**

A imprensa periódica no Porto vai se consolidar apenas no século XIX. Nas Invasões Francesas disputam o campo propagandístico *O Leal Português* e o *Diário do Porto*, sendo este último a serviço dos franceses. Entretanto, é somente após a Revolução Liberal de 1820 que a produção de notícias experimenta um crescimento jamais visto em Portugal. Diversos jornais políticos aparecem, mas de vida curta – o único de maior duração foi o *Correio do Porto*. O movimento pendular da política portuguesa entre um Estado aberto e um Estado controlador impedem uma evolução em linha da imprensa periódica.

É em após 1834 que o ambiente político permite o surgimento de uma nova leva de jornais de diverso temas e tendências. “Jornais, regra geral, de curta duração, por vezes alterando o título e conservando a mesma administração e redacção, outras vezes mantendo a designação e modificando a sua orientação”. Sendo os de maior duração *Periódico dos pobres do Porto* (1834-1858); *Nacional* (1846-1870); *A Grinalda* (1855-1869, um periódico apenas literário).

No Porto, além do crescimento demográfico e econômico referido anteriormente, vários eventos e ações culturais contribuíram para a expansão da imprensa periódica ao longo do século XIX. Cerca de dois terços das crianças frequentavam a escola e existiam duas instituições de ensino superior: a Academia Politécnica e a Escola Médico-cirúrgica. Paralelamente foi instituída a Biblioteca Pública em 1833 – que será Biblioteca Pública Municipal em 1876, sendo que em 1895 já possuía um acervo de 150 mil volumes. Ao mesmo tempo foi criado o Museu Portuense, cujo objetivo era receber as obras vindas dos conventos, por causa da extinção das ordens religiosas (em 1911 passa a ser o Museu Soares dos Reis). Já em meados do século (1849) a Câmara Municipal decide pela aquisição do Museu Allen, tornando-o municipal, cuja coleção passa a integrar o Museu Nacional Soares dos Reis

em 1937. No ano de 1886 é criado o Museu Industrial e Comercial por iniciativa particular, que acabou por ser extinto em 1925 com o acervo quase que totalmente deteriorado.

É neste caldo cultural que vai se desenvolvendo a imprensa portuense. A imprensa do Porto ao final do século XIX já está semi-profissionalizada, com uma boa parte dos jornais sendo encarada como negócio e não mais como mero instrumento de propaganda, mas mesmo assim ainda subsiste uma linguagem pomposa e retórica. Em termos de formato eles apresentavam um artigo doutrinal sobre política – que na verdade nada mais era que um editorial. Segundo as observações de Fernando de Souza (1988) o jornalismo profissional desenvolveu-se no Porto antes de se desenvolver em Lisboa. Outra observação interessante é a de que os periódicos começaram a publicar páginas literárias antes da capital. Em termos numéricos há que se destacar que o Porto chega ao fim do século XIX com mais de 80 títulos de periódicos em circulação (SOUSA, 1988, p. 36-37).

convém sublinhar que esta imprensa se revela financeiramente débil, lutando com sérias dificuldades, uma vez que o número de jornais editados no Porto, que então se caracterizava por restritos hábitos de leitura e um analfabetismo muito elevado, revelava-se desproporcionado ao número de leitores. Para uns sobreviverem outros tinham de desaparecer (SOUSA, 1988, p.37)

O primeiro jornal de destaque do Porto na segunda metade do século XIX, que sobreviveu por mais de um século foi *O Comércio do Porto*. Foi fundado em 1854 por Manuel de Sousa Carqueja e Henrique Carlos de Miranda. Era um periódico entendido como negócio, pois era órgão da burguesia comercial e financeira, daí sua longevidade. Trazia o lema “Instruir e moralizar”, demonstrando uma vontade típica de controlo social para arrefecer os possíveis conflitos de classe. Compunham a redação Rodrigues de Freitas; Alfredo Alves; Clemente José dos Santos; Júlio Loureiro Pinto; Manuel Bernardes Branco; Vilhena Barbosa.

Para contrabalançar *O Comércio do Porto* e competir com este foi lançado o *Jornal do Porto*, por José Barbosa Leão em 1859. Em sua última fase de existência o veículo pertenceu a António Pádua Meneses Russel, que foi um dos fundadores do *Jornal de Notícias*. António Russel era um político regenerador e fez com que o Jornal do Porto passasse a defender os interesses do Partido Regenerador. As dificuldades financeiras encerraram o jornal em 1892. Pertenciam à redação do *Jornal do Porto*: Alberto Pimentel, Eduardo Sequeira, João Barreira, Joaquim de Almeida Didier, Joaquim de Araújo, Paulo Severo, Souza Viterbo, Xavier Pinheiro.

O final de 1868 assiste ao surgimento do jornal *O Primeiro de Janeiro*, do qual falar-se-á mais adiante. Vale a pena observar que este jornal foi o primeiro diário a explorar com sucesso comercial os classificados e que a partir dos anos 1890 passou a publicar uma edição às segundas-feiras por causa da fundação do *Jornal de Notícias*. Esta edição das segundas possuía um viés literário. Foi o de maior tiragem no século XIX e conseguiu chegar até o século XXI, mas já com uma tiragem residual. Com destaque na redação para Abel Botelho, Cândido de Figueiredo, Carlos Lobo de Ávila, Francisco Resende, João Chagas, Ramalho Ortigão, Ricardo Jorge.

Outro jornal importante nesse fim de século foi *A Palavra*. Um jornal propagandístico, voltado para os interesses da Igreja Católica. Apesar de ser editado no Porto sua presença era maior em outras cidades, na verdade foi o periódico de maior penetração no norte de Portugal durante quarenta anos. Ele foi fundado em 1872 por José Frutuoso da Fonseca, sendo dirigido pelo Conde de Samodães (Francisco Teixeira de Aguiar de Azeredo). Deste mesmo ano é o *Jornal da Manhã*, fundado por Eduardo da Mota Ribeiro. Um jornal regenerador que depois foi defender a política progressista, ao sabor das circunstâncias. Entretanto seu destaque está no fato de ser o primeiro periódico a possuir uma página literária. Por sua redação passaram Aníbal de Moraes; António Cruz; Alexandre Braga Filho; Eduardo de Barros Lobo; Firmino Pereira; Gualdino de Campos; Júlio de Oliveira; Sousa Moreira.

Dois jornais de cunho político que tiveram repercussão mais por suas ações extra-redação que pelo jornalismo em si foram *A Actualidade*, fundado por Anselmo de Moraes em 1874. Um veículo de tendência claramente republicana e que encerrou suas atividades após a funesta revolta de 31/01/1891. O periódico foi dirigido por Teófilo Braga tendo como jornalistas José Caldas; Emídio de Oliveira; Alves da Veiga; Barros Lobo; Elvino de Brito; Joaquim de Araújo; Silva Pinto; Tomás Ribeiro; Xavier Esteves; Eça de Queirós (que escrevia a coluna Carta de Londres); Joaquim de Vasconcelos (que fazia a coluna Carta de Berlim). O outro periódico foi *A Província*, um jornal ligado ao Partido Progressista, fundado em 1885 sob a direção de Oliveira Martins. O objetivo do jornal era estreitar os laços do Porto com a província do norte, transformando a cidade em uma verdadeira capital nortenha. Entre seus colaboradores estavam nomes de peso da cultura portuguesa como Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão.

Os últimos vinte anos do século XIX portuense também foram culturalmente intensos. O Centro Artístico Portuense (1880-1892) editou *A Arte Portuguesa*, uma revista exclusivamente dedicada às Belas-Artes. Também foi o período de maior brilho

da Academia Portuense de Belas-Artes. A Sociedade de Instrução do Porto (de ideal positivista) e a Sociedade de Geografia Comercial e do Porto (uma instituição dos jornais da cidade) editam suas revistas de informação. Em 1888 estão circulando pela cidade do Porto um total de 14 jornais diários, é neste ano que foi fundado o Jornal de Notícias que circula até hoje.

No teatro a cidade experimenta o funcionamento de sete casas de espetáculos, que vão das óperas eruditas às revistas de comédia. As companhias que se apresentam são portuguesas e estrangeiras. A primeira revista genuinamente portuense é encenada pela primeira vez em 1886. Para a promoção da música erudita Moreira de Sá funda o Orfeão Portuense em 1881.

### 1.3.1 O Jornal de Notícias

A fundação do Jornal de Notícias – o terceiro periódico com este nome – na cidade do Porto está ligada à conjuntura do final do século XIX. O chefe do Partido Regenerador, Fontes Pereira de Melo, morre no ano de 1887. Este fato provoca uma ruptura no partido. Um grupo dissidente forma o que ficou conhecido como a Esquerda Dinástica. Esta dissidência funda dois jornais em Portugal: O Norte, no Porto (1888-1889) e Esquerda Dinástica, em Lisboa (1888-1890).

À frente do Partido Regenerador e preocupado com os desdobramentos de sua sucessão o conselheiro José Guilherme de Pacheco organiza o partido de modo a permanecer coeso e a ter força para combater os dissidentes da Esquerda Dinástica. Para tanto decide pela criação de um jornal

com o objectivo de defender os ideais regeneradores, combater o Partido Progressista, que tinha no Porto o seu principal baluarte, neutralizar a influência da Esquerda Dinástica e do seu órgão noticioso e, finalmente, lançar o jovem [João Marcelino Arroio] que destinara para continuar sua obra (SOUSA, 1988, p.39)<sup>4</sup>

Para levar a cabo sua ambição José Pacheco contrata o redador do Jornal da Manhã: Aníbal de Moraes. Os políticos regeneradores pensaram em um nome que identificasse o posicionamento do veículo: Serra do Pilar, que foi recusado em prol de

---

<sup>4</sup> Em seu livro sobre o Jornal de Notícias o autor, Fernando de Sousa, se contradiz sobre a fundação do veículo, pois afirma que o título do jornal foi escolhido para dar um caráter universal, sem outras referências, em nome da neutralidade jornalística.

algo mais subtil. Havia o título Jornal de Notícias, de Antônio Augusto Leal, fundado em 1865 após o surgimento do Diário de Notícias em Lisboa.

Este primeiro Jornal de Notícias era de pequeno formato, com quatro páginas e vendido a 10 réis. No seu primeiro ano de existência pertenceu também a Manuel Lourenço Rodrigues Miranda, mas nos anos seguintes teve apenas A.A. Leal à frente da empresa. Esta primeira fase vai até a fusão do Jornal de Notícias com O Primeiro de Janeiro, no ano de 1869.

Entretanto, após reformulações, A.A. Leal deixa a equipa d'O Primeiro de Janeiro em 1870 e recria o Jornal de Notícias, que acaba por fechar as portas neste mesmo ano. A inatividade da marca Jornal de Notícias dura até 1879, quando A.A. Leal vende o título para Eugênio Guedes Vaz. Este publica o jornal, também em pequeno formato e com quatro páginas. A redação fica sob a direção de José Celestino de Paulo e Melo. Como o jornal não apresenta o retorno comercial esperado, Guedes Vaz encerra a publicação no mesmo ano, encerrando a terceira fase do Jornal de Notícias.

Dono da marca e sem perspectiva de investir novamente no ramo da informação, Guedes Vaz cede o título Jornal de Notícias para José Arroio, Vaz de Miranda e Aníbal de Moraes, os comandados de José Guilherme de Pacheco no Partido Regenerador. Deste modo inicia-se em 02/06/1888 a atual fase do periódico.

Inicialmente formou-se uma sociedade para deter a propriedade do jornal, que, entretanto, teve uma existência efémera. O formato administrativo do periódico alterou-se várias vezes ao longo dos anos. Esta primeira sociedade era composta por: Alfredo Ferreira Dias Guimarães; António Padua de Meneses Russel; Aníbal da Costa Moraes; Eduardo Gonçalves da Costa; José Diogo Arroio; Manuel Francisco da Costa; Manuel Vaz de Miranda; Manuel Joaquim Coelho Pereira Júnior.

O formato inicial do jornal não era inovador, apenas seguia um dos padrões da época, com quatro páginas de grande formato; noticiário dividido em 6 colunas; o preço de capa era 10 réis e, sua tiragem nos primeiros anos era mais de 7 mil exemplares. O conteúdo também era o padrão para todos os veículos do período: a primeira página vinha com o editorial de primeira página; um grande artigo de fundo, normalmente de caráter político e/ou cotidiano; notícias internacionais, na seção Estrangeiro; notícias nacionais, na seção Noticiário; e, inevitavelmente o folhetim no rodapé. A página dois trazia a continuação do noticiário e mais três seções noticiosas, uma sobre as informações do comércio, a outra eram as notícias recebidas por telégrafo e a terceira

eram os informativos a respeito das reuniões parlamentares; nesta página havia ainda uma seção de piadas.

Nas duas últimas páginas o Jornal de Notícias publicava tradicionalmente os telegramas de agência de notícias – por esta época o jornal comprava o noticiário da Havas – e os anúncios de espetáculos, além de anúncios classificados. A última página era destinada exclusivamente à publicidade. Uma inovação trazida pelo periódico foi a circulação às segundas-feiras, uma prática mantida até o ano de 1891. Em termos de formato o veículo manteve-se igual até 1907, data a partir da qual começou a variar muito o formato.

Em Outubro de 1888 a empresa controladora do Jornal de Notícias adquiriu uma gráfica para a impressão do periódico. Em função disto sua tiragem passou para os mais de 10 mil exemplares. Outro avanço em termos gráficos foi a introdução da imagem, a primeira imagem impressa no jornal foi uma gravura, uma zincogravura, em fevereiro 1891. Esta imagem trazia o retrato dos implicados na revolta de Janeiro. Mesmo com esta primeira experiência o uso mais constante de gravuras só irá acontecer a partir de 1895.

Por questões técnicas o Jornal de Notícias era uma folha ruim de ser lida, pois sua legibilidade foi prejudicada por uma má edição do material que chegava à redação. Tecnicamente a gráfica só era capaz de produzir, de modo eficaz, quatro páginas. Assim, o jornal optou por aumentar o tamanho da página e dividi-la em oito colunas – esta alteração ocorre a partir de 1893. Além de aumentar a página e dividi-la em mais uma coluna reduziu-se o tamanho dos tipos, o que dificulta tremendamente a leitura.

Mais do que com aspectos formais o Jornal de Notícias, em sua evolução histórica na transição do século XIX para o século XX, demonstra uma preocupação em sobreviver como uma empresa vendedora de informações. Para tanto evoluiu ao sabor dos acontecimentos políticos em Portugal. O jornal nasce no seio do Partido Regenerador, com o ADN do partido, mas não se assume como órgão do partido, pois parece que seria melhor para o negócio mostrar-se ao público como um jornal opinativo-noticioso, vendendo neutralidade.

De um modo geral o periódico acaba por ser atropelado pelos fatos o que não lhe permite, em seus primeiros anos, o sucesso obtido pelos concorrentes. Ele aceita um tanto passivamente o ultimato britânico para poder apoiar incondicionalmente o governo regenerador. Portanto, toda a agitação do período é contraposta pelo jornal, que

claramente tenta colocar panos quentes na primeira hora e em seguida combater as posições dos republicanos, que eram os mais exaltados e radicais.

Neste momento o Jornal de Notícias se mostra claramente popularesco, como forma de conquistar uma massa de leitores. Também se mostra partidário, pois é injustificadamente violento contra os governos do Partido Progressista e acriticamente aliado aos governos do Partido Regenerador. Este posicionamento vai durar até 1907, quando o periódico passa por algumas transformações que alteram sua estrutura empresarial e seu foco político. No mês de Março de 1907 é estabelecida a Empresa do Jornal de Notícias, cujos proprietários são José Diogo Arroio, Aníbal da Costa Morais, Manuel Vaz de Miranda (outra grande alteração acontecerá em 1922, quando a empresa torna-se uma sociedade anónima).

Politicamente o jornal experimenta uma grande guinada, mudando de posição. O Jornal de Notícias passa de regenerador a Republicano. Um sintoma desta transformação é o fato dele passar a enaltecer o movimento de 31 de Janeiro de 1891, depois de combater violentamente o movimento (o fato de ter publicado o retrato dos revoltosos foi mais por uma vontade de expô-los à execração pública do que enaltecer suas ações). Também passou a reforçar seu caráter anti-clerical e anti-jesuítico, um comportamento típico dos republicanos.

Sendo um jornal editado no Porto teve que concorrer diretamente com *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e outros veículos menores com uma identidade muito forte com o norte de Portugal, como o *Correio do Norte* (1906-1908), *O Norte* (1900-1910) e o *Diário da Tarde* (1898-1911). Por causa disto teve que reforçar suas posições em defesa do Porto e do norte do país, uma forma de se identificar com a região.

## **Estrutura**

A Primeira página era ocupada com as seguintes seções e divisões: o Editorial ou um artigo de fundo; Estrangeiro, que trazia os fatos de atualidade internacional; Noticiário, com as informações nacionais; Secção Alegre, que era humorística – progressivamente o humor passou a ser/integrar Notas Alegres ou Para Rir (anedotas), A Rir (poema), De Raspão (que era uma crítica política ou social – seção fixa do jornal a partir de 1890), Gazetilha (versos), Charadas e Enigmas (seção editada a partir do início do século XX); Boletim Elegante (uma espécie de columnismo social editado a partir de 1891); Hotéis do Porto; Carta de Braga (crónica); e um Folhetim.

Às segundas-feiras a Primeira página tinha feições literárias, um formato que se manteve até 1891. Após este ano a literatura se restringe ao folhetim e à seção Crônicas Portuenses, que era editada aos domingos e às quintas-feiras, no lugar do editorial ou do artigo de fundo. Em 1895 as quintas-feiras passam a ser ocupadas com a edição de contos. A partir de 1900 estas seções literárias da Primeira página passam por diversas nomenclaturas: País Alfacinha, Crônicas de Lisboa, A Crónica, Contos Para Todos.

A página 2 é uma espécie de apêndice da Primeira página, como era o padrão para os jornais da época. Nela estava a continuação do *Noticiário*, com destaque para a *Secção Religiosa* e a *Parte Comercial*, ambas focadas no Porto; as notícias regionais, normalmente do norte do país ficavam nas seções *Pelas províncias* ou *Correio das províncias*; *Tribunais*, com as informações do judiciário; *Comunicados*, que tinha um viés de colunismo social, pois noticiava aniversários, mudanças de ponto comercial, abertura de negócios e temas afins; uma crónica sobre a capital do país sob a rubrica de *Carta de Lisboa* ou *Correio de Lisboa*; no verão criava-se uma seção especial para a estação denominada *Termas e Praias*; uma seção sobre as apresentações nos palcos da cidade denominada *Teatros*; a *Secção telegráfica*, dedicadas a assuntos nacionais e internacionais – servia apenas para dar um ar de modernidade, indicando que o periódico usava o telégrafo, uma seção comum nos jornais da época.

A partir de 1899 a página 2 abre espaço para cobrir a movimentação do proletariado portuense, que passa a ser importante por causa da industrialização crescente da cidade. Assim, tornou-se constante a seção *Movimento operário e associativo*. Em 1901 a seção *Modas* ocupa espaço na página nos dias dedicados à literatura – quintas-feiras e domingos. Após 1907 o jornal experimenta uma guinada popularesca com uma seção dedicada aos *Casos de rua*.

O rebotalho da publicação era destinado à página 3, o que também era uma prática comum aos jornais do período. Esta página recebia as sobras do noticiário; as *Publicações Recebidas*, uma espécie de carta dos leitores; uma seção de Perdidos e achados; uma prestação de serviços que se dividia em: Espectáculos para hoje, Horários de comboios, Necrologia, Avisos, Informações.

A página 3 também se destinava à publicidade explícita e também a uma publicidade disfarçada sob as rubricas Anúncios e Agradecimentos. A partir de 1905 a página passa a receber, também, a Lista da Lotaria de Lisboa.

Sobre a página 4 não há observações a fazer. Para esta última página do jornal estavam destinados os anúncios publicitários. Algo que também era padrão nos periódicos.

Algumas mudanças no Jornal de Notícias que merecem destaque são pontuais. A partir de 1901 o periódico passava a editar seis ou oito páginas, de acordo com a quantidade de informação gerada pelos acontecimentos. Entretanto o aumento de páginas não significava uma alteração da paginação do jornal, ou seja, o noticiário ia ocupando da primeira para a última página e os anúncios vinham ocupando o espaço da última para a primeira página.

Em momentos excepcionais da vida portuense ou do país ou ainda em eventos que tinham impacto o Jornal de Notícias publicava um Suplemento, uma folha distribuída em casos excepcionais como as eleições da câmara do Porto; as eleições legislativas; a revolta de 31/01/1891; a guerra hispano-americana 1898.

Desde que começou suas atividades em 1888 a maior parte do espaço do Jornal de Notícias foi ocupado por publicidade. Sousa deixa esta constatação clara ao colocar em gráficos a divisão dos espaços ocupados no jornal em 1888, 1900 e 1907. Ele afirma ainda que a partir de 1910 a maior parte do jornal é ocupada por anúncios publicitários (1988, p.58-59).

### 1.3.2 O Primeiro de Janeiro

O movimento popular conhecido como “Janeirinha” foi um movimento contestatório que eclodiu em 01 de Janeiro de 1868. Sua motivação era protestar contra as leis que criavam o imposto de consumo e faziam uma reforma administrativa do território português. Este acontecimento marca os primeiros anos no reinado de D. Luís I, que subiu ao trono ainda sob a sombra do irmão D. Pedro V, filho mais velho de D. Maria II e que foi o responsável pela reconciliação do povo com a casa real, mas que morreu sem deixar descendência. D. Pedro e D. Luís governaram para contornar os problemas deixados pelas ações políticas inconsequentes de seu avô.

D. Pedro V conseguiu ser adorado pelo povo por suas ações de cunho social e, durante seu reinado, Portugal experimentou um novo crescimento económico, concretizado em obras de infra-estrutura. A população adquiriu admiração pelo rei durante a epidemia de cólera entre 1853 e 1856; e o surto de febre-amarela em 1856/57: Durante esses anos D. Pedro V percorreu os hospitais e mantinha contato com os

doentes, em lugar de se refugiar nos palácios fora das cidades. O monarca também possuía uma imagem modernizadora, uma vez que em seu reinado foi introduzido o sistema métrico decimal, inaugurado o telégrafo elétrico, iniciadas as viagens regulares de navio entre Portugal e Angola, foi ampliada a rede de ferrovias e combatia a escravidão africana.

Por outro lado D. Pedro V deixou um pesado legado a seu sucessor D. Luís I: Portugal demonstrou ser um país fraco frente às demais potências europeias. A primeira grande demonstração de decadência foi a pressão e ameaça francesa contra a prisão de um navio do país junto à costa de Moçambique, contra a qual o governo nada pode fazer. Com a morte do irmão D. Luís, que morava fora de Portugal, teve que retornar ao país para assumir o trono.

Seu reinado é marcado pela continuação da modernização da infra-estrutura de Portugal: o alargamento da rede de estradas, a ampliação do modal ferroviário, obras nos portos de Lisboa, construção do porto de Leixões e, no Porto, a construção do Palácio de Cristal. Também modernizou a legislação portuguesa, trabalhou pela abolição da pena de morte para os crimes civis, pela abolição da escravidão africana no reino e pela publicação do primeiro Código Civil. Outra marca do reinado foi a instabilidade política que culminou com o Partido Progressista acusando o rei de patrocinar o Partido Regenerador. Em 1879 o Partido Progressista forma o governo, mas, por outro lado, a disputa para chegar ao poder acaba por incentivar o republicanismo na sociedade portuguesa.

Foi no período de D. Luís I que aconteceu a Conferência de Berlim, em 1884. Esta foi a cimeira de partilha da África entre as potências coloniais, que demonstrou claramente a decadência de Portugal enquanto potência colonial, a partir dos eventos conhecidos como o Mapa Cor-de-Rosa e o Ultimato Inglês. Fraco na política externa e instável na política interna o país viu como consequência desta situação a eclosão de duas grandes revoltas: uma revolta militar promovida pelo Duque da Saldanha, cujo objetivo era a demissão do governo, e a Janeirinha, que foi um motim popular em 1867/1868.

### **A Janeirinha**

A revolta de Janeiro de 1868 foi a coroação de um conjunto de movimentações de carácter social e político. Este movimento contestava o governo e, principalmente, sua política fiscal. O maior problema eram os grandes investimentos em obras públicas

e o fraco crescimento da economia. A consequência imediata foi um crescente déficit das contas públicas e um crescimento da dívida externa. Na época a solução que se punha para equilibrar o orçamento era o aumento da carga fiscal, entretanto o sistema de cobrança de impostos português era antiquado. Outro factor de descontentamento foi a criação da Lei da Administração Civil, cujo mapa final de divisão do território foi publicada a 10 de Dezembro de 1867. A divisão territorial proposta era contrária aos interesses municipalistas existentes em todo o país.

Quando estas medidas foram anunciadas eclodiram manifestações populares, principalmente, em Lisboa, no Porto e em Braga. O Governo Civil de Lisboa era administrado pelo Conde de Cavaleiros, D. Rodrigo José de Menezes de Eça, que era considerado um miguelista, fato que azedava o ambiente político da capital. A piora da situação ocorre quando uma manifestação chefiada por partidários do Duque da Saldanha e penicheiros toma as ruas lisboetas com adesão do Partido Popular e é violentamente dispersada pela polícia. Na sequência o Porto desencadeia a gênese do movimento ao decidir fechar o comércio em sinal de protesto. “decide-se que o comércio feche os estabelecimentos em sinal de protesto contra as medidas anticonstitucionais do Governo. Tudo é previsto, inclusivamente que algumas lojas conservem meia porta aberta para que não falem os géneros aos consumidores pobres” (p.2).

A revolta provocou a queda do governo, mas não se limitou a substituir o governo por outro, ela originou um novo arranjo das forças políticas, levando, inclusive, à formação de um novo partido político, o Partido Reformista. Abriu caminho a um novo e prolongado período de instabilidade na governança, pondo fim à estabilidade alcançada com os regeneradores, na prática representou o fim da Regeneração. O novo partido veio interferir no equilíbrio até então existente, no qual o arco político da governação não era amplo.

O governo saído da revolta da Janeirinha era presidido por António José de Ávila<sup>5</sup> e dominado por forças conservadoras. Atendendo as exigências dos revoltosos foram revogados o imposto de consumo e o decreto da reforma administrativa, em 14 de Janeiro – tal fato agravou as dificuldades financeiras do Estado, fazendo com que o

---

<sup>5</sup> Duque de Ávila e Bolama, foi ministro das Finanças e, por três vezes, Presidente do Conselho de Ministros. Foi deputado durante 26 anos consecutivos.

gabinete caísse em 22 de Julho do mesmo ano. O governo também revogou a lei que reestruturara o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Fazenda.

### **Criação do Jornal**

Na esteira da revolta da Janeirinha surge o periódico *A Revolta de Janeiro*, que foi fundado pelo partido político Centro Eleitoral Português. Este partido era constituído pelos envolvidos na revolta, que após os acontecimentos de Janeiro idealizaram a constituição de um veículo liberal-progressista. Provavelmente para dar um carácter menos específico ao jornal e manter sua identidade como fruto daquela revolta optou-se pela extinção deste jornal e a constituição de um novo veículo. Assim, *A Revolta de Janeiro* circulou entre 01/06/1868 e 31/07/1868, passando à história como a gazeta política de um partido que não se havia formado.

O Centro Eleitoral Português extinguiu seu primeiro jornal para dar origem a um diário, considerado, em relação ao veículo anterior, como uma obra maior: “um jornal calmo severo e, acima de tudo, construtivo” (p.2). Para manter viva sua identidade com a ideologia de fundo da Janeirinha optou-se pelo nome *O 1º de Janeiro*. Este novo jornal vem a lume no dia 01/12/1868. É interessante notar que o periódico mais antigo da cidade, O Comércio do Porto, noticia e saúda o novo jornal do Porto em sua edição número 281, do dia 03/12/1868; um fato que mostra como era o carácter concorrencial da comunicação social da época.

Os fundadores deste novo jornal foram os componentes do Centro Eleitoral Portuense, com destaque para os participantes da janeirinha: Delfim Maria de Oliveira Maia, que era professor no Liceu; António Ribeiro da Costa e Almeida, também professor do Liceu; Joaquim António da Silva Guimarães, que era industrial. O periódico já nasceu com uma série de colaboradores, mas não há uma referência explícita se participaram da empresa fundadora ou do Centro Eleitoral. Destes há que se destacar os nomes de Latino Coelho, Sousa Viterbo, Albano Coutinho, D. António Alves Martins<sup>6</sup> e do Conde de Samodães, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar.

Apesar de nascer como diário focado em dar voz a um grupo político, O Primeiro de Janeiro já trazia em si a semente de sua transformação em uma empresa de comunicação, de sua transformação em um produto industrial, que foi a presença do

---

<sup>6</sup> Bispo de Viseu, pertencente à Ordem dos Frades Menores. Foi deputado em 1842 e em 1868 foi nomeado ministro do reino.

financiador Gaspar Ferreira Baltar – ele era um comerciante que enriqueceu no Brasil e regressou a Portugal em 1867. De início a atuação de Baltar era cobrir o déficit do periódico, pois as assinaturas, a publicidade e a venda avulsa não faziam frente às despesas de manutenção. Num segundo momento assume diretamente a administração e trabalha pela ampliação do jornal, para não perder o dinheiro que havia investido.

Oficialmente a propriedade do jornal era de António Augusto Leal, dono da tipografia na qual o veículo era impresso. Leal já era proprietário também do *Jornal de Notícias*, que já circulava antes da fundação de *O Primeiro de Janeiro* e continuou circulando paralelamente ao novo periódico. Ele também cuidava da administração. Em seu primeiro ano de existência o nome de L. A. da Fonseca constava como responsável pela redação do jornal.

Em seu primeiro ano de existência *O Primeiro de Janeiro* passou por uma série de modificações até se ajustar a uma identidade visual duradoura. Já em Janeiro de 1869 trocou o subtítulo *Jornal político e noticioso – Órgão do Centro Eleitoral Portuense* para, simplesmente, *Órgão do Centro Eleitoral Portuense*. É também a partir deste mês que torna-se efetivamente diário. Em seu número 13, datado de 23/01/1869, anuncia sua fusão com o *Jornal de Notícias*, também pertencente a A.A. Leal. No número 25 publica a carta de desligamento do professor Delfim Maria de Oliveira Maia, um dos fundadores do periódico.

Em termos de formato *O Primeiro de Janeiro* seguirá o padrão clássico da época: um Editorial sem título na capa; em seguida a seção Noticiário, com as notícias locais; a seção Exterior, com o noticiário internacional; anúncios e publicidade fechando o jornal. Diversas secções informativas ou de entretenimento foram surgindo e desaparecendo ao longo dos anos. No número 14 criou-se a secção Telegrafia, com informações do exterior e para dar um carácter moderno ao veículo. A partir do número 15 começou a edição da Biblioteca do 1º de Janeiro, eram folhetins publicados de modo a serem cortados e encadernados. No número 18 passa a publicar a seção Notícias de Lisboa – Correio da Noite, com as mais recentes informações da capital. A partir do número 65 o título da Primeira página passa a ser escrito por extenso e aparece o nome de A.A. Leal ao lado do subtítulo. Neste período só possuía gravuras na secção de anúncios, mas estas eram imagens repetidas e sem relação directa com o que era anunciado.

Os editoriais mais importantes neste primeiro ano de vida do periódico estão ligados à política internacional: o jornal faz textos duros contra a candidatura de D.

Fernando II<sup>7</sup> à coroa espanhola, o que poderia resultar em uma possível nova, e indesejada, união ibérica.

Após um ano e sem dar o retorno financeiro e político esperado *O Primeiro de Janeiro* passa por uma profunda remodelação que lhe permitirá sobreviver e transformar-se em um produto rentável. Segundo o suplemento comemorativo do centenário do jornal “É difícil precisar a data [na qual Gaspar Ferreira Baltar assume a direção]; mas deve ter sido em fins de 1869 ou princípios do ano seguinte” (p.4). O Controle do periódico passa a Gaspar Baltar, efetivamente, em Janeiro de 1870. É quando desaparece o nome de A.A. Leal da capa. Na verdade Leal deixa *O Primeiro de Janeiro* e volta a editar o *Jornal de Notícias* por mais um ano.

Após esta reviravolta administrativa o periódico passa a captar grande volume de anúncios, que aos domingos chegam a ocupar parte da 1º página e todas as demais. É uma forma de Gaspar Baltar recuperar rapidamente o investimento perdido no ano anterior. No fundo não era algo prejudicial, pois maximizava a potencialidade industrial do produto. Como a tipografia pertencia a A.A. Leal investiu-se na aquisição de uma oficina própria, o que se concretizou em 02/04/1870. Com este investimento *O Primeiro de Janeiro* passou a imprimir 3 mil exemplares por dia.

Já transformado em empresa e tendo o jornal como um veículo de venda de informações o passo seguinte foi retirar o subtítulo **Órgão do Centro Eleitoral Portuense**, algo que aconteceu logo na edição do dia 05/04/1870. Retirado o cariz político o periódico chega ao fim deste mesmo Março com uma tiragem diária de 6 mil exemplares. *O Primeiro de Janeiro* publicava o tamanho da tiragem no alto da primeira página, abandonando esta prática a partir da edição de 22/11/1901.

Nos primeiros tempos do jornal havia, para a produção da edição, um único redator que era acompanhado do único repórter na equipe de redação. O primeiro repórter *d’O Primeiro de Janeiro* foi Eduardo de Abreu Gonçalves, que também era o tipógrafo. Por sua antiguidade é natural que diversos redatores tenham passado pelo periódico. O suplemento do centenário do jornal destaca como principais nomes os de Germano Vieira de Meireles, que estava encabeçando a redação em 05/12/1869; Alberto Pimentel, que assumiu o cargo em 1872 porque Germano Vieira havia adoecido; João

---

<sup>7</sup> Fernando Augusto Francisco António de Saxe-Coburgo-Gota-Koháry, consorte de D. Maria II. Foi candidato a receber o trono da Grécia em 1862, com a destituição de Oto I e candidato a receber o trono da Espanha, com a destituição de Isabel II. Recusou as duas indicações.

de Oliveira Ramos, que sucede a Alberto Pimentel em 1875; Urbano Loureiro; Luis Botelho; João Chagas; Oliveira Alvarenga; Gualdino de Campos; Guedes de Oliveira; Marcos Guedes; Ernesto de Meneses; Lopes Teixeira.

### **Conteúdo**

As páginas d'O Primeiro de Janeiro eram essencialmente voltadas para os temas internacionais. Durante o ano de 1870 as notícias de Paris concorriam com as notícias do Porto pelo espaço no jornal. Em geral as informações eram tiradas dos jornais franceses, mas também havia as notícias chegadas por telegrama. Isto explica-se pelo fato de a França ser o centro cultural da Europa – Paris seria a capital cultural do continente, enquanto Londres era o centro financeiro. Todo o *fait diver* francês era publicado no periódico, que chegou ao cúmulo de publicar textos em francês no jornal – para passar ao leitor um ar de sofisticação. Um exemplo emblemático foi a soprano Adelina Patti, que morava em Paris e frequentou as páginas do jornal por 25 anos.

A idolatria francesa em Portugal pode ser notada claramente no período da Guerra Franco-Prussiana. Em Julho de 1870 os jornais estampam as primeiras notícias dos incidentes franco-prussianos. Imediatamente os jornais portugueses se alinham com os franceses. O Primeiro de Janeiro, entretanto, foi o único periódico a assinar um contrato de prestação de serviços com uma agência prussiana de notícias. O resultado desta ação foi a chegada em 10/08/1870 do primeiro telegrama com indicação de “última hora” sobre a guerra e a publicação de um quadro real da guerra – O Primeiro de Janeiro foi o único jornal do país a mostrar em suas páginas o desenho da vitória prussiana. “ [...] a lúcida visão de Baltar, embora reforçada pelo parecer de Vieira de Meireles [o redator], reconheceu que, para bem informar o público, devia dar as notícias provenientes dos dois lados, com imparcialidade e bom critério jornalístico” (p.5).

Só um conteúdo voltado para o *fait-diver* parisiense não alavancaria a tiragem do jornal e não aumentaria a margem de lucro. A credibilidade com essa atitude em relação à Guerra Franco-Prussiana leva o jornal a uma tiragem de 8 mil exemplares em 04/09/1870. Paralelamente buscou colaboradores em nomes de peso da literatura e tornou-se o primeiro jornal a ser distribuído na hora de abertura do comércio, que nesta época acontecia entre as 5h e 6h da manhã. Com estes ajustes na estratégia de distribuição e de conteúdo a tiragem chegou a 9 mil exemplares em 02/07/1871. Seis meses antes o jornal já contava com 32 agentes-correspondentes.

No ano seguinte, 1872, o formato do jornal, ou grande formato ou pequeno formato era decidido em função da quantidade de anúncios. O tempo do periódico como órgão político havia ficado definitivamente para trás. Como destaque entre os escritores do folhetim-crônica que *O Primeiro de Janeiro* publicava estão Tomás Ribeiro; Rebelo da Silva; Guerra Junqueiro; Visconde de Ouguella, Carlos Ramiro Coutinho; D. Antônio da Costa (Antônio da Costa e Sousa de Macedo).

A partir do ano de 1875 a Espanha passa a ter um destaque secundário n'O Primeiro de Janeiro. A proclamação da república espanhola chama a atenção do público português. O jornal passa a ter um correspondente em Madrid para acompanhar os acontecimentos. Nos anos seguintes a França continua sendo o foco do jornal, mas há, também, noticiário vindo da Espanha e o noticiário local ainda mantém-se reduzido. Em 1878 a capa passa a imprimir a indicação: "proprietário: Gaspar Ferreira Baltar". No ano seguinte a tiragem chega aos 15 mil exemplares diários.

Modificações mais significativas vão ocorrer na década de 1880. A primeira gravura no *O Primeiro de Janeiro* (ainda não havia em Portugal equipamento para a publicação de fotografias) é impressa em 1882. É um retrato do Marquês de Pombal. Neste mesmo ano surge a coluna "Cartas de Londres", escrita por Carlos Sellers. Há um incremento na publicação de literatura, com romances, poesia, folhetins – também escritos em francês, obviamente. Ainda no campo literário, o jornal passa a contar com novos colaboradores: Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. O fim da década é marcado por três grandes eventos: o Ultimato Inglês, a revolta de 31 de Janeiro e o centenário do infante D. Henrique; todos eles presentes nas páginas do jornal. A credibilidade alcançada com a cobertura da Guerra Franco-Prussiana levou o periódico a atingir uma tiragem diária de 18 mil exemplares ao cobrir o desenrolar do conflito com a Inglaterra na questão do Mapa Cor-de-Rosa.

O Primeiro de Janeiro manteve-se na cobertura dos conflitos do final do século XIX e só passou por mudanças significativas a partir de 22/11/1901, quando passou a ser impresso em rotativa. A nova tecnologia de impressão permitiu ao jornal o uso intensivo de gravuras (zincogravuras). As paisagens suíças predominavam nas gravuras publicadas, mas também havia espaço para as paisagens das aldeias do norte de Portugal e para os grandes acontecimentos internacionais.

A evolução dos acontecimentos políticos em Portugal também atinge O Primeiro de Janeiro. Apesar do grande enfoque dado à França havia o noticiário nacional e colonistas que escreviam sobre os problemas internos do país. A situação política

deteriorou-se a tal ponto que a publicação do periódico foi suspensa uma semana, em Junho 1907. O Estado considerou ofensiva a coluna republicana “As Minhas Razões”, escrita por João Chagas. Entretanto, em 1910 o jornal atrasou-se em noticiar a proclamação da república; a queda da monarquia foi estampada n’O Primeiro de Janeiro com dois dias de atraso.

Com relação ao conteúdo, as mudanças na primeira década do século XX foram a adoção das fotogravuras, a partir de 1908. No ano seguinte passou a publicar regularmente na Capa caricaturas feitas por Jorge Cid e Manuel Monterroso – talvez uma forma de competir com as revistas.

É importante notar que apesar de toda a mudança política e social ocorrida em Portugal na transição do século XIX para o século XX o Primeiro de Janeiro manterá a França como o centro das atenções até a I Guerra Mundial. Em 1914 o noticiário passou a ser quase exclusivo sobre os desdobramentos da guerra e o periódico manteve a neutralidade, acompanhando o posicionamento do país. Com a entrada de Portugal na guerra o jornal, obviamente, se transformou em veículo de propaganda, dada a ideologia do liberalismo e republicanismo defendida por seus donos e redatores; além do fato de França e Inglaterra serem os tradicionais aliados.

Em 1919, terminada a guerra e já tendo morrido seu proprietário fundador, Gaspar Ferreira Baltar, O Primeiro de Janeiro é vendido para uma empresa de Lisboa. Ele troca de mãos novamente em 1921 e torna-se mais um título de uma empresa de comunicação, dentro do sistema de concentração dos media existente em Portugal.

## 2. Antecedentes da ocupação da Zona da Mata

A forma de povoamento de Minas Gerais pelos portugueses, a distribuição dos indígenas pelo território e os fluxos migratórios de mão-de-obra estrangeira assalariada ajudam a entender em parte as formações culturais nas diversas regiões que compõem o estado. Por estar fora da faixa litorânea o território mineiro foi sendo desbravado aos poucos, a partir de dois eixos principais: pelo norte, com a expansão dos currais e boiadas que subiam da Bahia pelo vale do rio São Francisco; e pelo sul, com os portugueses que vinham de São Paulo em busca de pedras e metais preciosos (PINTO, 1965, p.193-194).

O eixo norte é o primeiro a realizar a ocupação do território mineiro. Os currais sobem o rio São Francisco já no século XVI e no final século seguinte já estão ocupando as nascentes do rio das Velhas, no centro do estado. Este movimento foi interrompido brevemente durante o período da ocupação holandesa. Por esta época o rio São Francisco era chamado de rio dos currais. Grandes extensões de terra pertenciam a poucas famílias, que praticavam uma pecuária extensiva e administravam indiretamente os currais onde o gado era produzido (a família Antônio Guedes, por exemplo, tinha terras que iam do Morro do Chapéu – Bahia – até o local onde hoje é a região metropolitana de Belo Horizonte – no centro-sul de Minas Gerais). Esta característica das propriedades resultou em um povoamento esparsa, composto principalmente de escravos – com autonomia para tratar do gado e da terra – e/ou prepostos dos proprietários das sesmarias<sup>8</sup>; em alguns casos, sítios de uma légua eram arrendados para pequenos criadores ao preço de 10 mil réis ao ano (Capistrano de Abreu apud PINTO, 1965, p.200), era uma forma de obter algum retorno financeiro com uma terra que seria improdutiva. Inicialmente a pecuária representou a retaguarda da produção de açúcar, para depois servir às áreas mineradoras.

Pelo sul de Minas Gerais entraram os bandeirantes em busca de ouro, pedras preciosas, vegetais extraíveis e índios, por isto irão se preocupar com a ocupação da

---

<sup>8</sup> Designação empregada no Brasil colônia para glebas cedidas a particulares (sesmeiros), com superfície muito variável. Pela carta régia de 27/12/1695, a sesmaria equivalia a quatro léguas quadradas: uma área retangular com uma légua de testada por quatro léguas de fundo. Pela carta régia, de 07/12/1697, as dimensões foram reduzidas para três léguas de fundo. A légua corresponde a aproximadamente 6 km.

terra somente a partir de 1674 com Fernão Dias Paes Leme, que fundou pousos no trajeto de exploração – mais tarde estes pousos transformaram-se em núcleos de povoamento. Embora os primeiros europeus tenham penetrado o território mineiro pela Bahia, coube aos paulistas uma exploração mais abrangente, que culminou com a descoberta das minas de Cataguás. Em fins do século XVIII estes dois eixos de penetração do território se encontram, ainda antes da descoberta das minas de minerais preciosos, graças ao avanço rápido dos paulistas.

Com a descoberta de ouro na década de 1690 o fluxo de pessoas a partir de São Paulo, da Bahia e das diversas vilas agrícolas existentes no litoral torna-se intenso. As áreas de cana-de-açúcar acabaram por ficar sem mão-de-obra, sendo que os próprios proprietário abandonavam a terra para lucrar mais facilmente com a mineração. Além disto os traficantes de escravos preferiam vende-los às minas que aos engenhos, pois as primeiras pagavam mais. Desta forma as áreas mineradoras foram mais densamente povoadas, com uma população urbanizada, mas em cidades isoladas. Pode-se citar, por exemplo, que em 1711 o distrito de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto possuía cerca de 40 mil habitantes.

Inicialmente, os mineradores estabeleceram “ranchos”, que pouco a pouco evoluíram para “arraiais” a proporção que iam se desenvolvendo as explorações. Nesses núcleos de povoamento, que constituíram o ponto de reunião dos garimpeiros, iniciava-se imediatamente a construção de uma igreja, sendo também o local onde faziam suas compras aos domingos [...] Esses “arraiais” foram a gênese de grande número de vilas e cidades atuais (Pinto, 1965, p.203).

O ouro e as grandes cidades foram responsáveis pelo “deslocamento do centro de gravidade econômico e social do norte para o sul [da província do Brasil]” (Caio Prado Júnior apud. Pinto, 1965, p.194). Obviamente a ocupação da terra não aconteceu de modo pacífico. A chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709), envolvendo paulistas e os demais imigrantes, fez com que a Coroa Portuguesa – D. João V – criasse a Capitania das Minas (1720), desmembrando-a da capitania de São Paulo. Para não correr riscos o primeiro governador nomeado para as Minas Gerais foi o experiente Lourenço de Almeida, governador de Pernanbuco. A divisão territorial também era uma forma de controlar duramente a extração de minerais preciosos.

No início do século XVIII já estava concretizada a forma de ocupação e penetração do território mineiro, o interior seria alcançado

[...] através de São Paulo, pelo chamado ‘caminho velho’ cuja picada inicial foi a rota seguida pela bandeira de Fernão Dias passando pelo vale do Paraíba atravessando a Mantiqueira pela Garganta do Embaú, para depois atingir Minas

Gerais. O ‘caminho baiano’ partia do Recôncavo acompanhando o rio Paraguaçu [...] se bifurcava, seguindo um ramo para o São Francisco e outro, muito mais curto, pelas margens do rio Verde Grande (PINTO, 1965, p.204).

O Caminho Velho saía da cidade de Guaratinguetá e atravessava a serra da Mantiqueira até chegar em Passa Quatro – território mineiro – e continuava seguindo para o norte até Vila Rica. Para se ir do Rio de Janeiro às minas viajava-se mais de cem dias: por mar até Parati e desta cidade até Guaratinguetá em lombo de bestas de carga subindo pela serra do Mar.

Como forma de controle da região, além de tentar evitar o contrabando de ouro e a evasão de impostos, a Coroa Portuguesa proibiu a criação de povoados no leste de Minas Gerais, ou seja, da Zona da Mata ao vale do rio Doce. Além do impedimento legal a hostilidade dos índios da região afastou os colonizadores. Lisboa determinou também que pelo caminho da Bahia circulasse apenas gado. Paralelamente foram criados registros (alfândegas) ao longo das principais vias de comércio, ainda na época em que a criação bovina era a principal atividade econômica, que acabaram por originar algumas cidades mineiras – Pouso Alegre, Contagem e Matias Barbosa, por exemplo (PINTO, 1965, p.198, p.206).

O Sul de Minas, que constituía a comarca do Rio das Mortes, desenvolveu-se em função de sua posição intermediária entre São Paulo e as zonas de mineração intensa (único caminho permitido ao escoamento de produtos). Esta zona tornou-se fornecedora de carne para aqueles que se aventuravam na busca de ouro e riquezas. Uma medida de impacto econômico e que reformulou a ocupação da América Portuguesa foi a abertura do Caminho Novo (1699-1709) por Garcia Rodrigues Paes, que ligou a Borda do Campo (Registro Velho) a Raiz da Serra (RJ), assim o porto do Rio de Janeiro<sup>9</sup> passou a ter importância geo-política maior que o de Salvador. Isto trouxe como consequência política a transferência da sede do Vice-Reinado para as margens da baía da Guanabara (1763). O Caminho Novo era a única via autorizada para quem cruzava a Zona da Mata e a circulação de pessoas, mercadorias e ouro era obrigatoriamente feita por ele. Como nas demais estradas oficiais as alfândegas eram de diversos tipos e cobrava-se pelos minérios, tráfego de pessoas, mercadorias e animais. Um portão com cadeado fechava a estrada (ESTEVES; LAGE, 1989 e SANTOS, 2006). Até então a ligação entre o Rio de Janeiro e a zona de mineração era feita pelo caminho de São Paulo.

---

<sup>9</sup> Nesta época Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná formavam uma única província. Logo, era interesse do governador (e da Coroa) deslocar a rota de escoamento para a cidade do Rio de Janeiro.

Bandeirante, sertanista, mateiro e andeiro de gênio, foi Garcia quem inventou o caminho inevitável, escolhendo as escarpas, os vales, as lombadas, os varadouros, as gargantas e os rodejos a que não puderam fugir a Estrada de Ferro D. Pedro II, nem a União e Indústria de Mariano Procópio, nem a BR-3 [...] (NAVA, s.d., 114).

A intenção de Garcia Rodrigues Paes era cobrar portagens. Assim, da picada inicial entre a Borda do Campo (atual Barbacena) e o Rio de Janeiro ele estabelece-se com a família no sítio que seria o meio do caminho (atual Paraíba do Sul). Em 1702 só é possível cruzar a estrada a pé e em 1704 a tarefa de terminar a estrada é passada ao cunhado, o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, pois estava praticamente falido. Domingos Leme recebe de D. Pedro II uma sesmaria (onde instala o registro da Borda do Campo) e o título de *Cobrador das Estradas e Provedor dos Quintos*.

A busca pelo ouro e a política portuguesa de controle do território mantiveram as sesmarias ao longo do Caminho Novo praticamente desabitadas. Pelo século XVIII toda a região que compreende as atuais Zona da Mata e rio Doce foram consideradas áreas proibidas à ocupação. Somente a decadência das regiões mineradoras, que começou já na década de 1750, impulsionou outras atividades econômicas na capitania de Minas Gerais. Pequenas fundições de metais, pequenas tecelagens e a agropecuária se desenvolveram. No entanto, a Coroa portuguesa reagiu energicamente para manter o controle sobre as atividades econômicas e realizar a cobrança de impostos: em carta régia de 1785 decreta a proibição de instalação de fábricas e extingue todas as manufaturas existentes. A população local só pode continuar a explorar a agricultura e a pecuária. Com esta situação de retração econômica as regiões de mineração, agora empobrecidas, passaram a irradiar população para as áreas pouco povoadas da capitania, primeiramente para o Sul de Minas, que já possuía embriões de cidades desde a época do avanço paulista, e posteriormente para a Zona da Mata. No entanto, será apenas no período conhecido como Ciclo do café, já no século XIX, que a Zona da Mata mineira será efetivamente ocupada.

## **2.1 Ciclo do café**

As fazendas de café foram as responsáveis pela conquista da serra do Mar e por uma ocupação adensada e contínua do território. A lavoura cafeeira espalha-se a partir das terras fluminenses até chegar ao vale do rio Paraíba do Sul por volta de 1790; a partir daí as fazendas de café tomam dois rumos, sobem para São Paulo, atingem o

planalto paulista e chegam ao Sul de Minas, e descem o vale do rio Paraíba do Sul até chegar ao sul do Espírito Santo, no caminho penetra pela Mata mineira ao longo de seus afluentes.

Foi a lavoura da rubiácea responsável pela eliminação da descontinuidade existente entre o Estado do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais. Até o início do século XIX, a região serrana fluminense constituía um deserto somente habitada por algumas tribos de índios em sua maioria aldeados, que praticavam uma agricultura rudimentar (PINTO, 1965, p.210).

É importante ressaltar que no período inicial da colonização até o século XVIII o litoral, na altura do Espírito Santo e Rio de Janeiro, manteve pouco contato com o interior. Três fatores contribuíram: 1) a serra do Mar é um paredão escarpado seguido por vales profundo de rios largos com vários trechos de cachoeiras. Este paredão cai de forma abrupta sobre o oceano, cercando as baixadas litorâneas. Após os vales ergue-se a serra da Mantiqueira. Nesta época aliava-se ao desafio do relevo a mata Atlântica, uma floresta tropical contínua e densa que se estendia desde o sul da Bahia ao norte do Paraná. 2) Os indígenas. Enquanto os europeus se aliaram facilmente à maior parte dos grupos indígenas presentes no litoral, os índios do interior mostraram-se extremamente hostis, notadamente os Aymorés e os Coroados. Além de conhecerem melhor a terra ainda possuíam a mata como refúgio. Várias tentativas de ocupação resultaram em violência – a região do rio Doce, por exemplo, só foi conquistada no início do século XIX, através da força militar. 3) A proibição em ocupar terras no trajeto do escoamento da produção mineral.

A diferença deste povoamento moderno em relação aos fluxos de população anteriores foi a falta de braços, seja escravo ou livre, para os diferentes trabalhos nas fazendas e nos vilarejos que começavam a surgir (Affonso Escragnolle Tunay apud PINTO, 1965, p.211-212). Em termos políticos as Minas Gerais oitocentista eram um quase quadrado dividido em cinco comarcas – Vila Rica, Rio das Mortes, Serro do Frio, Sabará e Paracatu. A Zona da Mata pertencia à comarca do Rio das Mortes, cuja sede era São João D'El Rei. Os pequenos povoados de Simão Pereira e Matias Barbosa<sup>10</sup> – pertencentes à cidade de Barbacena –, localizados na fronteira da capitania do Rio de Janeiro, foram as pontas de lança na ocupação do vale do rio Paraíba. É neste contexto que se inicia a formação da cidade de Juiz de Fora.

---

<sup>10</sup> Originalmente grafava-se Mathias Barboza

## 2.2 Uma cidade sobre águas esverdeadas

*Essa dignidade não era diminuída pelos novilhos e pelos porcos do Inácio da Gama, porque só nas fazendas sofisticadas de hoje é que o gado, o mugido, o ronco e o cheiro de bosta foram afastados do dono. Aquela porcaria era porcaria opulenta, porcaria de boiardo, porcaria de quem tem e gosta de ouvir e cheirar sua posse. Porcaria de mineiro rico.*

(Pedro Nava)

Após se comprometer com Artur de Sá Meneses, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, em abrir uma picada que mais tarde seria a Estrada Real do Caminho Novo, Garcia Rodrigues Paes recebeu como recompensa por seu trabalho para a Coroa uma sesmaria ao lado do registro de Matias Barbosa, doada por D. João V em 1711. Nela foi construída a fazenda *Rocinha da Negra*, doada a seu filho Germano Dias Paes Leme, que a vendeu em 1758 a José Pinto de Sousa, que a revendeu a José Cerqueira Leite, cuja família manteve-se proprietária até o último quarto do século XX. Mas o primeiro a ser autorizado a cultivar na região, já no lado mineiro, foi Simão Pereira de Sá, em terras que hoje são o município de Simão Pereira

As sesmarias ao longo do Caminho Novo tinham uma lógica de estabelecer uma vigilância militar e ocupar o terreno com senhores fiéis à Coroa. Percebe-se isto pelas outras importantes fazendas construídas na região que se tornará a cidade de Juiz de Fora: a sesmaria de Matias Barbosa da Silva, coronel-de-ordenanças-a-cavalo. Este não chegou a residir na região, mas o local de sua fazenda tornou-se o município de Matias Barbosa; a sesmaria do alcaide-mór do Rio de Janeiro Tomé Correa Vasques, casado com a filha de Garcia Paes, Antônia Teresa Maria Paes Vasques. A sede desta sesmaria ficou conhecida posteriormente como fazenda da (atuais bairros Santa Terezinha, Bandeirantes e Granjas Bethânia, em Juiz de Fora); o capitão-mor José de Souza Fragozo recebe uma carta de sesmaria para ocupar uma região mais ao sul das terras do alcaide-mor. Esta região ficou conhecida como Marmelo; João de Oliveira, secretário do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, torna-se sesmeiro entre os dois, e lhe são destinadas terras nas duas margens do rio Paraibuna – onde hoje está a zona central de Juiz de Fora. Manoel Correa de Araújo, juiz da alfândega do Rio de Janeiro e irmão do alcaide-mor, recebeu suas terras ao norte daquelas destinadas ao irmão. (PROCÓPIO FILHO, 1979, p. 130, 309; LESSA, 1985, p. 23-24).

Assim, o início da ocupação do território onde hoje se localiza a cidade de Juiz

de Fora coube a Tomé Correa Vasques, Manoel Correa de Araújo, José de Souza Fragozo e Luis Fortes Bustamante de Sá (comprador das terras de João de Oliveira). Ao alcáide-mor coube a rentável função de cobrador de impostos, por este motivo mudou-se para sua sesmaria e mandou construir o primeiro edifício<sup>11</sup> sólido e de telhas da região – nesta época as construções eram apenas o rés-do-chão e cobertas com sapé.

Na região de Juiz de Fora o Caminho Novo passava pela margem esquerda do rio Paraibuna, pois o outro lado era composto de um alagadiço de mais de 24 quilômetros e uma imensa lagoa e, fechando o horizonte, um morro de pedras lisas, negras e úmidas. Só pelo ano de 1709 é que se registra o trânsito regular de tropeiros. O uso de caminhos fluviais na capitania do Rio de Janeiro facilita a subida de caçadores de ouro. Enquanto o resultado das minas era abundante pouca criminalidade havia ao longo do Caminho Novo, entretanto, pelos idos de 1780 passou-se aos assaltos organizados e violentos. O resultado do aumento da criminalidade foi a queda no número de viajantes e a organização de caravanas fortemente armadas e viajando apenas durante o dia. O governo da capitania de Minas Gerais colocou a segurança da estrada a cargo de um destacamento de cavalaria, comandado por Joaquim José da Silva Xavier, que seria mais tarde um dos membros da revolução mineira contra a Coroa. A Estrada Real do Caminho Novo só retoma a normalidade após 1783, com o desmantelamento das quadrilhas.

O nome juiz de fora aparece como indicação de lugar somente após a negociação entre João de Oliveira e Luis Fortes Bustamante de Sá, pois este último era juiz de fora da cidade do Rio de Janeiro. Assim, a sesmaria começa a ser denominada de sesmaria do Juiz de Fora. Um mapa de 1718 e documentos militares de 1719 nomeiam oficialmente a região (LESSA, 1985, p.26). A sede da fazenda foi construída na margem esquerda do rio Paraibuna e sobreviveu até os anos 1970. O juiz de fora Bustamante de Sá foi expulso de Minas Gerais pelo rei D. Pedro V a pedido do governador Lourenço de Almeida – problemas com a justiça e a invasão da fazenda do Marmelo motivaram o pedido do governador da capitania. A propriedade da fazenda do Juiz de Fora é passada (1728) para o desembargador e juiz do fisco Roberto Carr Ribeiro, genro de Bustamante de Sá.

Depois de dez anos a fazenda do Juiz de Fora é comprada por Antônio Vidal, um

---

<sup>11</sup> A casa ainda existe, abandonada, na rua Alencar Tristão 270.

comerciante luso-espanhol que possuía algumas roças na área de Matias Barbosa. Em 1751 é nomeado capitão, chefiando uma companhia com 50 soldados de infantaria e oficiais (esta tropa ficou aquartelada no edifício construído pelo alcáide-mor). Entre 1756 e 1764 este comerciante também compra terras dos herdeiros do alcáide-mor Tomé Correa Vasques. Os herdeiros de Antônio Vidal seguiram a trajetória tradicional das famílias desta época: Antônio Vidal de Barbosa Lage, o primeiro filho, foi para Lisboa onde tornou-se advogado; Manuel Vidal de Barbosa Lage, o segundo filho, foi o herdeiro que se manteve na terra e construiu a fazenda do Ribeirão das Rosas<sup>12</sup>, sendo dono da fazenda Alcademór e da fazenda Entre-morros; como tradicionalmente acontecia nas famílias dessa época, o terceiro filho foi para a Igreja, padre Francisco Vidal de Barbosa Lage, que foi implicado na Conjuração Mineira, mas não foi processado; José Vidal de Barbosa Lage, o quarto filho, entrou para o exército, chegando a brigadeiro e juiz ordinário da cidade de Barbacena; o último filho, Domingos Vidal de Barbosa Lage, licenciou-se médico na França e participou da Conjuração Mineira, sendo condenado ao exílio em África, onde faleceu no Convento de São Francisco, ilha de São Tiago de Cabo Verde, em 1793.

Pelos idos de 1784 as propriedades dos Vidal eram conhecidas como Três Irmãos e uma diligência policial registra como proprietários da fazenda do Juiz de Fora os irmãos José Vidal, padre Francisco Vidal e Domingos Vidal (LESSA, 1985, p.30). Três anos depois Antônio Dias Tostes começa a comprar terras nos arredores da futura cidade. Já no início do século XIX chega à região um dos primeiros deserdados do ouro: Antônio Dias Tostes (filho), que funda a fazenda do *Retiro* e adquire as terras pertencentes à fazenda do Juiz de Fora e uma parte da fazenda do Marmelo. Manuel Vidal foi o único dos irmãos que ficou na região, trabalhando em sua propriedade. A fazenda do Juiz de Fora acaba vendida por José Vidal para Antônio Dias Tostes em 1812.

Com a estrada real do Caminho Novo permitindo o fluxo constante de pessoas e bens, a comunicação entre o interior da colônia e o porto do Rio de Janeiro é incrementada, levando a coroa a estabelecer o correio regular em 1798. A Junta de Administração da

---

<sup>12</sup> A sede da fazenda ainda existe e pertence hoje ao Exército Brasileiro, fazendo parte de um quartel no bairro Mariano Procópio.

Capitania determinou que a mala postal seria centralizada em Vila Rica e enviada para o registro de Matias Barbosa. A distância seria percorrida a cavalo em 15 dias e a mala postal seria trocada no registro pela que vinha do Rio de Janeiro. O Termo da Junta estabeleceu o funcionamento do Correio da seguinte forma:

[...] todas as Cartas que sahirem desta Capitania de Minas Geraes, para o Rio de Janeiro, sejam vedadas Mallas dos Correios que se estabelecem; [...] para o que se farão as buscas necessárias pelas extremidades da Capitania e quando sejam achadas algumas cartas, se remeterão estas aos Correios mais visinhos [...]; refletindo-se na difficuldade que pode haver para se fazer o mesmo embarço na comonicação Interior da Capitania, se deixa esta livre, podendo o trato das Cartas pelos Correios ou fora delles; ficando porém vedado este transporte, para as Capitancias do Rio de Janeiro e Goyas. E como a comonicação desta Capitania de Minas Geraes com as da Bahia e Pernambuco, he por Certões estensissimos [...] não estabelecem por ora Correios para estas duas Capitancias [...]. Como a comonicação [...] com S. Paulo fará lembrar tão bem haver percizão de se criar Correio, comtudo como o giro do Commercio destas Capitancias se faz pessoal, não virá a necessitar por esta razão de maior correspondência; e do mesmo modo se acautella a despeza [...]. (ESTEVEZ E LAGE, 1989, p.40-41)

As fontes de informação sobre os modos de vida e os fazeres culturais da região até o primeiro terço do século XIX ficam por conta dos relatos de viagem, principalmente de estrangeiros. O botânico Auguste de Saint-Hilaire – por exemplo –, que atravessou Minas Gerais em companhia do cônsul da Rússia, Georg Heinrich von Langsdorff, lançou um olhar atento tanto para sua missão – colher espécies da flora e da fauna brasileira para levar à França – quanto para os hábitos e costumes do Brasil, onde ficou entre 1816 e 1822. Ao cruzar a região de Conceição do Mato Dentro ele observou em seu diário que

A alegria que anima nossos camponeses [franceses] é estranha aos habitantes das povoações da Província de Minas. Com exceção dos torneios (cavalhada) que às vezes celebram pela época de Pentecostes, não conhecem outra espécie de divertimento além de uma dança que a decência mal permite mencionar, e que, no entanto, se tornou quase nacional (o batuque). Sua felicidade é não fazer nada; seus prazeres são os sensuais (2000, p.137).

Saint-Hilaire não poupou críticas à preguiça dos trabalhadores dos ranchos do Caminho Novo e ainda guardou péssimas recordações de Barbacena, a qual qualificou como terra de ladrões e prostitutas.

No ano seguinte (1817) foi a vez do comerciante britânico John Luccok passar pela Estrada Real do Caminho Novo e anotar que “Juiz de Fora contém uma capelinha e umas poucas casitas miseráveis” (apud. LESSA, 1985, p.49). Os locais de pouso e ranchos permitiam o descanso dos viajantes e dos animais, além da comercialização de

alguns produtos agrícolas. Será em 1828 que o pequeno arraial espalhado por várias fazendas terá condições de ser transformado em distrito<sup>13</sup> do município de Barbacena, com o nome de Santo Antônio do Juiz de Fora. A decadência completa da mineração, a partir de 1830, na região de Vila Rica, abre a possibilidade de ocupação das antigas terras proibidas ao longo ou nas proximidades do Caminho Novo. Os deserdados do ouro passam a ocupar cada vez mais terras para a extração de madeira e a agropecuária. Pelo recenseamento de 1831 a população do distrito contava com 1419 pessoas (FAZOLATTO, 2001, p. 17-21).

Para melhorar a ligação com a capital do Império e atender ao crescente aumento populacional e à ocupação do planalto Central que já demandava o transporte de mais mercadorias o governador da província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto, mandou construir a Estrada do Paraibuna, começada em 1836. Esta nova via alterou o caminho de ligação entre o interior de Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro. Mesmo aproveitando diversos trechos do Caminho Novo a estrada passou para a margem direita do rio Paraibuna na atual Benfica, realizando o traçado da atual rua Bernardo Mascarenhas, subiu o atual morro da Glória (contornando uma lagoa de 50 mil metros quadrados); a partir da lagoa conseguiu o terreno reto até o alto de um morro (atual Graminha), pelo qual desceu até atravessar novamente o rio Paraibuna (atual ponte do Zamba) e retomar o traçado do Caminho Novo.

A Estrada do Paraibuna foi construída pelo engenheiro do exército prussiano Heinrich Wilhem Ferdinand Halfeld<sup>14</sup>, que na época fora nomeado engenheiro-chefe da província, e também realizou vários outros serviços para o governo de Minas Gerais. O trajeto da nova via passou pelas terras do futuro sogro do engenheiro.

Durante mais de um século, o único caminho de ligação entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais era a picada aberta por Garcia Rodrigues Paes [...]. Em 1835, o Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, foi contratado, pelo Presidente da Província de Minas Gerais, para construir uma estrada que ligasse Vila Rica até ao registro do Paraibuna, na verdade, o contrato estabelecia um plano de estradas, ligando Vila Rica à Capital do Império e aos quatro pontos cardeais da província (DILLY, 2004, p. 21).

Durante a construção da estrada passou pela região o naturalista escocês George Gardner (1840), em trabalho de coleta de espécies para o rei do Ceilão. Em seu diário

---

<sup>13</sup> Até a República Velha os distritos tinham uma importante função política e administrativa dentro da divisão municipal. Cada distrito, por exemplo, elegia um representante para a câmara municipal, que era o órgão responsável pela administração do município.

<sup>14</sup> Passou à história com o nome portuguêsado de Henrique Guilherme Fernando Halfeld.

escreveu sobre a viagem na estrada em construção:

During the four following days, we [...] arrived at Chapeo d'Uva, at which place the road by which he came, called the Caminho do Mato [...] joins that of the ordinary traffic which passes through the city of Barbacena [...]. At Chapeo d'Uva we slept as usual in a public rancho, and from this place we made a journey of about three leagues, and halted at a large rancho near the village of Entre os Morros. [...] About two leagues and a half, from Chapeo d'Uva, we passed the first toll-bar [atual bairro Barreira do Triunfo ...]. The distance hence to the next toll-bar is ten leagues [...]. The legislative assembly passed a law [...] authorizing the provincial assembly of Minas Gerães to make new roads through the most populous districts [...].  
[...] On the third day afterwards, we passed the second toll-bar, and again crossed the Rio Parahybuna (GARDNER, 1849, p.395-397)<sup>15</sup>.

Estas observações do naturalista escocês são importantes porque colocam a nu alguns mitos sobre a cidade que os historiadores juizforanos teimam em considerar como acontecimentos verdadeiros – também pela necessidade de conservar uma postura digna da aristocracia plebéia que sempre foi cultivada em Juiz de Fora.

Terminada a estrada surge o mito fundador (ou o mito da fundação): o novo caminho passa por fora do povoamento do Morro da Boiada, criado por Antônio Dias Tostes em sua propriedade (que seria o atual bairro Santo Antônio), levando o trânsito dos tropeiros e as pessoas que ali moravam para a margem direita do rio Paraibuna, em frente a antiga sede da fazenda do Juiz de Fora. Outra versão diz que engenheiro Halfeld traçou a planta e construiu a cidade. Assim temos Halfeld para a data oficial, ou os Tostes donos das terras e das pessoas, para a família e agregados; um deles teria fundado a Juiz de Fora da “vanguarda do progresso”<sup>16</sup>. O mito ficou tão arraigado que a historiografia oficial da cidade aceita-o desde muito cedo sem maiores questionamentos, como, por exemplo, o Almanaque da cidade de 1915:

Estava escripto que a cidade moderna e próspera que ora se encontra às margens do Parahybuna não se contentaria com o recanto da *boiada*; eil-a transferida da *pousada* para a várzea que o sobrado de Juiz de Fóra solitário, espiava, como uma esphyngge, esperando o milagre de se tornar centro de

---

<sup>15</sup> **Tradução nossa:** Durante os quatro dias seguintes, [...] chegamos a Chapeo d'Uva, lugar no qual a estrada pela qual se veio, o chamado Caminho do Mato [...] se junta a do tráfego normal que passa através da cidade de Barbacena [...]. No Chapeo d'Uva dormimos, como de costume em um rancho público e, a partir deste lugar, fizemos uma viagem de cerca de três léguas, e paramos em um grande rancho perto da vila de Entre os Morros. [...] Cerca de duas léguas e meia, de Chapeo d'Uva, nós passamos a primeira barreira de pedágio [...]. A distância daqui para a próxima barreira de pedágio é dez léguas [...]. A Assembléia Legislativa aprovou uma lei [...], que autoriza a assembléia provincial de Minas Gerais a fazer novos caminhos através dos distritos mais populosos [...].  
[...] No terceiro dia depois, nós passamos a segunda barreira de pedágio e, novamente, cruzamos o Rio Parahybuna.

<sup>16</sup> Parte da letra do hino da cidade.

actividade o que até então era baldio e cheio de lagoas de águas esverdeadas... (ESTEVEZ; LAGE, 1989, p. 50-51)

Como se lê do relato de George Gardner: “to make new roads through the most populous districts”. Ou seja, a estrada mudaria seu trajeto original de 1709 para passar por uma área mais povoada e, também, para tornar a viagem mais curta. O caminho original foi feito por um capitão-do-mato, enquanto esta estava a ser construída por um engenheiro, que traria soluções para vencer os obstáculos naturais intransponíveis 150 anos antes.

Como se vê no recenseamento de 1831 o distrito já possuía mais de 1400 habitantes. Além disto, o roteiro do bigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, de 1823, descreve detalhadamente a situação da área que hoje se situa o município de Juiz de Fora: Após passar pelo ribeirão dos Arrependidos chega ao rancho do Tostes (atualmente Cedofeita e bairros Floresta, Retiro e Caeté), em seguida para no rancho do Boiadeiro onde existe uma capela de Santo Antônio (também propriedade de Antônio Dias Tostes – pai, ainda em Retiro e Caeté), logo depois chega a Marmelo, passa por “um rancho pouco notável” e apeia no rancho de Juiz de Fora (apud. LESSA, 1985, p.51). Assim, ao fim e ao cabo uma cidade que muitos fundaram, mas que ninguém fundou (ou foi fundada pela Lei Provincial 472 de 31 de maio de 1850, assinada pelo presidente da província Alexandre Joaquim de Sequeira). Ou, como escreveu o memorialista Pedro Nava:

[...] esse casamento com gente tradicional e povoadora do Paraibuna deve ter sido o elemento de fixação de Halfeld na cidade que dizem que ele fundou. Fundou depois de seus sogros e depois de seus cunhados. Esses Tostes, por sua vez, fundaram depois do potentado Manuel do Vale Amado<sup>17</sup>. Este também fundou, mas fundou também depois dos Sousa Coutinho, que fundaram depois de Matias Barbosa [...] (NAVA, 2005, p.128).

No ano de 1841 foi estabelecido o curato de Santo Antônio do Juiz de Fora, sendo o primeiro juiz de paz o cafeicultor da fazenda Paciência, em Matias Barbosa, José Caetano Rodrigues Horta, mais tarde visconde de Itatiaia. Neste tempo a área ocupada por boa parte da atual área central da cidade será dividida entre os doze filhos de Tostes em 1843, com uma planta elaborada pelo engenheiro Halfeld, que se casará com uma das filhas de Tostes e que já possuía imóveis ao longo da estrada recém construída. Isto contribuiu para a formação de mais um povoado na área. Neste mesmo

---

<sup>17</sup> Foi donatário de 19 sesmarias concedidas pelo rei de Portugal na região da Mata Mineira. Abriu muitas fazendas, inclusive com seus quatro irmãos. Nasceu no século XVIII e faleceu em 1801.

ano Eufrásia Romana Evangelista doa um terreno para a edificação de uma capela em louvor a Santo Antônio – que tornou-se a atual catedral. A construção da capela foi terminada em 1847 e em pouco tempo substituída pela construção de uma nova igreja no mesmo local.

A cidade ganha emancipação de Barbacena em 31 de maio de 1850, pois o poder financeiro do café da Zona da Mata gerava poder político para os fazendeiros locais. A cafeicultura que prosperou e fez prosperar o antigo Santo Antônio do Paraibuna, transformando Juiz de Fora no principal núcleo urbano da região.

Na segunda metade do século XIX a economia cafeeira avança no território mineiro, devassando florestas virgens e abrindo fronteiras antes fracamente ocupadas. Grandes propriedades agrícolas são fundadas pela gente de Minas – grupos sociais oriundos da região das Vertentes–Mantiqueira e da antiga região mineradora. Através de um movimento centrífugo de dispersão das elites pelo sudeste mineiro, a Zona da Mata é primeiramente ocupada. A cidade de Juiz de Fora torna-se o principal centro econômico, político e social da região (OLIVEIRA, 2000, p. 54).

No entanto, como em toda a Zona da Mata um dos principais problemas de Juiz de Fora foi a falta de mão-de-obra. À falta de braços se somou o pouco caso com o qual a administração pública tratava a cidade, como pudemos perceber a partir da leitura de documentos do Arquivo Público Municipal que se referem à administração de Juiz de Fora durante o período imperial<sup>18</sup>. O pouco caso com o bem público refletiu-se inclusive na instalação do município, que demorou quase três anos – a sessão de posse dos vereadores da primeira câmara aconteceu em 7 de abril de 1853. Os cidadãos locais ainda tiveram de para comprar do engenheiro Halfeld uma casa para abrigar a câmara municipal.

Então, o crescimento econômico só foi possível a partir de empreendimentos privados, ancorados na renda obtida com a produção de café. Os principais marcos de desenvolvimento financeiro foram a construção de uma nova estrada de ligação com a Corte e, mais tarde, uma usina hidrelétrica. Paradigma desta situação foram os investimentos de Mariano Procópio Ferreira Lage, primo do Duque de Caxias – que foi primeiro-ministro do Brasil e o principal líder político-militar do Segundo Império – e

---

<sup>18</sup> Por não ser o foco de nossa pesquisa não nos detivemos sobre estas informações, mas pudemos perceber em ofícios encaminhados pela administração central da Província que até mesmo um recenseamento não foi realizado. E quando era um pedido da Corte à Assembléia Provincial, já cobrando informações pela segunda vez, se contentava com o envio de informações aproximadas.

próximo de D. Pedro II. O primeiro grande investimento público-privado de Mariano Procópio foi uma nova via entre Petrópolis e Juiz de Fora (a intenção do governo era que posteriormente o projeto se estendesse até o Rio de Janeiro por um lado e até o rio São Francisco pelo outro lado).

[Ele] retornava de uma viagem que fizera a Europa entusiasmado com as estradas de rodagem em que tinha viajado. Diante disto, propôs ao Governo Imperial, no ano de 1852, a construir, e conservar, às suas custas, uma estrada de rodagem “macadamizada”, podendo explorá-la por 50 anos. Obteve essa autorização através do decreto nº 1031 de D. Pedro II, do dia 07 de agosto de 1852 (DILLY, 2004, p. 23).

Engenheiros franceses vieram fazer o projeto, enquanto engenheiros alemães realizavam os trabalhos de campo. Em 1856 chega mão-de-obra qualificada da Alemanha para trabalhar nas oficinas da empresa. Não se sabe quantos técnicos vieram, pois além das pontes de ferro a exploração incluía também um serviço de carruagens e estações de paragens, esta mão-de-obra ficou dispersa.

Para a realização do serviço pesado e não-especializado Mariano Procópio foi obrigado a importar braços, pois num gesto de falsa bondade o monarca Pedro II pede que não se use escravos na construção. Como se sabe um dos problemas do café na região era a falta de mão-de-obra, e o rei sabia que não convinha desviar o pouco que se tinha para construir estradas. Além disso, sabia que podia contar com o excedente de trabalhadores cristãos e migrantes nas terras de seus avós, primos e sogros. Foi contratada a mão-de-obra alemã, que chegou em quatro navios saídos de Hamburgo.

A nova estrada – União e Indústria – teve não só o impacto econômico de facilitar o escoamento da produção local (principalmente café) como atingiu em cheio o modo de vida da cidade: em 1855 a área urbana de Juiz de Fora contava com cerca de 600 habitantes; com o fim das obras em 1861 foram acrescentados 1144 alemães – sendo 503 luteranos. Estabeleceu-se uma relação conflituosa entre Mariano Procópio, o baronato cafeeiro da zona sul da cidade, o bispo de Mariana, os católicos e os não-católicos. Destes vários conflitos a colônia alemã foi asfixiada economicamente e sofreu forte discriminação social e religiosa (ESTEVES; LAGE, 1989, p.59-60; FAZOLATTO, 2001, p.28-29). A situação dos alemães era tão ruim que muitos preferiram voltar para a Europa na I Guerra Mundial e lutar ao lado do Kaiser Wilhelm II. Na II Guerra alguns descendentes torceram (e talvez tenham até mesmo colaborado) pelo exército alemão.

Terminada a obra Mariano Procópio criou um núcleo colonial voltado para a produção agrícola, a Colônia D. Pedro II – atual bairro São Pedro – , localizada em um planalto 200 metros acima do vale do rio Paraibuna. Por divergências com o engenheiro Henrique Halfeld e a aristocracia local fez passar a estrada por fora do trecho já urbanizado de Juiz de Fora, em lugar de subir a longa reta da Estrada do Paraibuna o caminho vira à esquerda em seu início, criando outra reta até as margens do rio e só repete a antiga estrada um quilômetro antes da ponte do Zamba. Este desvio acabou dando condições para expansão urbana e criando o desenho do que hoje é o centro da cidade. A União e Indústria urbanizou e ocupou a área onde hoje fica o bairro Mariano Procópio, distante seis quilômetros do aglomerado urbano que existia na época. Em sua enorme propriedade na parte norte da cidade, ao pé da subida para a colônia dos alemães, construiu armazéns, uma estação para as diligências, um hotel com jardim inglês e lago, e três casas para a família; no alto de um morro uma residência em estilo italiano (atualmente abriga o museu municipal).

Os dois aglomerados urbanos eram equivalentes, a diferença era cultural: enquanto ao norte moravam engenheiros, técnicos e trabalhadores com alguma habilitação; ao sul viviam trabalhadores braçais e pedreiros práticos a serviço da aristocracia cafeeira (cujos títulos de nobreza eram, na maioria dos casos, comprados) – “[...] caboclada se aglomerando aos poucos sob a batuta de meia dúzia de caudilhos afazendeirados [...] construindo casas desenhadas por fazendeiros” (LESSA, 1985, p.74). A disputa entre os dois lados da cidade refletiu-se na planta de Juiz de Fora desenhada pelo engenheiro Gustavo Dodt, em 1860, por encomenda da Câmara Municipal: as ruas foram mapeadas até a lagoa onde terminava a reta da Estrada do Paraibuna, que por esta época já estava nomeada como rua Direita; e apontava o início da rua da Gratidão, que dava nas propriedades de Mariano Procópio; também não indica a existência da colônia dos alemães.

Foi também em 1860 que o primeiro estabelecimento de ensino da cidade começa a funcionar: Colégio Roussin, pertencente ao cônego José de Sousa Roussin. Esta escola produziu as primeiras peças teatrais da cidade, com estudantes e atores amadores. Três anos antes um casarão da rua Direita (atual avenida Barão do Rio Branco) recebeu a primeira companhia teatral, mas de fora da cidade para uma apresentação privada.

Os conflitos sempre experimentavam uma pausa para as festas. No século XIX a maior delas foi a vinda do imperador D. Pedro II para a inauguração da estrada União e

Indústria. Esta primeira visita, em 1861, mobilizou toda a província e atraiu políticos de outras doze, deixando as casas da cidade de portas abertas para atender às necessidades de tantos visitantes. “Foram quatro dias de agitadas encheções de fossas” (LESSA, 1985, p.88). Mariano Procópio, construtor da estrada, entreteu a família imperial com a banda dos colonos alemães (valsas e tiroliros, de tirolese legítimos) e, à noite, com canções alemãs e trajes típicos em uma *marche-aux-flambeaux*<sup>19</sup> (LESSA, 1985, p.88, 90). A nova estrada permitia uma viagem de doze horas entre Petrópolis e Juiz de Fora, reduzindo a poucos dias a viagem entre a Corte e o interior do país – de Raiz da Serra (ao fundo da baía da Guanabara) a Juiz de Fora gastava-se, agora, dois dias.

Quem se divertiu foi Mariano Procópio: o empresário já havia admitido a impossibilidade de pagar o empréstimo para a construção da estrada e tinha a certeza que seu amigo D. Pedro resolveria o problema, tanto é verdade que em 1864 o governo assume a responsabilidade de pagamento das dívidas (ignorando parecer da comissão de Comércio, Indústria e Artes da Assembléia Geral do Império). Além do mais o comendador Mariano Procópio comemorava os lucros das verbas destinadas ao assentamento de colonos estrangeiros, pois sua sociedade colonizadora recebeu para estabelecer dois mil alemães no norte da cidade, mas, como se sabe, só chegaram pouco mais de mil.

A lei que determinou o desmembramento de Barbacena deixou a cidade com o nome legal de Santo Antônio do Paraibuna. Para evitar que Mariano Procópio ganhasse poder político em detrimento do baronato local, uma vez que a estação final de sua estrada era a Estação de Juiz de Fora, o deputado provincial Marcelino de Assis Tostes – Barão de São Marcelino – conseguiu a aprovação, em Dezembro de 1865, da lei que considerava os dois núcleos populacionais como uma só cidade, sob o nome tradicional de Juiz de Fora.

Por esta época passou pela região o naturalista norte-americano Luiz Agassiz<sup>20</sup>, que chefiava uma missão científica para coletar flora e fauna para as coleções da Universidade de Cambridge – a missão percorreu o país entre 1865 e 1866. Em seu diário de viagem, escrito em conjunto com sua esposa, há o relato de duas vindas a Juiz

---

<sup>19</sup> Marcha ou desfile com tochas.

<sup>20</sup> Jean Louis Rodolf Agassiz era suíço naturalizado norte-americano. Até meados do século XX o Brasil seguia a tradição lusitana de aporuguesar os nomes estrangeiros, assim manteremos a grafia usada pela fonte.

de Fora: a primeira, em 20 de maio de 1865, foi uma rápida passagem que misturou investigação científica e encontro social que foi marcado por “um concerto dado por uma orquestra de músicos alemães, quase todos empregados na estrada” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 94). A segunda passagem por Juiz de Fora aconteceu no mês de junho. A equipe de norte-americanos ficou hospedada em uma fazenda de café, onde teve a oportunidade de ver uma festa junina:

Noite de São João. Voltamos para casa à noitinha. Houve um grande jantar, depois uma enorme fogueira em honra de São João foi acesa em frente da casa. [...] Pelo clarão da fogueira passava a ronda dos pretos, com gestos selvagens e cantos cadenciados com acompanhamentos de tambor; depois, de repente, com grandes estrondos, estouravam foguetes, deixando traços luminosos e brilhantes (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 120-121).

A ausência de suntuosos festejos católicos tem, em Juiz de Fora, uma outra razão de ser. Como toda a Zona da Mata, a cidade foi constituída de marginalizados da mineração e do modo de vida barroco existente na região central da província, assim “as festas barrocas são aqui esquecidas. Enquanto os trabalhadores iam aos circos de cavalinhos, cervejarias e piqueniques do 1º de maio, a elite se divertia nos teatros e saraus, em visitas às fazendas” (CHRISTO, 1994, p.14). O café “permitiu a Juiz de Fora – devido a, entre outros fatores, ser a cidade posto de armazenamento, escoamento e venda de café – uma concentração de capitais capaz de suscitar o crescimento industrial” (CHRISTO, 1994, p.11). A autonomia política não correspondia à autonomia religiosa, a sede do bispado era em Mariana. Por isto os prepostos locais eram conservadores e a cidade sentia os efeitos da mão de ferro do bispo de Mariana: perseguição à colônia alemã, de maioria luterana; combate à instalação dos metodistas e à instalação de suas escolas; pressões sobre a assembléia provincial contra a câmara local<sup>21</sup>. Este clima belicoso pode ser exemplificado com a visita do bispo de Trípoli, D. Lasagna à cidade, em 1894. Quando ele e seu staff desembarcou na estação central “populares mostraram todo o seu descontentamento agredindo-o verbalmente, fazendo gestos obscenos aos que o acompanhavam, principalmente às freiras, e atirando excrementos de animais contra o trem<sup>22</sup>” (CHRISTO, 1994, p. 13).

Um efeito colateral da Estrada União e Indústria foi a fixação dos imigrantes. Ao

---

<sup>21</sup> Documentos que detalham estas ações podem ser encontrados na Junta Comercial, nos arquivos do Instituto Granbery da Igreja Metodista e no Arquivo Histórico Municipal. Todos em Juiz de Fora.

<sup>22</sup> O bispo faleceu neste mesmo dia, quando seu trem se chocou com outro, provocando um grave acidente, com muitas mortes, ainda no perímetro urbano de Juiz de Fora.

termino do contrato com a empresa muitos dos trabalhadores qualificados passaram a montar seu próprio negócio – Juiz de Fora chegou a possuir doze cervejarias. Só o transporte de café pela empresa de Mariano Procópio (mais de 31 toneladas por ano), sem contar os demais transportadores, movimentava dinheiro suficiente para lutar contra os pântanos, a febre amarela e o cólera, além de permitir luxos e extravagâncias aos nativos. O dinheiro movimentado na cidade fez com que Joaquim Vidal Leite Ribeiro – barão de Itamarandiba –, abrisse um banco<sup>23</sup>. Em 1864 o município contava com 23.916 habitantes (também ocupava uma área muito maior que a existente atualmente. Esta população incluía os povoados rurais e as fazendas).

Observando a paisagem local, em sua visita de exploração interior do Brasil, Richard Francis Burton, cônsul do Reino Unido em Santos, ao passar por Juiz de Fora em direção as minas de ouro e diamantes não pode deixar de observar que “the settlement consist of three distinct parts, ‘Santo Antônio,’ the city proper; the station of the Company ‘Union and Industry;’ and the German colony, ‘D.Pedro Segundo.’ [...] contained about 1000 souls [...] appeared poor and discontented”<sup>24</sup> (BURTON, 1869, p.58-9). Passando o fim de semana na cidade considerou a Juiz de Fora da época como

[...] the usual mixture of misery and splendour. [...] a single dusty or muddy street, or rather road, across which palms are planted in pairs. [...] The trottoir is a jumpery, and the stranger hoppingover the pavement seems to be practising “bog-trotting”. The dwellings are low and poor, mostly “door and window” [...]. Amongst them, however, are large and roomy town houses, with gilt pineapples on the roof, glass ballson the French balconies, fantastic water-spouts, pig-tailed corners, birds of tile and mortar disposed along the ridges, and all the architectural freaks of Rio de Janeiro<sup>25</sup> (BURTON, 1869, p.59).

Neste cenário de ruas sem calçamento e ricos barões do café foi erguido o terceiro teatro da província de Minas Gerais em 1863: o Teatro da Misericórdia, que segundo cronistas da época era um galpão de telhas, sem forro e de chão batido, com

---

<sup>23</sup> Não foi possível conseguir maiores informações sobre a casa bancária.

<sup>24</sup> O povoamento consiste em três partes distintas, ‘Santo Antônio’, a cidade propriamente, a estação da Companhia ‘União e Indústria,’ e a colônia alemã ‘D. Pedro II.’ [... a colônia] continha cerca de 1000 almas [...] pareceram pobres e descontentes.

<sup>25</sup> [...] a costumeira mistura de miséria e esplendor. [...] uma única rua com poeira ou lama, ou melhor, estrada, em que as palmeiras são plantadas em pares. [...] O trottoir é um saltar, e o estranho saltar sobre o pavimento parece que se esta praticando “trote atolado”. As casas são baixas e pobres, na maior parte “de porta e janela” [...]. Entre elas, entretanto, estão casas de cidade, grandes e espaçosas, com abacaxis dourados no telhado, bolas de vidro nas varandas francesas, fantásticos bicos de água, cantos pig-tailed, aves de azulejo e argamassa dispostas ao longo das cumeeiras, e todas as aberrações arquitetônicas do Rio de Janeiro.

bancos improvisados. O segundo teatro da cidade, o teatro São Sebastião, só estaria funcionando em 1870 e no ano seguinte, após quatro anos de obras, ficou pronto o Teatro Perseverança. Em 1874 aparece o teatro Matos Lobo – cujo nome oficial era Teatro São Sebastião (LESSA, 1985, p. 92-3, 104, 106, 107). Diversão urbana para uma cidade tipicamente rural. O Teatro da Misericórdia foi fundado pelo barão de Bertioga – José Antônio Pinto da Silva. O objetivo da casa de espetáculos era angariar fundos para a Santa Casa de Misericórdia, cujo mantenedor era o próprio barão. O Teatro Perseverança, oficialmente uma iniciativa da Sociedade Progresso de Juiz de Fora, tinha por trás os interesses dos herdeiros do engenheiro Halfeld, nomeadamente Carlos Otto Halfeld e Antônio Amálio Halfeld. Entretanto, a primeira apresentação teatral na cidade foi realizada por um grupo itinerante em 1858, a peça foi “Um judas em Sábado de Aleluia”, de Martins Pena (FONSECA, 1987, p.117).

Uma das contrapartidas para a concessão da estrada União e Indústria foi a implantação, por parte da empresa concessionária, de uma escola agrícola. Ela foi inaugurada em 1869 pelo próprio imperador, cerca de dois quilômetros ao norte da estação de Mariano Procópio. O primeiro diretor foi engenheiro agrônomo suíço Jacques Schendler, mas a Escola Agrícola União e Indústria não formou a primeira turma. As instalações foram vendidas em 1884 para o cafeicultor João José Vieira – compadre de Mariano Procópio na Ordem de Cristo – que passou a arrendar os edifícios, inclusive para escolas. No século XX o imóvel foi comprado pelo Ministério da Agricultura (1913) e passou para o Ministério da Guerra (1917) – atualmente a área é ocupada pelo Hospital Militar e pelo 10º Batalhão de Infantaria.

Paralelamente ao desenvolvimento dos teatros e a construção de escolas a cidade viu florescer vários meios de comunicação. O historiador Jair Lessa (1985) data a chegada do telégrafo em 1870, enquanto Walter Fonseca (1987) cita que ele chega com a instalação da Cia. Telefônica do Brasil em 1884, na rua Halfeld. Com mais precisão é possível datar os diversos jornais e revistas do século XIX. O primeiro jornal a circular oficialmente na cidade foi *O Constituinte*, no primeiro semestre de 1870. Entretanto o jornal *O Pharol*, editado em Paraíba do Sul, possuía desde 1868 um escritório em Juiz de Fora<sup>26</sup>. Não existem maiores informações sobre *O Constituinte*, a principal referência

---

<sup>26</sup> Uma referência, anterior a 1870, sobre o jornal *O Pharol* já foi encontrada em um processo arquivado no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Entretanto não há nenhuma pesquisa que possa esclarecer se o jornal já circulava, ou era editado, na cidade na década de 1860.

é a de que seus assinantes passariam a receber o semanário abolicionista *O Imparcial*. Provavelmente os proprietários trocaram o título e o enfoque da publicação, ou a venderam para o novo jornal. *O Imparcial*, sob edição do advogado Francisco de Assis Mendes Ribeiro, circulou durante seis meses e fechou – iniciou sua circulação em 22/06/1870 segundo Walter Fonseca (1987) ou 22/07/1870 conforme Jair Lessa (1985), ambos concordam que o veículo encerrou suas atividades em dezembro do mesmo ano.

No ano seguinte (1871) registra-se o início da circulação de *O Pharol* em Juiz de Fora. Ele foi o principal jornal de Juiz de Fora e um dos poucos de longa duração. Até 1873 Thomaz Cameron foi o proprietário do veículo. Jornalista e escritor (talvez maçom), Cameron colaborava com os jornais de Petrópolis e passou a morar naquela cidade. Republicano convicto, talvez tenha vendido o jornal por não suportar o ar monárquico e a aristocracia plebéia de Juiz de Fora. Uma cidade de muitos barões e pouquíssimos nobres. Leopoldo Augusto de Miranda foi quem adquiriu o semanário ao jornalista fluminense, nomeando como redator Georges Charles Dupin<sup>27</sup>, que posteriormente tornou-se proprietário do impresso (em sua existência *O Pharol* teve muitos donos e diversas orientações políticas até fechar as portas em 1939). Circulando com quatro páginas o semanário publicava os editais e decretos da câmara municipal, capítulos de folhetins, notícias curtas e notas sem a menor importância sobre curiosidades acontecidas na Europa e – a única parte verdadeiramente de interesse local – anúncios<sup>28</sup>.

Há ainda, em Walter Fonseca (1987), uma referência à existência de um outro periódico que começou a circular em 1870 chamado de *Comercial* pertencente a Francisco Mariano Alves – Jair Lessa (1985) situa este veículo em 1871. De todo modo ele teve duração de poucos meses. Lessa (1985, p.106) escreve que entre 1870 e 1873 existiu também um jornal humorístico cujo título era *O Papagaio*. Estes primeiros anos da década de 1870 marcam também a criação de indústrias entre a área ocupada pela União e Indústria e o povoamento da região sul da cidade – a principal consequência foi a extinção gradual da lagoa existente entre as duas zonas.

---

<sup>27</sup> Francês. Introdutor das rotativas a vapor em Minas Gerais. Não encontramos referência se ele criou um maquinário próprio ou os importou e aprendeu a usá-lo.

<sup>28</sup> Parte do acervo do jornal encontra-se microfilmado no Arquivo Histórico da UFJF. Os microfilmes começam em 1876. O acervo em papel está depositado em condições precárias na Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

Através desses jornais, e principalmente de *O Pharol*, torna-se possível perceber detalhes do cotidiano que passariam despercebidos se não estivessem nas folhas. Existe desde a reclamação de que o dia de Santo Antônio, padroeiro de Juiz de Fora, não era comemorado adequadamente até as observações de como o carnaval era (ou estava se tornando) escandaloso, principalmente por causa dos foliões de fora da cidade. Neste último caso “a imprensa [solicitava] aos hotéis que registrassem o nome e o endereço destes foliões, porém os hotéis defendiam-se, dizendo que sempre o faziam, porém o hóspede dava nome falso” (LESSA, 1985, p.115-116). Também é possível perceber que a brincadeira do entrudo dominava a festa, com fantasias de dominós para proteger a identidade daqueles que tinham um código próprio para molhar as pessoas: limões de cheiro para os namorados, muita água para os amigos e a água dos penicos para quem gozasse de antipatia. Além da água havia as cusparadas das janelas do segundo andar ou da sacada (LESSA, 1985, p.116). Pelas páginas dos jornais ainda é possível, pelas ironias impressas, perceber alguns comportamentos que não seriam dignos de nota:

Muito sem animação correrão por aqui os folguedos carnavalescos. Outro tanto não se póde dizer do entrudo que em certos lugares attingio proporções gigantescas; voltamos ao bom tempo em que se não podia sahir à rua durante os três famosos dias sem correr o risco de voltar-se para a casa molhado como um pinto.

Ainda bom será enquanto só se jogar água! (O PHAROL, 02 mar. 1876)

O carnaval saudado pelo jornal não era uma festa que mobilizava toda a cidade, como passou a acontecer no século XX. Além disso percebe-se que já há uma diferenciação cultural, que aconteceu exclusivamente no Brasil, entre o Entrudo e o Carnaval. A cidade que atualmente pára para a festa de momo dividia suas atenções com outros eventos no século XIX: no mesmo veículo, no dia 17 de fevereiro, encontramos três anúncios de festas das igrejas locais em pleno período carnavalesco: um agradecia as esmolas e organização da festa da igreja do atual bairro Grama; os outros dois tratavam da nomeação dos festeiros para as comemorações de Nossa Senhora das Dores e de São Benedito (O PHAROL, 17 fev. 1876).

O império do Brasil pretendia chegar ao século XX com uma grande malha ferroviária, para isto criou a Estrada de Ferro D. Pedro II. O rei colocou em sua direção o amigo Mariano Procópio, não queria correr o risco de que alguém lembrasse de nomear seu maior desafeto para gerir a empresa – o maçon Barão de Mauá, sempre disposto a realizar grandes empreendimentos. A idéia era criar uma ligação entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará por trem. As demais regiões ligariam-se a esta estrada principal. A chegada dos caminhos de ferro a Juiz de Fora representou, por um lado, o

aumento do fluxo de informações e de investimentos, por outro, mais uma disputa entre Mariano e os barões. Para evitar que a estação ficasse apenas na área da União e Indústria a câmara municipal organizou uma coleta pública de dinheiro para comprar os terrenos onde seriam construídos os armazéns e a paragem de passageiros. Os trilhos e a estação só chegaram em 1875, a parada de Mariano Procópio era a melhor da região, enquanto no centro de Juiz de Fora havia apenas uma plataforma de embarque e desembarque. Em 1877 foi realizada uma melhoria na estação central, que foi reformada em 1883 e (o prédio antigo) adquiriu o aspecto atual em 1902.

Em uma cidade de fazendeiros ricos e cofres públicos vazios todas as obras de maior envergadura dependiam da disponibilidade de alguns e do dinheiro que se conseguia arrecadar nas doações. Assim foi com a estação ferroviária do centro da cidade e com o prédio que passou a abrigar a câmara municipal. Em 1878 (dez meses depois de iniciada sua construção), mais uma vez com a presença de D. Pedro II, foram entregues as chaves do então Palácio da Justiça e Fórum (atual Palácio Barbosa Lima), que desde esta data, com algumas reformas pontuais, está a ser ocupado pela câmara. O prédio, ocupado pelos vereadores e pelo fórum, foi construído pela vontade de Joaquim Barbosa Lima, juiz nomeado para a comarca. Ao chegar a Juiz de Fora exigiu da câmara a doação de um terreno e imediatamente providenciou fundos na capital da província e aos proprietários locais. O ritmo que impôs na construção foi responsável pelo afloramento de um comportamento que passou a fazer parte do caráter do juzforano e perdura até os dias de hoje: a criação de boatos sobre o desabamento e acidentes em grandes obras. A rigidez legal, a intromissão nos assuntos municipais e a rapidez com a qual o juiz Barbosa Lima iniciava os projetos que idealizava tornaram seu período à frente do fórum o mais atribulado de sempre na história do judiciário municipal – algumas reclamações contra o juiz eram publicadas nas páginas dos jornais, com réplicas do mesmo.

O final do ano de 1878 assistiu ao surgimento de mais um jornal: *O Paraibuna*. De caráter noticioso e literário era propriedade do tipógrafo Osório Francisco Alves – O periódico ficou sob sua direção até 1880, quando foi vendido a José Luiz Nogueira, Claudiano Lopes e Carlos Muratori. Também é o ano em que há referências a uma *Gazeta de Juiz de Fora*, jornal do qual se tem informações apenas pelos cronistas do período ou em citações de historiadores da cidade. No ano seguinte (1879) circulou *O Mineiro*, veículo pertencente a Alberto Besouchet. Uma possível explicação para o aparecimento de diversos jornais em Juiz de Fora pode estar no alto nível de

alfabetização da cidade – em 1878 estavam em funcionamento seis colégios particulares, mas os exames finais tinham que ser realizados obrigatoriamente na Corte.

Para quem vivia na sede do município (bairros ao redor da área da União e Indústria, centro e na parte sul da rua Direita) as opções de lazer estavam nas corridas de cavalo – havia o Hipódromo Ferreira Lage na Tapera (atual Santa Terezinha) –, patinação – havia um ringue armado no terreno onde foi construído o Parque Halfeld e outro na Tapera –, e os circos – que também ocupavam a área do Parque Halfeld ou outros terrenos vazios. Para interligar a esparsa mancha urbana da sede de Juiz de Fora foi criada a sociedade por ações Bondes de Juiz de Fora, cujos principais investidores foram Eduardo Batista Roquete Franco e Félix Schmidt. Os bondes, puxados por bestas, começaram a circular em novembro de 1881. É no início deste ano que surge a segunda *Gazeta de Juiz de Fora*, propriedade de José Luiz Nogueira (que ou abandonou a sociedade n’*O Paraibuna* ou o jornal havia fechado). Atuava como editor Carlos Augusto Francisco, depois substituído por Guilherme de Mendonça. Na redação trabalhavam João Severiano da Fonseca Hermes<sup>29</sup> e o poeta Jorge Rodrigues. O jornal, com periodicidade bi-mensal, funcionou entre janeiro e maio. Em março deste 1881 surgiu o semanário republicano *A Bússula*, cujos donos eram Eduardo Ludolf e Carlos Muratori (que também fazia parte da sociedade da *Gazeta*); o redator deste periódico era Inácio Gama.

Seguindo a tendência nacional de ascensão das ideias anti-monarquistas, o ano seguinte vê surgir mais um semanário republicano: *Echo do Povo* (1882-1883). O veículo era propriedade de Ernesto de Melo em sociedade com Luiz Afonso Olive. A redação estava a cargo de João Severiano da Fonseca Hermes, que foi substituído pelo médico Eloy Otoni. Também em 1882 o colégio Ateneu Mineiro passa a editar um jornal: *Labarum*. As relações da imprensa local com o poder em 1883 podem ser vistas no trecho em que Jair Lessa (1989, p.158) escreve: “a imprensa apesar de receber subsídios municipais, metia-lhe o pau [...]”; entretanto, sua informação revela uma relação próxima do poder ou de pertencimento ao poder político-econômico, mas não revela se todos os jornais recebiam tais subsídios ou se apenas algum veículo específico.

Vivendo o apogeu da lavoura cafeeira Juiz de Fora assiste a instalação de mais uma casa bancária (1883), desta vez com correspondentes na Europa. O principal

---

<sup>29</sup> Foi Secretário de Governo (com status de ministro) no primeiro governo republicano. Foi vereador em Juiz de Fora (1887-1889) e deputado constituinte pelo estado do Rio de Janeiro.

acionista do novo banco era o napolitano Francisco Antônio Brandi, cuja família se envolveu em vários investimentos na região. Na área das comunicações Francisco Brandi atuou no setor de telefonia, juntamente com Bernardo Mariano Halfeld e George Francisco Grande<sup>30</sup> representou a Companhia Telefônica do Brasil em Juiz de Fora – esta empresa já possuía uma rede na Corte e na cidade de Santos. Seriam instalados 30 terminais na cidade<sup>31</sup>. O serviço foi inaugurado em 17 de Fevereiro de 1884. Entretanto, depois de dez meses a empresa foi vendida pelos ingleses a Francisco Brandi, George Grande, Bernardo José de Castro e José Antônio Martins de Carvalho, que deste modo ficaram com os lucros e empurraram as despesas de manutenção da rede aos novos proprietários.

Alberto Besouchet, precursor do espiritismo em Juiz de Fora, começa a publicar seu próprio jornal: *O Buscapé* (1884[?]-1889), um semanário humorístico. Neste ano a cidade já conta com mais quatro colégios, num total de dez estabelecimentos particulares em regime de externato, internato ou semi-internato. É também o ano em que entra em pleno funcionamento a primeira fábrica de tecidos da cidade: Industrial Mineira (inaugurada em 25 de Dezembro de 1883 por empresários ingleses). A fábrica ocupou instalações da União e Indústria, que estava em processo de liquidação. Apesar dos primeiros ares industriais e de se assistir a montagens das óperas de Gaetano Donizetti no Teatro Perseverança, a cidade conservava sua feição de aldeia: a rua Halfeld possuía mais de 50 chiqueiros – apesar de proibidos; cercas de bambu fechavam as casa das ruas Barão de São João e Santa Rita; as ruas transversais à rua Direita não possuíam calçadas nem calçamento; a iluminação pública era feita com menos de 150 lâmpões a querosene.

Em janeiro de 1885 surge o jornal *O Democrático*, que editará apenas quatro números. O periódico pertencia a Silva Tavares e Heitor Guimarães, escritor que atuou em diversos veículos da cidade, foi membro da Academia Mineira de Letras e o primeiro presidente da Associação de Imprensa de Minas Gerais. Este ano presenciou uma atividade jornalística muito intensa na cidade, apesar de a maioria dos periódicos terem uma vida efêmera. Em outubro começa a circular o bi-semanário *Correio de Juiz de Fora*, jornal que dura sete meses: até seu proprietário, Rodrigo Antônio Pereira, morrer de febre amarela. A redação deste jornal era composta por dois advogados:

---

<sup>30</sup> Natural da Alemanha, foi vice-cônsul em Juiz de Fora.

<sup>31</sup> Nesta época a sede do município contava com cerca de 4 mil habitantes.

Constantino Luiz Paletta – era republicano e foi deputado da assembléia constituinte da república –, e Washington Bodaró. O Colégio Providência também começou a editar um jornal de circulação esporádica: *Aspirante*. Em Julho começa a ser editado *O Bilontra*<sup>32</sup>, semanário de José Inocêncio de Siqueira Nunes que encerrou suas atividades ao final do ano. O Partido Liberal também editou um jornal por seis meses: *A Democracia*, cuja redação era comandada por Bento Cavalcanti. No campo do jornalismo literário houve a experiência da *Gazetinha*, uma revista quinzenal de apenas três números. À frente desta revista estavam Silva Tavares, Heitor Augusto Guimarães<sup>33</sup> (escritor e um dos fundadores da Academia Mineira de Letras) e Carlos Elbertt. Neste ano *O Pharol* começa a circular também na capital da província (Ouro Preto). O número de periódicos deste ano é reflexo, com certeza, da movimentação em torno das ideias abolicionista e da agitação dos republicanos, fatos que romperam com o marasmo político do Segundo Império.

Outra escola que editou periódicos foi o Colégio (feminino) Nossa Senhora da Piedade. O jornal *A Aurora* funcionou de setembro de 1886 a novembro de 1887. Também foi em 1886 que o comerciante Francisco Batista de Oliveira, natural de Brumado (Bahia), passa a criar novos hábitos na vida econômica de Juiz de Fora. Uma destes hábitos foi o fechamento das lojas aos domingos, conseguido após um intenso lobby junto à Câmara Municipal para que se disciplinasse o horário de funcionamento do comércio. Ao mesmo tempo percebe-se uma alteração na ocupação do espaço urbano a partir de um evento inusitado: a empresa que explorava o serviço de bondes justifica o aumento das passagens pela necessidade de comprar milho para os burros que puxavam os carros, uma vez que havia diminuído o número de pastos na cidade, e os que haviam eram arrendados pelos hotéis para os cavalos dos hóspedes.

É no ano de 1887 que Juiz de Fora recebe seu sistema de abastecimento de água. Até então as residências eram abastecidas por poços, um sistema fácil de obter água em virtude da cidade estar em uma área pantanosa. O sistema de água incluía diversas bicas pelas ruas e o custo do serviço para a população foi alvo de críticas e polêmicas, pois a água, até então, era obtida fácil e gratuitamente – a única justificativa para a

---

<sup>32</sup> Possivelmente um jornal humorístico, pois bilontra significa espertalhão, velhaco, patife.

<sup>33</sup> Há referências que ele foi capitão, mas não se esclarece de qual corporação nem o porque de tal patente.

canalização era de saúde pública. Com a aproximação da abolição e da república novos periódicos também surgem neste ano – de 22/06 até junho do ano seguinte funciona o tri-semanário republicano *A Propaganda*. A gerência do jornal esta a cargo de Avelino Lisboa e na redação trabalhavam nove redatores, sendo que os de maior projeção eram Constantino Paletta, Washington Badaró, Fonseca Hermes, José Caetano Moraes e Castro (vereador por duas vezes) e João D’Avila – todos advogados. Outros jornais que apareceram neste ano foram: o obscuro *Juiz de Fora-Andaluzia*; dois dedicados ao teatro, produzidos por Ernesto de Melo, *O Palco* e *O Ator*; *Riso da Mocidade*, de Simão Butta; *O Pschut*, de Francisco Batista de Oliveira. Merece destaque também a obra jurídica *A Justiça*, editada em fascículos mensais durante todo o ano de 1887 por Constantino Paletta e Washington Badaró.

Outra grande mudança tecnológica para Juiz de Fora neste ano de 1887 foi a eletrificação da iluminação da fábrica de tecidos Industrial Mineira (em agosto), o primeiro estabelecimento da cidade a usar eletricidade. Entretanto os cem teares da empresa continuavam a operar mecanicamente, ou não havia energia suficiente ou o investimento em novos equipamentos não era compensador – a fábrica tinha apenas três anos e meio de funcionamento. Na véspera da abolição o Governo Provincial já se articulava junto à corte para aproveitar o momento e resolver o problema crônico de mão-de-obra, tanto que sanciona a lei 3417 criando uma hospedaria para o recebimento de imigrantes em Juiz de Fora – o prédio para abrigar os imigrantes foi mal planejado, tornando-se foco de inúmeros problemas de saúde e revolta dos estrangeiros. Passaram por Juiz de Fora imigrantes da Itália, Portugal, Bélgica, Alemanha e Espanha. O primeiro grupo chegou para a hospedaria de Juiz de Fora em setembro de 1888. Era constituído de italianos e foram recepcionados na estação por autoridades, banda de música e pela Sociedade Beneficente Italiana. Talvez por serem católicos os italianos foram muito melhor tratados que os alemães trazidos por Mariano Procópio 20 anos antes. Até dezembro passaram pela hospedaria 7246 imigrantes. Os problemas apareceram rápido, pois o prédio previsto para abrigar provisoriamente (por até dez dias) 400 pessoas, teve 2 mil hóspedes só no mês de Novembro, com 200 doentes e com registro de óbitos de crianças. Mil estrangeiros estavam em greve porque a publicidade na Europa havia informado que eles ganhariam terras para trabalhar, ao contrário da realidade que encontraram (LESSA, 1985, p.211).

No campo econômico a cidade tenta se modernizar com a criação de um banco, o primeiro banco da cidade, uma vez que os anteriores eram efetivamente

correspondentes bancários. O Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais funcionou entre 1887 e 1889, quando faliu e descapitalizou muitos de seus sócios.

Segundo Jair Lessa (1985) o guia de Charles Morel editado em 1888 descreve a cidade com “Mil casas, muitas notáveis pela elegância de sua construção; o Fórum é um dos edifícios mais bonitos do Brasil, quatro ou cinco igrejas; dois jornais, vinte advogados. Das casa, quarenta e cinco ou cinquenta, de um só andar; quarenta ou cinquenta assobradadas e umas vinte em forma de chalé”. É no ano da abolição que Bernardo Mascarenhas e seus irmãos fundam (subscrevendo a maior parte das ações) a Companhia Mineira de Eletricidade. A empresa inicia a construção de uma usina hidroelétrica na cachoeira da fazenda do Marmelo (adquirida por Bernardo Mascarenhas) em março, vindo a concluir a obra em 1889. Apesar do pioneirismo na eletrificação de Juiz de Fora a fábrica de tecidos que Bernardo Mascarenhas montou na cidade (1888) colocava seus sessenta teares a funcionar com caldeira de vapor, situação que manteve-se por dez anos. Neste mesmo ano a empresa inglesa proprietária da Industrial Mineira restabelece o serviço de telefonia em Juiz de Fora<sup>34</sup>.

A agitação pós-abolição fez surgir novos periódicos. Um dos destaques foi o diário crítico-noticioso *O Pirilampo*, o primeiro vespertino de Juiz de Fora, que era distribuído ao final da tarde; seu editor era o poeta Oscar da Gama. Também começa a circular *O Comércio de Juiz de Fora* (1888) e *O Progresso*, de Ferreira de Melo. Em Julho deste mesmo ano é lançado o jornal *Diário de Minas* (01/07/1888 – 10/1889), fundado por João Ribeiro Júnior e Batista de Oliveira. Este periódico foi o primeiro a usar o serviço de telégrafo, sendo sua redação composta pelos já conhecidos João Ribeiro, Fonseca Hermes e Heitor Guimarães. O jornal, noticioso, ganhou projeção a ponto de poder editar, a partir de Novembro e semanalmente, uma revista-suplemento de nome *O Piriá*<sup>35</sup>. No ano seguinte ele funde-se a *O Pharol*.

Nos jornais de Juiz de Fora é possível encontrar anúncios para os filhos dos cafeicultores irem estudar no Colégio Jaufret, em Paris. Outra demonstração da força econômica do café está na classificação de rendas dos municípios de Minas Gerais em 1888. As cidades com maior renda foram, pela ordem: Juiz de Fora, Ouro Preto (a capital), São João d’El Rey (mineração), Cataguases (café), Mar de Espanha (café),

---

<sup>34</sup> Jair Lessa (1985) traz esta informação, mas não sabe informar quando o serviço telefônico foi interrompido, nem o motivo.

<sup>35</sup> Piriá – pequeno roedor sul-americano (*Cavia aperea*), aparentado ao porquinho-da-índia. [Do Tupinambá *apereá*.]

Diamantina (mineração), Leopoldina (café), Barbacena (fronteira das zonas de mineração e café).

O fim da escravidão em maio de 1888 pouco impacto econômico provocou na região, pois sempre faltaram braços na Zona da Mata mineira, e a mão-de-obra já há muito era composta por grande número de imigrantes europeus. Testemunha desta situação trabalhista foi a Hospedaria do Imigrante na Tapera, que funcionou como centro de triagem para toda a província até 1920. Em Juiz de Fora apenas a colônia portuguesa realizou festejos de comemoração da assinatura da Lei Áurea. A forma fria com que Juiz de Fora recebeu a notícia do fim da escravidão tem sua explicação na observação de Nelson Werneck Sodre (1983, p.239): “A abolição foi recebida com festas. Os espíritos mais sagazes percebiam o reduzido alcance de seus efeitos”. Feitas as contas era uma realização de cunho moral, sendo que a cidade sempre foi mais devota a efeitos econômicos.

Juiz de Fora sempre foi conhecida pela presença, principalmente, de alemães e italianos. Entretanto, o governo português considerou importante estabelecer um vice-consulado na cidade em Dezembro de 1888, o que revela que provavelmente haviam muitos portugueses na cidade por este período.

Em seus últimos suspiros a monarquia passou a viver de festas e eventos sociais. O visconde de Ouro Preto (último primeiro-ministro do império) vem a Juiz de Fora inaugurar o Teatro Juiz de Fora (28/02/1889), já no ano seguinte o roteiro das digressões de companhias de teatro era: Rio de Janeiro, Juiz de Fora, São João D’El Rey e Ouro Preto. Entre seu aprendizado de aramáico e seus testes fotográficos o imperador dedicou-se à digna tarefa de distribuir, nos anos de 1888 e 1889, 180 títulos de nobreza. Além de festejar um novo teatro a cidade festejou o estabelecimento da Feira do Gado de Benfica, que chegou a negociar 12 mil animais por mês em seus melhores anos. A feira entrou em decadência no início do século XX, comercializando cerca de 900 cabeças de gado por mês em 1908.

Nos últimos meses da monarquia e nas primeiras semanas da república circularam por Juiz de Fora a *Gazeta da Tarde* (10/04/1889 a 02/1890), um diário de propriedade de Bento Xavier Carneiro, cujos redatores eram Heitor Guimarães, Joaquim Guimarães e Hermes da Fonseca (Olegário Pinto substitui Heitor Guimarães em janeiro de 1890, e é substituído nas semanas seguintes por Charles Dupin). Simão Butta Veringo de Athayde lança o semanário *A Lua*, em oposição ou para fazer trocadilho como jornal *O Sol* (27/10/1889), de Cristóvão Gogliano e Otaviano de Almeida. O

violento surto de varíola que assola a cidade (1889) mobiliza os médicos locais, que, por causa desta e de outras doenças endêmicas, fundam a Sociedade de Medicina e Cirurgia – esta associação publicará de outubro de 1889 a novembro de 1892 o *Boletim da Sociedade*, uma revista trimestral.

Agosto de 1889 também marcou Juiz de Fora no campo financeiro e no campo tecnológico. Foi a 20/08/1889 que se testou a iluminação elétrica pública, inaugurada oficialmente no dia 22. No penúltimo dia do mês é entregue oficialmente à câmara a eletrificação das ruas da cidade – para se ter uma ideia da importância deste evento deve-se levar em conta que a iluminação elétrica nas ruas da capital do Brasil só chegaria 15 anos depois. A empresa formada para o fornecimento de eletricidade, Companhia Mineira de Eletricidade (CME), teve uma existência atribulada. O monopólio do fornecimento de energia foi contestado diversas vezes pelos concorrentes; o público mostrava-se insatisfeito com as tarifas; a empresa não acompanhava o crescimento da cidade e a demanda decorrente. A estatal Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) interliga sua rede à CME nos anos 1960 e assume o controle da empresa (extinguindo-a) em 1980.

A força econômica da cidade é demonstrada em 29/08/1889, quando são aprovados os estatutos do Banco de Crédito Real pelo imperador D. Pedro II. Em 5 de setembro a instituição financeira começa a funcionar. Durante vários anos foi o único banco com sede em Minas Gerais. A marca da prosperidade de um período histórico da cidade de Juiz de Fora está no fato de o banco ter resistido à onda de falências do sistema financeiro entre o final do Império e início da República, materializada no prédio de sua sede, em estilo neoclássico, construído em 1929, em plena crise do sistema cafeeiro. O Crédito Real funcionou até os anos 1990, quando foi incorporado pelo Banco Itaú, na esteira das fusões bancárias deste período.

Em 1889 a aceleração da ideia republicana, da proposta de reforma federativa e as diferentes tensões sociais multiplica o número de jornais pelo país, o que teve reflexos em Juiz de Fora. Pequenos jornais de vida efêmera apareceram pela cidade: *O Passatempo* (10/02/1889), editado pela livraria Pereira, que agora pertenciam à empresa Amaral & Torres; *A Regeneração* (23/07/1889 a 04/08/1889), um semanário republicano pertencente a Ernesto de Melo, com a redação composta por Hermes da Fonseca, Heitor Guimarães e Albino Esteves. O semanário humorístico *O Exc...*, redigido por Lindolfo de Assis. *O Bonde* (19/05/1889 a 19/05/1890), semanário humorístico que circulava aos domingos de propriedade de Farnésio de Melo, que tinha

como redatores François Escudero e João Gomes da Silveira.

Como é comum no fim da primavera e entrada do verão um temporal de granizo deixa Juiz de Fora incomunicável em 15/11/1889. O primeiro telegrama com as informações do Rio de Janeiro só chegam à cidade às 21h (LESSA, p.238). No vazio de poder após o golpe republicano a câmara municipal se reúne de acordo com os procedimentos formais do império e sob o retrato de D. Pedro II e continua a governar até o dia 21/01/1890, quando recebe telegrama do Governador Provisório, José Cesário de Faria Alvim Filho, comunicando sua dissolução e a nomeação de um conselho de intendência para governar a cidade, que tomou posse apenas em 11/02, prestando juramento a uma Câmara Municipal que não existia e sob o olhar de um retrato do rei deposto.

Segundo os cronistas a cidade viveu dez dias de festa em honra da república. Os republicanos, ávidos pelos títulos de “nobreza” que seriam distribuídos pelo novo regime, trataram logo de formar a Guarda Cívica Republicana, com três companhias e a nomeação de coronéis e capitães. Na falta de um hino nacional – o existente não servia<sup>36</sup> – cantou-se e festejou-se com o hino nacional francês.

A população do município em 1890 é de 17622 habitantes, sendo que 2503 haviam se declarado estrangeiros. Uma das primeiras ações do governo republicano para romper com o passado e a herança da monarquia foi adotar a atitude xenófoba de demitir todos os funcionários públicos estrangeiros: em Juiz de Fora o responsável pelo abastecimento de água, o inglês Thomaz James Wood foi um deles, mas ele não “foi o único funcionário que recusou cidadania. Mais de uma dezena foi afastada [...] oficialmente, declararam não aceitar a nacionalidade brasileira 330 italianos, 329 portugueses, 20 espanhóis, 5 ingleses, 5 alemães, 2 americanos, 2 suíços e 2 franceses” (LESSA, 1889, p.246).

É nesse ano que surge e desaparece o jornal *Quinze de Novembro*, de Olegário Pinto e Leovigildo Apense. Também a revista *Ilustração Mineira* (de 15/06/1890 a 21/09/1890), cujo primeiro número foi feito por Lindolfo de Assis; no segundo número o desenhista Francisco Machado passa a trabalhar na redação; os demais números foram editados sob responsabilidade de Olegário Pinto e Silva Tavares, que mantiveram o desenhista. A revista era semanal com 8 páginas contendo textos literários, satíricos e

---

<sup>36</sup> O hino brasileiro da época é o atual Hino da Independência, composto por D. Pedro I.

ilustrações satíricas.

Os novos ventos políticos trouxeram também o redesenho do traçado urbano de Juiz de Fora. 1890 é o ano no qual se fazem obras para o aterramento da lagoa de 50 mil metro quadrados existente próximo ao centro da cidade e a consequente urbanização da área, responsável pela ligação entre o centro e Mariano Procópio. A responsabilidade da obra a cargo de uma empresa privada contaria com dinheiro público para sua execução. A pressão pela urbanização da área não passou de especulação imobiliária e interesse financeiro dos proprietários dos terrenos: donos da empresa encarregada da obra, vereadores, parentes e amigos.

A perda de poder do clero com a proclamação da república faz-se sentir em Juiz de Fora na forma de atritos religiosos, até que em 1891 explode uma crise religiosa na cidade. Os Metodistas, que chegaram à cidade com objetivos evangelizadores em 1884, passam a fazer pregações de forma mais aberta e a publicar artigos nos jornais. A consequência foi de começarem a ser hostilizados abertamente pelos padres locais e em várias ocasiões agredidos por populares. Em 01/02/1894, na esteira de um episódio de violência, quinze dias antes, que obrigou à intervenção do destacamento policial local para dispersar os católicos, o padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café<sup>37</sup> funda o jornal *Lar Católico*, com o objetivo explícito de combater a influência dos Metodistas.

1891 também foi um ano que permitiu o aparecimento de outros jornais: *Gazeta da Mata* (04/01/1891), de Carlos de Assis, foi, como era comum, um jornal de curta duração. *Diário da Manhã* (01/03 a agosto/1891), na redação trabalhavam Silva Tavares, Luiz Detsi, Avelino Lisboa, Lindolfo de Assis. *Minas Livre*, fundado em 22/03/1891 circulou durante 15 meses; este periódico deve uma longa trajetória porque era órgão do Partido Republicano e opositor do presidente nomeado de Minas Gerais Cesário Alvim; era editado por Henrique Vaz e Estevão de Oliveira.

A continuidade da expansão econômica da região reflete-se na instalação de uma alfândega ferroviária (1893) no local que origina a atual praça Antônio Carlos. Três anos depois é criada a Associação Comercial de Juiz de Fora, a primeira no gênero no estado de Minas Gerais. Em seus primeiros anos a associação defendia os interesses da agricultura, comércio e indústria, mas ao longo do tempo os agricultores e os industriais foram criando suas próprias associações. Como forma de defender seus interesses classistas a Associação Comercial fundou em 10/03/1923 o jornal *Gazeta Comercial*,

---

<sup>37</sup> Também era advogado e político.

cujo redator-chefe era Heitor Guimarães – o periódico funcionou até 1938. O evento cultural mais importante desta década de 1890 foi a fundação (de fato) da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora em 28/12/1897. A Câmara instalou-a oficialmente em 1888, mas só a partir desta data a biblioteca teve funcionamento efetivo.

A coroação da importância cultural de Juiz de Fora no cenário nacional vai acontecer no início do século XX. A cidade, berço de muitos escritores, assiste à fundação em 25/12/1909 da Academia Mineira de Letras. Sua instalação ocorreu em ato solene a 13/05/1910, sendo sua sede transferida em 25/12/1914 para Belo Horizonte, a nova capital do estado. Em 1907 o Estado já havia criado o primeiro Grupo Escolar de Minas Gerais (ensino básico), que ocupou o palacete Santa Mafalda. O prédio foi construído e mobiliado como presente a D. Pedro II, quando de sua visita a Juiz de Fora em 1861. Entretanto, o monarca quis que o palacete fosse doado para uma finalidade social. O proprietário, sentindo-se ofendido, fechou o imóvel. Este ficou encerrado até que seu filho o doasse ao poder público. Ainda hoje funcionam três escolas do Estado nas dependências do palacete.

Paralelo ao crescimento econômico e ao enriquecimento cultural, ambos de caráter privado, a cidade sofria com a falta de infra-estrutura e planejamento, ambos uma obrigação pública. Em 1906 acontece a primeira grande cheia do rio Paraibuna que afeta a cidade. Eventos similares passaram a acontecer constantemente, pois a cidade cada vez mais ocupava o espaço das águas. Na véspera do Natal de 1940 ocorre a pior cheia do rio Paraibuna: 116 prédios ruíram ou foram demolidos; o trabalho no comércio e indústria foram interrompidos por quatro dias, com perda de estoques e maquinário; as águas inundaram cerca de um quilômetro além do leito do rio; a população foi vacinada emergencialmente contra tifo; e toda a ribeira passou por um trabalho intenso de saneamento para evitar epidemias. A partir deste ano, com recursos federais e ação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o rio foi remodelado e acabaram-se as cheias na área central da cidade.

Na virada do século XIX para o século XX Juiz de Fora era o principal centro econômico de Minas Gerais e, graças ao café, a Zona da Mata era a mais rica região do estado. Em 1910, por exemplo, a cidade possuía 17 indústrias, cerca de 350 estabelecimentos comerciais e de serviços, diversos profissionais liberais e seis colégios. A cidade contava com 30 mil habitantes, a mais populosa de Minas. Aproveitando um trecho escrito sobre o carnaval deste início de século XX pode-se ver um bom retrato da cidade realizado pelo memorialista Pedro Nava, recordando 1907:

Água não era só de chuva ou de enchente. Mais abundante era a dos entrudos. Carnaval. Passavam uns escassos mascarados, dominós de voz fina, diabinhos com que o Benjamin Rezende se divertia arrancando e quebrando chifres [...] os primeiros lança-perfumes – Vlan e o Rodo. Mas o bom mesmo era o entrudo. [...] Os limões de todos os tamanhos e de todas as cores que eram preparados com semanas de antecedência e em enorme quantidade. Continham água-de-cheiro, água pura, água colorida, mas os que nos caíam da sacada do Barão vinham cheios de água suja, de tinta, de mijo podre. Desciam ao mesmo tempo que as cusparadas das moças. [...] Acabava tudo numa inundação de vinho do porto, para rebater e cortar o frio. À noite penava com asma (s.d., p.296-297).

Dez anos depois dessas lembranças de Pedro Nava a cidade está mais elitizada, seus pântanos mais aterrados e os riachos mais subterrâneos. Cerca de 30 mil sacas de café são escoadas só pela estação do Retiro e em Paris existe um escritório exclusivo para a venda do café juizforano na Europa. O dinheiro fácil do café impulsiona também a diversão local. O Club Juiz de Fora é um sintoma deste período, construído pelo principal empreiteiro local, o prédio era meio art-nouveau e o salão era decorado com mobília francesa, espelhos e as janelas tinham o parapeito revestido de veludo – ao estilo Luis XVI. A obra, pronta em 1918 (ardeu em 1950, após um baile de carnaval), custou 300 contos de réis, paga com a contribuição de um conto por sócio (TEIXEIRA FILHO, 1966, p.112).

Porém, nem tudo eram flores na cidade. As condições de trabalho para o operariado nas fábricas de Juiz de Fora refletiam os mesmos problemas do resto do Brasil neste início da industrialização. Entre 1912 e 1924 ocorreram greves e confrontos com a polícia, inclusive com a morte de operários. O dinheiro do café que levantava as fábricas não conseguia segurar em Juiz de Fora a mão-de-obra mais qualificada. A cada ano agentes das indústrias de São Paulo vinham até Minas Gerais recrutar principalmente imigrantes qualificados para as empresas paulistanas<sup>38</sup>. Outro foco de tensões local era os descendentes dos imigrantes alemães, com muitas famílias luteranas. Por levarem uma vida à parte, muitos descendentes dos imigrantes originais preferiram retornar para a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial como membros do exército do imperador Wilhelm II do que continuar em Juiz de Fora<sup>39</sup>. Para se ter uma idéia da marginalização destes imigrantes a Associação Comercial de Juiz de Fora

---

<sup>38</sup> Uma parte desta história está no livro de Silvia M. Belfort Vilela de Andrade: Classe operária em Juiz de Fora. No qual a autora acompanha as três principais greves da cidade (1912, 1920 e 1924) e suas conseqüências.

<sup>39</sup> Não existem pesquisas sobre estes dados. A informação foi colhida em contatos com descendentes da colônia alemã; inclusive citam a existência de muitos simpatizantes do nazismo no período da Segunda Guerra Mundial.

possui documentos com várias negativas aos pedidos de melhorias dos bairros onde eles moravam, sendo que numa resposta sobre a eletrificação do bairro São Pedro é colocado claramente que para a cidade não interessava, nem aprazia a eletrificação do referido bairro.

Entretanto, a crise do café abalou fortemente o Brasil e teve seus reflexos na economia local. Por ter um polo industrial consistente a cidade conseguiu sustentar seu crescimento financeiro. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder trouxe para o centro do jogo político da Zona da Mata líderes ligados às classes populares. A Segunda Guerra Mundial apagou definitivamente as marcas da presença alemã na cidade, uma identidade que os descendentes vão resgatar na última década do século XX.

A inauguração dos transmissores da rádio Industrial, em 1949, mostra que Juiz de Fora se tornou uma cidade com uma importante rede de comunicação. O crescimento da cidade durante o século XX, transformando-a hoje na cidade mais populosa fora da região metropolitana de Belo Horizonte, contribuiu para a manutenção desta rede de comunicações, apesar da perda de importância econômica da região sudeste de Minas Gerais (zonas da Mata, Vertentes e Alto Rio Doce). Apesar de avançada e pioneira em termos de telecomunicações, a cidade presenciou a implantação de emissoras locais de rádio somente depois da construção bem sucedida do serviço de alto-falantes de Arthur Vieira, que começou a funcionar em 19/02/1925. Além da publicidade do comércio local havia entretenimento, garantido pelas músicas que eram retransmitidas a partir das rádios já existentes no Rio de Janeiro. A Rádio Sociedade de Juiz de Fora só começou a transmitir no início de setembro de 1926. A Sociedade foi a primeira emissora de Minas Gerais.

Quanto ao audiovisual Juiz de Fora teve um produtor de cinema, que se dedicou aos cinejornais entre os anos 1930 e 1950, João Gonçalves Carriço, que produziu e vendeu material jornalístico de toda a região para o resto do país. A cidade também experimentou uma das primeiras transmissões de TV do Brasil, graças ao trabalho de fundo de quintal de Olavo Bastos Freire. Ele montou transmissores e receptores por autodidatismo e realizou transmissões públicas para autoridades estaduais em 1948<sup>40</sup>. No entanto, a forma como o setor televisivo foi regulamentado pelo governo federal fez com que Bastos Freire interrompesse a fabricação de equipamentos e se dedicasse a outras atividades. A primeira emissora local foi a TV Industrial, instalada em 1964. Esta

---

<sup>40</sup> João Carriço registrou a transmissão em um de seus cinejornais.

emissora foi comprada pelas Organizações Globo nos anos 1980, tornando-se a Rede Globo Juiz de Fora.

Quanto à imprensa periódica pode-se assinalar que as três primeiras décadas do século XX representaram o seu apogeu. Isto também demonstra o quão atrasada em relação ao resto do mundo, e do próprio Brasil, estava a indústria da informação em Juiz de Fora. Mesmo assim, se pegarmos o ano do modernismo, 1922, veremos que a cidade, com uma população de 118.166 habitantes, possuía seis jornais diários: *O Pharol*, *Correio de Minas*, *Jornal do Commercio* e *O Dia* (matutinos); *A Tarde* e o *Diário Mercantil* (vespertinos).

Essa quantidade de jornais, além das revistas, em circulação fez com que Juiz de Fora ficasse conhecida, na época, como a capital intelectual do Estado de Minas Gerais. O historiador Paulino de Oliveira (1966) escreve que nos anos 1920 se editavam sete jornais na cidade, tão bons ou melhores que os únicos três periódicos que existiam em Belo Horizonte, a capital do estado. Juiz de Fora é, então, considerada uma espécie de centro jornalístico do estado.

O atraso em termos de produto se verificava no formato dos periódicos, ainda mantinham a estrutura dos jornais do século XIX. Em 1930 já havia um novo formato de jornal, mas em Juiz de Fora nenhum jornal circulava com mais de quatro páginas, a não ser nas edições extraordinárias. Apesar de a imprensa ter deixado o caráter artesanal e há muito seguir o modo de produção e a divisão de trabalho das linhas de montagem a cidade ainda o mantinha: a folha de pagamento era pequena, os orçamentos eram pouco expressivos, os colaboradores praticamente não ganhavam nada e quase tudo era publicado de graça.

No fundo, o jornal era mais uma fábrica, como as muitas existentes na cidade.

### **2.3 O Pharol**

O primeiro veículo de comunicação da cidade foi o jornal *O Pharol*, editado a partir de 1870 por Tomaz Cameron, Leopoldo Augusto de Miranda e Georges Sales Dupin. Sua primazia ainda é polêmica em razão da má preservação do acervo de periódicos da cidade, pois apenas recentemente foi encontrado um exemplar que é anterior ao jornal *O Constituinte*. Este número está anexado a um processo jurídico da época.

De todo modo, *O Pharol* já era impresso na cidade de Paraíba do Sul em 1866 e passa a ter um escritório em Juiz de Fora em 1868. Após sua transferência definitiva para a cidade foi o mais importante veículo de comunicação da região durante o século XIX (LESSA, 1985, p.103). 1870 foi o ano em que *O Constituinte* também começou a ser editado, substituído em junho do mesmo ano pelo jornal abolicionista *O Imparcial*, editado por Mendes Ribeiro que desapareceu no final do mesmo ano. A exceção d'*O Pharol*, todos os jornais surgidos nesta década tiveram vida efêmera – fato absolutamente normal em se tratando de empresas jornalísticas nesta época e comum a todos os lugares do mundo.

Datado de 8 de janeiro de 1870 o exemplar mais antigo, *O Pharol*, segundo historiadores locais, encerrou suas atividades em 1939. Entretanto os últimos números disponíveis nos arquivos são de 1924 e não indicam o encerramento do jornal e muito menos dão uma satisfação ao leitor do fim da publicação do periódico. O que deixa dúvidas sobre o período exato de seu encerramento.

Inicialmente era em pequeno formato, com quatro páginas e circulação semanal; as informações estavam divididas em quatro colunas separadas por fio. Seu conteúdo mesclava publicidade, folhetim e notícias, sendo o tema destas direcionado para aqueles que habitualmente freqüentavam Paris ou Londres, algumas vezes com observações sobre a política local ou acontecimentos da Corte<sup>41</sup>.

O alinhamento político do veículo variou de acordo com o tipo de proprietário – e foram muitos. Seu fundador foi Thomaz Cameron que possuía uma orientação democrática e republicana. A partir de 1875, sob administração de George Charles Dupin tendeu para o liberalismo. Quando Lindolpho de Assis assume o veículo em 1885 há uma guinada para o conservadorismo. Entre outubro de 1889 e junho de 1891, após fusão com o *Diário de Minas* e ser gerido por quatro controladores – José Braga, José Mariano Pinto Monteiro, Victor Manoel de Souza Lima e Feliciano Penido –, *O Pharol* é considerado como um veículo politicamente imparcial. Com sua aquisição por Alfredo Ferreira Lage (filho de Mariano Procópio), cuja família era cortesã, torna-se monarquista e, em 1895, declara-se abertamente restaurador e anti-republicano. Por este motivo sua publicação fica suspensa entre outubro de 1896 e abril de 1897, quando

---

<sup>41</sup> Todo o arquivo impresso do jornal encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, ou em microfilme no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Devido a enorme quantidade de jornais examinamos apenas os exemplares dos três primeiros anos.

assume a chefia de redação Francisco Bernardino Rodrigues Silva que declara, reiteradas vezes, que o jornal segue uma orientação política republicana e conservadora.

*O Pharol* foi semanário até 1873, aumentando no ano seguinte sua periodicidade até conseguir se transformar em jornal diário em 1885 (ESTEVES; LAGE, 1915, p.323-324). Para manter a performance exigida por um diário o periódico contrata no ano seguinte Heitor Guimarães para a redação. Entretanto Lindolfo de Assis deixa a direção do jornal em dezembro de 1888, cargo que é assumido por José de A. Braga. Depois de sua transformação em diário o fato mais marcante na história do jornal nesta década de 1880 é a chegada da iluminação elétrica à redação e à oficina, fato ocorrido em 09/04/1890.

Em 17/06/1891 o jornal é vendido por 30 contos de réis a uma empresa que se constitui como sociedade anônima (o que era moda na Juiz de fora desta época). Os acionistas desta empresa são: Francisco Batista de Oliveira; Marcelino de Assis Tostes, Barão de São Marcelino; Francisco Bernardino; Victor Manoel de Souza Lima; José Mariano Pinto Monteiro; José de Andrade Braga; Maria Amália Ferreira Lage.

Em pleno século XX o jornal ainda conserva o formato dos periódicos do século XIX e não faz uso de imagens; a diferença consiste no uso de um título grande para as matérias de capa. Nos anos 1920 o gerente administrativo do jornal é Augusto Marinho de Oliveira.

## **2.4 Diário Mercantil**

O *Diário Mercantil*, ao lado do pioneiro *O Pharol*, foi um jornal de grande importância surgido em Juiz de Fora. Circulou na cidade entre 1912 e 1983 e de certo modo complementa, para a história local, *O Pharol*. Na virada do século XIX havia espaço para o surgimento de vários títulos da imprensa periódica, mas efetivamente importante foi o *Diário Mercantil*, ao contrário da observação de Almir de Oliveira (1978, p.31) que considera “pôr em relevo o ‘Diário Mercantil’, iniciado em janeiro de 1912; ‘O Dia’, em dezembro de 1917; o ‘Lar Católico’, em 1912; ‘A Batalha’, em agosto de 1920; ‘O Lince’, em janeiro de 1912”.

Apesar de o Álbum do Município afirmar que o *Diário Mercantil* foi lançado em 1912 por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada<sup>42</sup> e João Nogueira Penido (ESTEVES;

---

<sup>42</sup> Foi o quarto membro da família a receber este nome.

LAGE, 1915, p.323-324). Historiadores modernos como Paulino de Oliveira<sup>43</sup> colocam o periódico sob administração desta dupla de políticos apenas a partir de 1917. De todo modo, Antônio Carlos era de uma tradicional família, descendente de Bonifácio de Andrada, e um dos mais influentes políticos mineiros no período da República Velha; enquanto João Penido era descendente do Barão de Bertioga, um dos principais nomes da aristocracia regional no tempo da criação da cidade. Em 1932 o jornal passou ao controle do grupo Diários dos Associados, que pertencia ao jornalista e empresário Assis Chateaubriand, construtor do maior império de comunicação social do Brasil.

Em 1912 as oficinas e redação do Diário Mercantil funcionavam na Av. Rio Branco, onde hoje se localiza a galeria Carmelo Sirimarco. Em data que não se consegue precisar, foi adquirido pela Transoceânica, uma empresa do Rio de Janeiro. Neste momento o redator-chefe do periódico era Pinto de Moura, tendo como redator-secretário, José Costabile. Em 23/01/1917, ao ser adquirido por Antônio Carlos e João Penido a chefia de redação coube a Tito de Carvalho – que já trabalhava como repórter do veículo –, que teve como secretário de redação Rui Novais. Tito de Carvalho só deixa o jornal quando este é incorporado ao grupo Diários Associados em 1931. Apesar de os dois proprietários ocuparem cargos políticos cabia a João Penido dar a orientação da linha política que a redação devia seguir<sup>44</sup>.

O formato deste periódico é o mesmo formato que foi consagrado internacionalmente: em termos de conteúdo possuía um editorial ou artigo de fundo na primeira página com as notícias ocupando os demais espaços, com o fluxo de leitura continuado. Os anúncios e a publicidade ocupavam, geralmente, a página 3 e a página 4. O jornal tem quatro páginas divididas em cinco colunas e apenas os anúncios maiores ocupavam mais de uma coluna. Neste momento ainda não usa fotos ou gravuras.

É importante ressaltar que os novos proprietários do *Diário Mercantil* foram candidatos a deputado pelo Partido Republicano Mineiro – que era um braço do Partido Republicano Conservador –, à época o partido era comandado pelo político de

---

<sup>43</sup> Em artigo para a revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora de 1966, intitulado “A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930”.

<sup>44</sup> A atuação de Antônio Carlos e João Penido na imprensa juizforana são anteriores à aquisição do *Diário Mercantil*. Em 01/06/1897, Antônio Carlos comprou e assumiu a direção do *Jornal do Commercio*, que tinha sido fundado no ano anterior. Em 08/10/1899, ele foi substituído interinamente na direção por João Penido, que ficou no cargo até 09/08/1900.

Barbacena e governador do Estado de Minas Gerais Chrispim Jacques Bias Fortes<sup>45</sup>. Assim, ao contrário de dar um ar generalista ao periódico seus proprietários deixam imediatamente clara a natureza política do veículo. O compromisso com os interesses da burguesia é colocado no editorial de 23/01/1917:

É evidente que não poderíamos pretender esse apoio [da opinião pública] se não afirmássemos desde logo que os interesses das classes produtoras do paiz, quando legítimos, terão em o “Diário Mercantil” um advogado solícito e fiel. E de defensores solícitos e fieis precisam sempre, especialmente nesta hora, a lavoura, o commercio e a industria, as tres grandes forças de onde promanam a riqueza particular e publica, e, portanto, o bem-estar do paiz. [...]  
Em um paiz novo a acção dos governos tem de se orientar no sentido de amparar e fortalecer a iniciativa particular, de modo que lhes cumpre planejar e executar medidas tendentes a esse nobre e proveitoso fim: quaes sejam ellas, eis o que teremos de indicar pelo tempo afóra, inscrevendo-as como parte importante do programa que teremos de realizar.

A trajetória do veículo, em Juiz de Fora<sup>46</sup>, encerrou-se no ano de 1983 de forma melancólica, pois

os poucos leitores juizforanos preferiam os jornais cariocas, dos 5 mil exemplares [de jornais] vendidos nas bancas da cidade, 1,5 mil liam O Globo, 1,2 mil preferiam o Jornal do Brasil, 1 mil gostavam de ler o Diário da Tarde, versão vespertina do DM [Diário Mercantil], e apenas 670 leitores costumavam ler o Diário Mercantil (OLIVEIRA, 2007).

Quando foi fechado, no dia 29 de novembro de 1983, o *Diário Mercantil* tinha um total de 184 funcionários distribuídos entre jornalistas, gráficos, pessoal da administração, pessoal responsável pelo controle de circulação e distribuição. Neste ano o *Diário Mercantil* estava completando 72 anos de existência. Na esteira da derrocada do Império criado por Assis Chateaubriant os Diários Associados também fecharam o irmão vespertino do *Diário Mercantil*, o também juizforano *Diário da Tarde*, que cumpria 42 anos de vida.

---

<sup>45</sup> Os Bias Fortes e os Andrada são adversários históricos na política mineira, disputando o poder em Barbacena e região.

<sup>46</sup> Os Diários Associados mantêm a propriedade do título e editam um jornal *Diário Mercantil*, com noticiário exclusivamente econômico, no Rio de Janeiro.

### 3. Os jornais e a caminhada da discussão pública ao interesse privado

A *esfera pública*, o *público* e o *caráter público* de objetos, locais, situações e pessoas podem ser definidos a partir de uma infinidade de conceitos. Todos estes amarrados, obviamente, a um período histórico. Como não é nossa intenção estabelecer um novo conceito de *público* ou *privado* para o século XXI, vamos simplesmente usar os conceitos já usados no âmbito das ciências sociais. Para tanto nos guiaremos através dos trilhos colocados pela Teoria Crítica, principalmente nas observações deixadas por Jürgen Habermas quando tratou deste tema. Tentaremos estabelecer de forma clara o uso do conceito de esfera pública para que não sejamos traídos pela elasticidade conotativa que seu uso atual permite. Deste modo pretendemos evitar que a expressão sofra uma depreciação enquanto categoria de análise.

Neste sentido tentar-se-á pontuar os elementos principais da formação da esfera pública em Portugal e no Brasil no século XIX e a maneira como estes dois países estabeleceram o debate público através dos media e como a imprensa periódica se desenvolveu. A partir daí realiza-se uma comparação entre os veículos de comunicação, focando os jornais das cidades do Porto e de Juiz de Fora, que são objetos de nosso estudo, nomeadamente: O Pharol, Diário Mercantil, O Primeiro de Janeiro, Jornal de Notícias.

O período de trabalho com os jornais será o século XIX e as primeiras três décadas do século XX. Optou-se por este recorte temporal porque o periódico O Pharol deixa de existir em meados dos anos 1920 e o Diário Mercantil passa às mãos do grupo de alcance nacional Diários Associados já em 1932. Outro motivo está relacionado ao ciclo histórico marcado por Eric Hobsbawm como sendo o século XX: segundo este historiador as características sociais, económicas, geopolíticas e culturais do século XIX persistem até a Primeira Guerra Mundial. Pensando especificamente o Brasil, pode-se ver que a estrutura republicana e os centros de poder estabelecidos no século XIX persistem até a Revolução de 1930.

A escolha de se trabalhar com os jornais portugueses O Primeiro de Janeiro e Jornal de Notícias se prende ao fato dos dois periódicos terem vencido o século XX e continuarem em circulação.

### 3.1. A imprensa periódica e a esfera pública

Habermas, ao tratar do tema do público, o faz para tentar compreender este tema pelo ponto de vista da Era Moderna. Neste sentido, para o Homem gerado após o racionalismo iluminista, o público compreende uma infinidade de sentidos, de acordo com a localização do indivíduo – se em meio a sua coletividade, se diante de seus pares, se sujeito ou objeto de um discurso.

Desta forma os eventos são públicos por serem acessíveis, o Estado é o poder público por possuir a tarefa de promover o bem público – o bem a todos os seus cidadãos. Ressalte-se que o conceito de público não se cristaliza, ele também evolui no mesmo ritmo da sociedade moderna, estabelecendo um limite vinculante entre as coisas públicas e as coisas privadas – uma fronteira que não é rígida.

Mas aqui o interesse está na opinião pública que, conforme o próprio Habermas coloca, é categoriza uma esfera pública informada. Mais especificamente tratar-se-á do sujeito desta esfera pública no âmbito da comunicação social: público enquanto portador da opinião pública e também aquele que desperta a opinião pública. Apenas para reafirmar este conceito: “[...] incluem-se entre os ‘órgãos da esfera pública’ os órgãos estatais ou então os mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique” (HABERMAS, 2003, p.15).

Da mesma forma que as estruturas pré-capitalistas do século XIII são as responsáveis para o surgimento do capitalismo financeiro do século XX, os meios de divulgação do mesmo período tornam-se os periódicos do jornalismo industrial. São tecnologias que se associam, se fundem e se transformam de modo a ensinar de forma eficiente e eficaz os indivíduos para que consigam usar bem os meios de comunicação e que possam criar novos meios para a difusão de informação.

Na esteira do desenvolvimento comercial foi se aperfeiçoando o sistema de trocas de informação. De início a mala postal comercial é uma forma de correio essencialmente privada, pois o comércio necessitava de informação para prosperar e a informação não era um produto a ser vendido ao público, ainda. Como exemplo temos os Fugger, banqueiros da cidade alemã de Augsburg, que estabelecem um serviço de venda de informações para outros banqueiros. No século XV e avançando pelo século XVI os escritórios de informação que produzem estas malas postais lançam as bases para o jornalismo industrial. Primeiro elas modificam o campo linguístico, pois quem

produz as informações manuscritas para as corporações comerciais são nomeados em Roma como os *gazettani*; em Paris como os *nouvellistes*; na Alemanha como os *zeitungers* ou *novellisten*. Paralelamente no campo estrutural, uma vez que as informações passam a ser fornecidas em relatórios semanais sistemáticos, criando uma espécie de jornal manuscrito.

Neste ponto há que se fazer uma ressalva e buscar uma conceituação de correio em Werner Sombart: o correio, diferentemente da mala postal comercial comum nesse período, só passa a existir formalmente quando o transporte regular de cartas é acessível ao público em geral. Da mesma forma, como acrescenta Habermas, o sentido estrito de imprensa só pode ser tomado quando a transmissão regular de informações torna-se acessível a este “público em geral”. Em resumo, é um proto-jornalismo ou a criação da base tecnológica que permitirá o aparecimento do jornalismo.

No campo político o século XVI é o transitar do Estado feudal para o Estado moderno. Público passa a ser sinónimo de estatal, a ideia de produção privada e oposição entre público e privado floresce. Também floresce a relevância de uma opinião pública burguesa que se faz ouvir no campo da política de Estado e, em consequência, a ter participação política<sup>47</sup>. O avanço do capitalismo mercantilista dos séculos iniciais da modernidade acaba por levar o fluxo privado de informações para fora dos círculos comerciais, gerando os primeiros jornais, cujas informações “pertencem ao rebotalho do material noticioso” (HABERMAS, 2003, p.35). A culpa não era dos editores, mas da censura do Estado<sup>48</sup> e a filtragem realizada pelos grandes comerciantes destinatários em primeira mão. Portanto, os temas eram os *fait-divers*, informações de outros países, notas da corte e notícias menos importantes do comércio.

Obviamente que ao perceberem a mais-valia obtida com as notícias do correio privado os escritórios que produziam as correspondências comerciais dessem o passo seguinte: vender ao público as informações. As notícias passam a ser vistas como mercadorias e, em consequência, as informações passam a estar sujeitas a valores de uso e valores de troca como qualquer outro produto. A invenção de Gutenberg torna mais barata a confecção dos boletins, que ganham carácter público.

---

<sup>47</sup> Não é objetivo deste trabalho descrever ao pormenor estas mudanças nem este período de transição. Estas informações estão detalhadas em Hanna Arendt e Jürgen Habermas.

<sup>48</sup> José Tengarrinha em sua História da imprensa periódica portuguesa descreve detalhadamente o sistema censório em Portugal.

Maurice Fabre faz uma breve linha do tempo com o aparecimento cronológico dos periódicos: o primeiro periódico regular, *Nieuwe Tijdinghen*, em Antuérpia (1602), as primeiras gazetas em Strasburgo, *Relation aller fürnemmen und gedenckwürdigen Historien* e *Avisa Relation oder Zeitung* (1609); *Frankfurter Oberpostzeitungen* (1612); *Lüneburgsche Anzeiger* (1614); *Zeitung Post* (1620). Note-se que a nomenclatura das publicações remete para as trocas epistolares entre os banqueiros e comerciantes. Também é interessante notar que são cidades cujo poder de facto está nas mãos da burguesia.

Por outro lado, na Inglaterra e em França, apesar do forte poder da aristocracia, também floresceu a imprensa periódica. *The Corante* (ou *Newes from Italy, Germany, Hungarie, Spaine and France*) surge em Londres em 1621. O *Corante* é uma tradução do Coranto holandês<sup>49</sup> – boletins noticiosos de uma página –, daí seu nome em inglês. Este periódico é editado na Inglaterra a partir do momento no qual o rei James I pede aos holandeses o fim da exportação de corantos. No ano seguinte é editado o *Weekly News* (*Weekly News from Italy, Germany, Hungaria, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries* ou *News from Most Parts of Christendom*). A diferença estava em ser produzido no formato livro em contraste com a folha simples dos corantos. Este formato dura até meados dos anos 1660, quando surge o modelo moderno do jornal com a publicação da *Oxford Gazette*. As informações são do exterior porque o regime dos Stuarts tem poder suficiente para bloquear a discussão pública dos assuntos internos do Reino Unido.

No ano de 1622 é estabelecido um acordo comercial entre doze grandes oficinas de impressão inglesas, holandesas e alemãs. O contrato destes impressores serve basicamente para manter contínuo o fluxo de um produto que estava ganhando cada vez mais mercado: a notícia. Estas gráficas estabelecem um intercâmbio sistemático de informações entre elas.

Em França um pequeno burguês, médico a serviço do rei, é quem cria o primeiro jornal do país, *La Gazette* (1631). O tamanho do periódico acompanha o modelo criado pelo *Weekly News* e apresenta, geralmente quatro páginas por edição nos primeiros anos de existência. Luis XIII e seu primeiro-ministro, Cardeal Richelieu, foram os

---

<sup>49</sup> O coranto de Pieter van den Keere, *The new tydings out of Italie are not yet com* é o mais antigo em língua inglesa que chegou aos nossos dias, publicado em 1620. Já o periódico *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, é o primeiro coranto publicado na Holanda em 1618.

incentivadores da publicação, que serviu como órgão oficial do governo francês. *La Gazette* consolida o formato do jornal deste período, formato este que será copiado pelos países periféricos.

A adesão aos jornais não é tão rápida e nem tão fácil. Primeiro porque depende de uma base tecnológica que nem todos países possuíam – impressão, alfabetização, papel. Em segundo lugar por causa do controle de informações e censura estabelecido, em níveis diferentes, pelos governos de cada país. Assim, o primeiro jornal português virá a lume apenas em 1641, *A Gazeta da Restauração*. Várias são as causas desta demora em aparecer um jornal em Portugal, mas na linha de raciocínio que se está a seguir, destaca-se a ausência de uma esfera pública burguesa, capaz de se fazer presente na vida social do país. Tanto que o veículo deixa de existir em 1647.

O primeiro jornal diário surge a partir de 1650, o *Einkommende Zeitungen*. Seguindo o desenvolvimento histórico dos periódicos, este é um jornal da cidade de Leipzig (apesar de mudar de nome ao longo dos anos, este jornal atravessa o século XX). Mais uma vez demonstrou-se que o desenvolvimento do jornalismo estava dependente de uma esfera pública capaz de dar respaldo à divulgação de informações.

A consciência da necessidade de liberdade de expressão e de pensamento rapidamente passou a fazer parte da agenda burguesa. Isto se traduziu na liberdade religiosa, na modificação da estrutura legal e na quebra do rigor censório nas regiões onde estava a se formar uma esfera pública burguesa. O melhor exemplo está na Inglaterra: desde 1586 que a Court of Star Chamber<sup>50</sup> estabeleceu que não deviam ser publicadas notícias internas. Após 20 anos da circulação de jornais naquele país vê-se o enfraquecimento do poder centralizado nas mãos do rei, que foi a aprovação pelo parlamento do Habeas Corpus Act (An Act for the Regulating the Privie Councill and for taking away the Court commonly called the Star Chamber), que extinguiu os poderes da Court os Star Chambers. Com o fim desta corte o controle sobre as publicações, principalmente jornais, praticamente acaba, o que facilita o surgimento de uma série de publicações noticiosas durante a guerra civil de 1642-1650, pois as punições subjetivas ou fora da letra da lei acabaram.

---

<sup>50</sup> Era um tribunal instituído no reinado de Henrique VII com o objetivo original de punir atos efetivamente ilegais, mas tecnicamente não puníveis pelas demais cortes de justiça. Sua flexibilidade de interpretações e subjetividade permitiu que o tribunal evoluísse para instrumento de repressão e opressão.

Entretanto, neste século XVII, “o jornal era um órgão noticioso de segunda categoria, enquanto [...] a carta ainda era considerada, de um modo geral, como a fonte de informações mais confiável e rápida” (Hermann Bode apud. HABERMAS, 2003, p. 296). Assim sendo, os prelos tinham interesse em publicar porque as notícias das cartas se converteram em mercadoria – mesmo que apenas a ponta do iceberg informativo fosse publicitado e com enorme atraso. Além disto, nesta fase o capitalismo estava alterando a organização social, pois o burguês tradicional (Burguês por localização: morador de uma cidade) cedia lugar ao novo burguês (Burguês por condição), um misto de homem culto, profissional liberal e funcionário do Estado<sup>51</sup>. Logo, o produto notícia estava ancorado neste consumidor culto, o público leitor.

O mundo estava a mudar e a imprensa periódica era um sintoma, e não o motor, desta mudança. As lideranças políticas que possuíam consciência de seu tempo entenderam o poder que os jornais poderiam adquirir para influenciar o povo e a opinião pública. Então três frentes de disputa se estabeleceram: a legal, a econômica e a propaganda. Fazendo um mapeamento da evolução das palavras, Habermas (2003) demonstra a alteração conceitual da expressão “todo mundo” (world, alle Welt, tout le monde) para “público” (public, Publikum), além do surgimento dos termos “publicidade” (aquilo que vem a público) e “opinião pública” (public opinion, opinion publique, öffentliche Meinung) – o julgamento das pessoas sobre algo.

No capitalismo, com a reunião de pessoas privadas formando um público, estava estabelecida a necessidade de quebra definitiva da organização de poderes. O rei não poderia mais dispor politicamente de uma sociedade baseada no sistema de trocas capitalistas e cuja base estava assentada, agora, no Direito Privado. A esfera pública não poderia funcionar, como não funciona, como o Terceiro Estado; ela pede uma regulação pela autoridade, mas é fundamentalmente contra a autoridade nos moldes em que ela estava constituída no século XVIII. É no seio desta disputa que surgem os jornais políticos, mas principalmente as revistas pedagógicas, as mesas censórias e as

---

<sup>51</sup> “O que caracterizava o burguês legítimo [...] pertencer a uma comunidade urbana, o que era reforçado pelo juramento de ‘cidadania’ [...] ‘burgueses por condição’, serviam ao seu senhor, à sua Igreja, ao seu empresário ou, por pertencerem a uma profissão ‘liberal’, eram ‘livres’; mas entre si nada mais tinham em comum senão serem de condição burguesa [...] que essa designação os delimitava frente à nobreza, ao campesinato e às outras camadas urbanas. [...] o pastor em sua comunidade rural, o engenheiro em seu distrito mineiro, o burocrata no castelo do príncipe eram de ‘condição burguesa’. [...] a burguesia que se diferenciava rigorosamente do povo” (Percy Ernst Schramm – *Hamburg, Deutschland und die Welt*)

legislações restritivas. Nos locais onde a censura do Estado era fraca criavam-se impostos – por exemplo, o imposto do selo Inglaterra.

A discussão da grande política no âmbito da esfera pública já havia começado antes mesmo de os jornais mostrarem toda a sua capacidade de propaganda: cafés na Inglaterra e salões na França com embates intelectuais e difusão de ideias. Neste ponto já estamos no âmbito da cultura transformando-se em mercadoria, e naquilo que Walter Benjamin irá comemorar entusiasmadamente no início do século XX: a perda da aura da obra artística. Tem-se, também, a esfera pública literária que, conforme Habermas (2003) é a origem da esfera pública política, pois “intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade”.

Entretanto o caminho para a consolidação dos jornais fica na dependência da liberdade de expressão, que só será atingida com a consolidação da esfera pública burguesa, com a consolidação do capitalismo e a consolidação da imprensa enquanto veículo para a venda de informações. É claro que a imprensa de opinião da França está presente nos panfletos, mas só irá se livrar da censura com a revolução. No artigo 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão os revolucionários franceses escrevem claramente: “*La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l’Homme : tout Citoyen peut donc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l’abus de cette liberté, dans les cas déterminés par la Loi*”. No mesmo sentido é feita a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Na Inglaterra, como o processo de se conseguir a liberdade de expressão não foi uma ruptura institucional, este demorou a se consolidar: do *Licensing of the Press Act* de 1662 (*An Act for preventing the frequent Abuses in printing seditious treasonable and unlicensed Bookes and Pamphlets and for regulating of Printing and Printing Presses*) até 1776, quando a Câmara dos Comuns vota uma resolução pela sua ilegalidade após o julgamento do caso *Entick versus Carrington* de 1765<sup>52</sup>.

A questão da liberdade de expressão já havia se estabelecido no século XVII, pois os cafés ingleses e os salões franceses, instituições típicas da esfera pública, eram o local de encontro da aristocracia com a intelectualidade plebeia. A burguesia não possuía postos no Estado ou na Igreja, mas ocupava as posições-chave na economia. Em

---

<sup>52</sup> Os jornais britânicos estarão completamente livres com o fim de todas as restrições econômicas à produção jornalística em 1870. Cronologicamente as taxações eliminadas foram: imposto obrigatório do selo (1855), imposto sobre o papel (1861), imposto opcional sobre jornais (1870).

um primeiro momento são locais de encontro dos prazeres e das críticas literárias, transformando-se no momento seguinte também em crítica política. Pelo século XVIII os salões e cafés funcionavam para os escritores como uma espécie de revisão pelos pares e colocavam todos os frequentadores em posição de igualdade, independente de sua posição social. Por mais diferenças que hajam entre as sociedades francesas, inglesas ou alemãs estes locais acabaram por ter critérios institucionais comuns: organizavam a discussão permanente entre pessoas privadas; exigem uma sociabilidade que se transforma em uma consideração de igualdade entre os presentes, por polidez e não de facto; a argumentação tem autoridade para afirmar-se acima da hierarquia social.

Neste caldo de cultura a prática da discussão em público transborda para as páginas dos periódicos. Os jornais refletem os diversos interesses existentes na sociedade. A crítica de arte é institucionalizada pelos hebdomadários ou mensários; semanários moralistas e de crítica refletem os círculos de discussões dos cafés e salões. “Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles” (HABERMAS, 2003, p.59). Estas discussões passavam para as páginas dos jornais na forma de cartas dos leitores, transformando também os periódicos em espaço de discussão pública.

Ao cabo desse processo a imprensa surge como o quarto poder (ou quarto Estado) – realiza a moderação e a crítica entre a opinião pública e os demais poderes do Estado; entre avanços e recuos da liberdade de expressão. Ao fim do século XVIII a transformação também está perceptível na organização das novas classes sociais: Burgueses, Nobreza e Povo. Os que eram burgueses – artesão, varejista – tornam-se povo (Volk, people), enquanto a burguesia passa a designar as camadas cultas – os homens de negócio, académicos e profissionais liberais. Para estes últimos é que a imprensa periódica contribuiu para a construção de uma esfera pública que desembocaria na Revolução.

O Estado surgido da Revolução extinguirá a legislação mercantilista e estabelecerá o Direito Privado, o status das pessoas diante dos contratos e os limites do Estado. É a codificação do direito Burguês. Esta codificação vai permitir a segurança jurídica para a atuação capitalista. Também garantira um regime de liberdade de expressão que transformará o jornalismo em negócio industrial, permitindo investimento e produção para ganhos em escala.

A segunda revolução industrial vai produzir o formato definitivo do jornal, que será reproduzido mundo a fora. Emile de Girardin lança o *La Presse* em 1836, com

baixo preço de assinaturas e um modelo de anúncio simples com apelo direto ao consumidor, o que representou aumento da tiragem, pois a publicidade pagava a edição (ou seja, passava-se para a produção em escala). Trinta anos depois Moïse Polydore Millaud funda o *Le Petit Journal*, um periódico barato, difusor de curiosidades, acontecimentos políticos, fatos históricos retrospectivos e textos ficcionais; as notícias são breves e sempre com um viés sensacionalista; com o tempo elimina os artigos de fundo<sup>53</sup>. Outra invenção do período foi o folhetim, que tornou-se obrigatório em todos os grandes jornais.

Na Inglaterra um dos melhores exemplos de periódico em economia de escala é o *Daily Mail*, dos irmãos Alfred Harmsworth (Lord Northcliffe) e Harold Harmsworth (Lord Rothermere). O periódico era vendido por meio penny. O primeiro-ministro britânico Robert Gascoyne-Cecil chegou a dizer que o jornal era um veículo produzido por officeboys para officeboys. A produção em escala não se explica apenas pelo preço ou conteúdo, um fator cultural contribuiu para a massificação da imprensa no fim do século XIX: o *Elementary Education Act* no Reino Unido (1870) e a instituição do ensino primário obrigatório na França (1882): o produto era para ser lido, então nada melhor que criar público leitor.

Numa economia de escala novas empresas surgem para agregar valor ao produto e reduzir ainda mais os custos de produção. Com a imprensa não foi diferente: aproveitando as experiências anteriores de escritórios de informações comerciais e união de prelos, o século XIX experimenta o aparecimento de empresas dedicadas exclusivamente à coleta de informações sobre a atualidade que eram vendidas aos jornais, são as agências de notícias, que hoje são conglomerados industriais para venda de informação. A primeira delas foi fundada 1835, *Agence des Feuilles Politiques, Correspondance Générale*, por Charles-Louis Havas (é a atual *Agence France-Presse*). Em 1848, a *Associated Press* é criada por jornais de Nova York para diminuir os custos da cobertura da guerra dos EUA contra o México. Três anos depois surge a agência *Reuters*, de Paul Julius Reuter.

### **3.2 Imprensa na América colonial**

---

<sup>53</sup> Um modelo que em pleno século XXI será a tônica do jornalismo impresso mais popular como os jornais Destak, Metro ou as publicações brasileiras de 25 centavos.

O primeiro jornal no continente Americano apareceu nas colónias britânicas da América do Norte em Setembro de 1690. Ele foi produzido em Boston, mas não passou de uma experiência, pois teve somente uma edição: o *Publick Occurrences, Both Forreign and Domestick*, do editor Benjamin Harris. Um periódico da Inglaterra circulou nas colónias britânicas entre 1702 e 1735 – o *Daily Courant*, de Samuel Buckley. Em 1729, nasceu o *Pennsylvania Gazette*, de Benjamin Franklin, primeiro jornal a se manter com renda publicitária.

Na América espanhola, também no ano de 1729, foram fundados os periódicos a *Gaceta de Guatemala* e *Las Primicias de la Cultura de Quito*, este último editado pelo intelectual Francisco Javier Eugenio de Santa Cruz y Espejo. Estes dois foram os primeiros jornais latino-americanos. Entretanto, o primeiro jornal diário a circular no continente foi a *Gaceta de Lima*, circulando diariamente a partir de 1743.

O primeiro jornal produzido no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, fruto da vinda da família imperial para a colónia a fim de se proteger do exército napoleónico. O periódico começou a ser impresso em 10 de Setembro de 1808. Com a corte no Brasil outros jornais portugueses também passaram a circular na América, produzidos no exílio, principalmente em Londres.

No fim das contas está imprensa periódica americana foi a responsável pela difusão de ideias iluministas entre a aristocracia *criolla* e serviu como contra-peso às políticas coloniais e ao poder emanado a partir da distante Europa. O resultado foi o fomento dos ideais de emancipação política e económica, que resultaram nas lutas das colónias britânicas e espanholas pela independência.

### **3.3 Observações sobre a esfera pública no Porto e em Juiz de Fora**

A esfera pública no Porto, dominada por cafés e encontros literários, a que Habermas se refere, aconteceu muito tempo depois de na Inglaterra e em França já estar consolidada. Citando Aquilino Ribeiro, Germano Silva vai situar o debate público com importância política dos cafés e tertúlias em meados do século XIX: “(...) esta Praça é que foi a verdadeira Universidade (...). Dali saiu a geração que contribuiu, em boa parte, para fazer a República (...)”. Os cafés surgem na cidade pela década de 1830, mas antes desta época os estudantes, os literatos, os políticos e os comerciantes já se sentavam nas mesas dos botequins para realizar o debate público.

Os cafés do século XIX tornaram-se veículos de vinculação e identidade para as diferentes correntes de pensamento, os diferentes ramos de actividades e as diferentes associações ligadas ao lazer; por exemplo, o Café Portuense, de 1860, recebia comerciantes, negociantes de gado e *brasileiros*; o Café Camacho era frequentado por jornalistas e literatos. O café como espaço de discussão de um público seja literário e/ou político avançou, no Porto, pelo século XX. O melhor exemplo é o do café A Brasileira, que foi fundado em 1903 e reuniu artistas, jornalistas, escritores e políticos; o destaque deste café fica por conta da publicação de um quinzenário literário do ano da sua fundação até 1916.

É na baixa do Porto, principalmente ao longo da praça da Liberdade em suas diversas lojas, cafés e livrarias que reuniam-se juízes, professores, jornalistas, artistas e atores para tertúlias, debates e conspirações. É possível dizer que até o final do século XIX o espaço público no Porto era politicamente mais importante que a arena política de Lisboa, como se percebe na referência que Germano Silva faz de Firmino Pereira: “o Porto era uma vontade e uma força (...) o Terreiro do Paço empalidecia e sentia-se diminuído [quando a Praça Nova mexia]”. (2008, p.178). Talvez a explicação para este fenómeno esteja na formação da cidade do Porto: uma cidade de burgueses, enquanto a aristocracia habitava Braga, Vila Real e Lisboa. Tanto que a Revolução Liberal aconteceu no Porto e a cidade foi o principal reduto liberal na guerra dos anos 1830.

Com o ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890 as manifestações no Porto contra os ingleses tornaram-se pró-república. Antes disto, Almeida Garrett escreveu que queria uma cidade com menos ingleses. O café Suíço, por exemplo, foi palco de uma reunião entre escritores, académicos, jornalistas e políticos que culminou na realização de uma manifestação pública que foi o embrião da Liga Patriótica do Norte. Para presidir este organismo foi decidido o nome do escritor Antero de Quental, que foi trazido de Vila do Conde para aceitar o convite em comício público na rua de Cedofeita. Notícia dada de modo ufanista pelo jornal *O Comércio do Porto*, que obviamente era parte interessada na questão. Eco desta manifestação é o atual hino nacional de Portugal, música concebida para mostrar um sentimento anti-britânico.

Interessante notar que o protagonismo político do Porto termina com a implantação da república. Talvez pela característica de a esfera pública burguesa ter se ampliado ao restante do país, ao contrário do período anterior no qual a burguesia portuense seria a *pièce de resistance* à aristocracia lisboeta. O último grande evento político nascido no Porto foi a revolta de 31 de Janeiro de 1891. Há que se fazer

referência à participação da cidade em apoio a Humberto Delgado nas eleições de 1958, contra o regime do Estado Novo.

### **Juiz de Fora**

Para uma cidade que nasceu na segunda metade do século XIX por vontades e interesses privados torna-se muito difícil estabelecer uma gênese ou mesmo o existir de uma esfera pública própria. Por ser uma cidade periférica em um país periférico talvez deva-se entender que a constituição da oposição entre público e privado é uma importação das estruturas existentes.

A moda dos cafés e dos saraus, as marchas públicas à luz de tochas, as reuniões familiares nos jardins das cervejarias são marcas de um estilo social estranho ao Brasil. D. Pedro II foi recebido para almoço na vila em estilo italiano de Mariano Procópio, com as mesas colocadas no jardim em estilo inglês e a ouvir tiroleios de imigrantes alemães do Tirol. Então, a cidade acabou por se estruturar nos modos culturais daquilo que os ricos cafeicultores consideravam como o centro da vida civilizada e da cultura: Paris e Londres.

O protagonismo cultural de Juiz de Fora na virada do século XIX para o século XX foi fruto de um acumulo económico. Eram empreendedores privados em busca da maximização de lucros, muito mais que um direcionamento político a partir da discussão pública. O melhor exemplo desta situação está na arquitetura da cidade neste período, várias fotos mostram prédios grandiloquentes destacando-se em terrenos ermos, ruas sem calçamento ou acima das capoeiras dos fundos de quintal. São prédios que não formam um conjunto, apenas destacam a vaidade de empresários.

Aqui não se pode falar em burguesia no sentido clássico porque esta nunca existiu no Brasil<sup>54</sup>. A discussão pública em Juiz de Fora surge nos jornais, mas bem no início do século XX e nos moldes do que era feito na Europa no século anterior. Mesmo assim é uma discussão em torno da pequena política, uma vez que os grandes temas e as decisões mais importantes eram resolvidos fora do espaço público.

---

<sup>54</sup> A referência a Brasil significa o país surgido após a declaração de independência de 1822. Uma vez que antes disto o território era uma província portuguesa.

## Conclusão

Ao final desta investigação chegamos à constatação que o projeto inicial que moveu a realização da pesquisa revelou uma falsa problematização do tema. Os diversos jornais lidos e um mergulho mais profundo na linha evolutiva da legislação e tecnologias que envolvem a imprensa periódica nos mostraram que tentar encontrar as influências de identidade do fazer jornalístico entre países que foram colônia e metrópole ou que possuem proximidade geográfica ou que têm grande intercâmbio cultural e comercial não faz sentido – no caso da presente pesquisa foi uma busca de influências nos periódicos entre Portugal e Brasil.

Entendemos que no caso da imprensa periódica – e com certeza no jornalismo de um modo geral, considerando também os meios eletrônicos – não há um intercâmbio, mas sim a implantação de um molde criado em centros de media e copiado nas áreas periféricas. Ou seja, podemos também entender a media como portadora de uma relação centro e periferia que não são fixos: na gênese do jornalismo, pelo século XVII, este centro estava pelas atuais Bélgica, Holanda, Alemanha e Suíça; depois passou à Inglaterra e França; após a Segunda Guerra Mundial os países centrais passam a ser Inglaterra, França e Estados Unidos, cujos modelos estão consagrados tanto no ocidente quanto no oriente. Nos anexos colocamos imagens de vários jornais, não apenas os títulos que fizeram parte da presente investigação para mostrar que no aspecto formal são rigorosamente iguais.

O jornalismo é um ato burguês. Surge na Europa central e vai ganhar notoriedade a partir de centros de influência cultural e política como Inglaterra e França. Na verdade o modelo é centro-europeu, posteriormente adotado nestes dois países, que aí sim divulgam e estabelecem seu formato para o resto do mundo. É um ato burguês de afirmação da liberdade de expressão. Como toda tecnologia, o seu uso e o seu desenvolvimento posterior fá-lo caminhar de maneiras diversas da intencionalidade inicial. O jornal, sendo uma invenção burguesa, surge nos locais onde o absolutismo está mais fraco: nas repúblicas e pequenos reinos italianos, nas cidades alemãs do Sacro Império Romano-Germânico e na Suíça. Posteriormente passa para os países onde o liberalismo se desenvolve com mais força: Inglaterra e França. Isto numa escala de várias décadas e algumas revoluções.

A partir das informações levantadas pode-se dizer que já em seu nascimento, no século XVII, a imprensa periódica foi um dos primeiros produtos da indústria cultural. A estandarização dos jornais e a divisão do trabalho existentes no fazer da imprensa corroboram esta afirmação. Olhando retrospectivamente podemos ir mais longe e afirmar que é possível perceber que o jornalismo foi o primeiro produto industrial produzido em regime de linha de montagem, muito antes das pesquisas e testes de Henry Ford ou Frederick Taylor. Pelas características de propaganda e publicidade é difícil caracterizá-lo desta maneira, pois a imprensa periódica traz um sentimento de difusão cultural e ação política que lhe confere uma aura de meio de transformação social e de veículo capaz de garantir/conquistar a justiça. É preciso lembrar que a imprensa surge na esteira do Iluminismo, e o Homem culto iluminista é necessariamente um leitor e conhecedor de diversos temas, um indivíduo adequado ao jornalismo: um oceano de informações com dois centímetros de profundidade.

Entretanto a evolução do jornalismo, tanto impresso quanto eletrônico mostra que houve um afinamento para se chegar a um produto padronizado mundialmente, com algumas características locais. Estas características locais se restringem ao conteúdo dos assuntos veiculados e ao tipo de público consumidor. O melhor comparativo hoje para a produção de jornalística são as cadeias de fast-food. Nelas os produtos principais são rigorosamente os mesmos em qualquer parte do globo, mas há produtos secundários para atender os gostos localmente. Sendo que algumas marcas comerciais da imprensa têm hoje a mesma penetração de marcas como o Macdonald's, a Starbuck ou a Coca-cola.

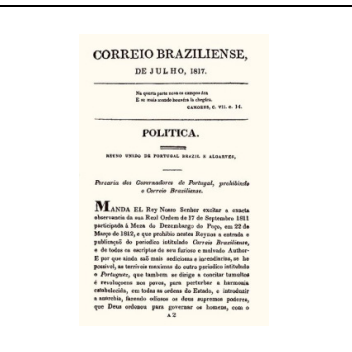
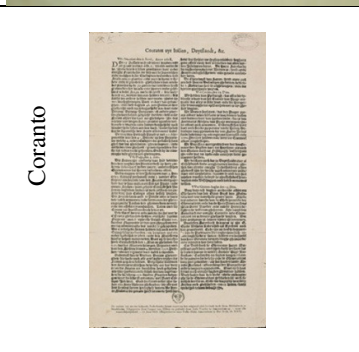
A padronização da imprensa periódica pode parecer um fenômeno recente, principalmente pelo fato de a comunicação social realizada através dos veículos eletrônicos estar padronizada. Acreditamos que o processo de padronização da comunicação presente nos meios eletrônicos é o coroamento de um processo. Como afirmamos acima, é um padrão que já está presente na imprensa periódica, envolve o domínio econômico, o domínio tecnológico e o domínio cultural. Ou seja, as regiões centrais que desenvolveram inicialmente a imprensa periódica e possuíam poder financeiro para estabelecer sua evolução e a construção de equipamentos para a sua produção estabeleceram como ela haveria de ser.

Existe também a questão da adequação da percepção humana. Para se adestrar os sentidos há que ter tempo. Mesmo que num primeiro momento pareça que cada país possuía uma imprensa periódica própria, há que se ter em conta uma observação de Max

Horkheimer, na qual ele comenta que as coisas que recebemos por nossos sentidos são pré-fabricadas socialmente – através do caráter histórico do objeto percebido e através do caráter histórico do órgão perceptivo – tanto o ambiente que nos cerca quanto nossas sensações são totalmente naturais. Ou seja, foi preciso um processo pedagógico sobre a sociedade para, cada vez mais, criar um produto padronizado.

É importante ressaltar que a linearidade com que se desenvolve a imprensa só existe neste texto. Foi uma forma didática de realizar a descrição do fenômeno comunicacional. Sabemos que o embate entre as forças sociais não foi e não é de modo algum simples e não conduz a uma evolução linear da sociedade, sendo que a palavra evolução não é sinônimo de progresso ou desenvolvimento. Não foi o objetivo da presente investigação estabelecer todas as voltas do processo histórico, nem tão pouco se estabelecer como um ponto final para o tema.

Anexos



## Bibliografia

BURTON, Richard Francis. **The highlands of the Brazil**. vol.1. Londres: Tinsley Brothers, 1869.

DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. *In*: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José G. e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Juiz de Fora: historia, texto e imagem**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

ESTEVES, Albino. **Álbun do município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1989. (Reedição fac-similar)

GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil**: Principally through the northern provinces, and the gold and Diamond districts, during the years 1836-1841. 2ª ed. Londres: Reeve, Benham and Reeve, 1849.

LAGO, Cláudia e ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**: do Caminho Novo à proclamação. Juiz de Fora: UFJF/Funalfa, 1985.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos**. 11ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Giordano, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos. *In*: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e Conflitos**: histórias de vidas e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

PACHECO, Hélder (coord.). **Porto**: do nome Portugal. Porto: Lema, [1992?].

PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**: gente juiz-forana. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1979.

SARDICA, José Miguel. **Duque de Ávila e Bolama** – Biografia. Lisboa: Publicações Assembleia da República/Dom Quixote, 2005.

SILVA, Germano. **Porto**: uma cidade a descobrir. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SILVA, Germano. **Porto**: da história à lenda. Oeiras: Casa das Letras, 2007.

SILVA, Germano. **Porto**: sítios com história. Oeiras: Casa das Letras, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Fernando de. **Jornal de Notícias**. A memória de um século (1888-1988). Porto: Jornal de Notícias, 1988.

SOUSA, Manuel de. **Reis e rainhas de Portugal**. S.l.: EditoraSporPress, 2001.

OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: datilog. Palestra apresentada no Museu Nacional de Belas Artes (RJ), 1978.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria de Juiz de Fora, 1966.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. 2<sup>a</sup>. ed. Lisboa: Caminho, 1989.